

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Programa de Pós-Graduação em Sistemas de
Produção Agrícola Familiar



Dissertação

**O acesso dos agricultores familiares prioritários ao
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): o
caso do município de Capão do Leão, RS**

Ana Paula Noronha

Pelotas, 2013

ANA PAULA NORONHA

O acesso dos agricultores familiares prioritários ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): o caso do município de Capão do Leão, RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Agronomia.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Jorge Amaral Bezerra

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Nádia Velleda Caldas

Pelotas, 2013

Catálogo na fonte

Gabriela Machado Lopes CRB: 10/1842

N574a Noronha, Ana Paula

O acesso dos agricultores familiares prioritários ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): o caso do município de Capão do Leão, RS / Ana Paula Noronha; orientador Antônio Jorge Amaral Bezerra; co-orientadora Nadia Velleda Caldas - Pelotas, 2013.

170 f. :il

Dissertação (Programa de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar). Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2013.

1. Mercados institucionais 2. Segurança alimentar e nutricional 3. Políticas públicas 4. Alimentação escolar 5. Desenvolvimento local I. Bezerra, Antônio Jorge Amaral (orientador) II. Caldas, Nadia Velleda (co-orientadora) III. Título

CDD 658.963

Ana Paula Noronha

O acesso dos agricultores familiares prioritários ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): o caso de Capão do Leão, RS

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Agronomia, Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas.

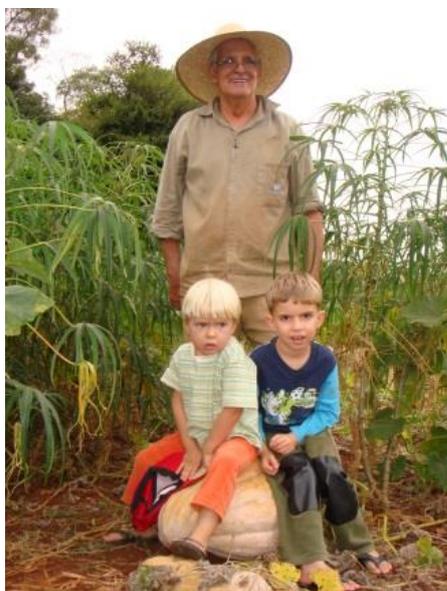
Data da Defesa: 29/10/2013

Banca examinadora:

Prof. Dr. Antônio Jorge do Amaral Bezerra (Orientador)
Doutor em Agronomia pela Universidade Federal de Pelotas

Prof^a. Dr^a. Giancarla Salamoni
Doutora em Geografia pela Universidade Estadual de São Paulo

Prof. Dr. Mário Conill Gomes
Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina



Dedico este trabalho, aos agricultores familiares Alberi e Maria de Lourdes Noronha, por terem me dado o dom da vida e a herança agrária que corre em minhas veias e estampa meu caráter. Hoje tudo o que vocês me ensinaram e em mim semearam serve de alimento para trilhar meu caminho, na busca constante da construção de conhecimentos e ações que contribuam para a melhoria da qualidade de vida de “nosso povo”.

AGRADECIMENTOS

Ao chegar neste momento, de encerramento do mestrado, percebo o quanto aprendi, amadureci, mantive ideais e abracei tantos outros. Nesta encantadora trajetória pelo mundo das agriculturas pude redescobrir minha própria história, como filha de agricultores familiares, agroecologistas, guardiões de sementes crioulas e pluriativos. Ou seja, pude reconhecer toda a “herança agrária” que trago em minha essência.

Ao longo desta caminhada percebi a necessidade iminente de exercermos interrelações e praticarmos a transdisciplinariedade, ampliando nossa leitura de mundo, reconhecendo e compreendendo as “conexões ocultas” que integram a complexa “teia da vida”.

Nesta caminhada muitas pessoas contribuíram para que este sonho se realizasse, a cada um de vocês deixo registrada minha gratidão e respeito.

Agradeço a dádiva da vida, a nosso mestre supremo, aquele criou as criaturas e belezas deste mundo; deu-nos o dom da vida e me permite a graça de viver em plenitude, percebendo que minha missão é muito mais do que “passar” por este mundo, mas é também de escrever uma história contada pelas minhas próprias ações e escolhas.

Aos meus amados pais, Alberi e Maria de Lourdes, que me trouxeram a este mundo como sua filha e aprendiz. Carrego comigo cada ensinamento, lição e experiência que me deram, pois hoje também sou reflexo de tudo o que vocês fizeram e fazem por mim. A vocês dedico este trabalho!

Aos meus irmãos Alberi, Adriana e suas respectivas famílias, obrigada pelo incentivo para encarar esta jornada, que me permitiu (re)conhecer nossa história e a “herança agrária”, que hoje integra não só nossos hábitos sociais e culturais, mas também, nossa própria personalidade, baseada na dádiva e na reciprocidade.

Ao meu amado companheiro Daniel, pelo apoio incondicional, certamente “um sonho que se sonha só é só um sonho, mas um sonho que se sonha junto se torna realidade”. Obrigada mais uma vez por sonhar comigo!

Aos meus sogros Doli e Edi, que sempre estiveram presentes me apoiando e incentivando a lutar por meus ideais.

Ao estimado professor Dr. Antônio Bezerra, que me escolheu entre tantos outros alunos do PPGSPAF para ser sua aprendiz, neste maravilhoso universo das agriculturas. Sendo mais do que um orientador, mas também um grande amigo, com quem tive a oportunidade de muito aprender.

Aos meus queridos colegas e hoje grandes amigos do NUPEAR: Claudio, Cristine, Fabiana, Fernanda e Shirley, que por horas abriram mão de seu tempo para dialogarmos, construirmos sonhos e reafirmar ideais. O apoio e a força de cada um de vocês foram o combustível para acreditar em meu projeto e seguir adiante.

Aos queridos colegas Dante, Jakes, Norberto e Raul, juntos integramos mais do que um simples grupo de estudos, nos tornamos grandes amigos, a presença de vocês tornou meu caminho mais claro e leve.

A querida amiga Patrícia da Silva Martins, que abriu as portas de sua vida, junto com sua família, para me acolher e acompanhar aos Assentamentos da Reforma Agrária do Capão do Leão, me mostrando quão dura e maravilhosa é vida nos assentamentos, e o quanto temos a aprender com estes agricultores familiares e a contribuir com os mesmos.

Aos representantes do poder público municipal de Capão do Leão, ao grupo de trabalho do Escritório Municipal da EMATER deste município, e a diretoria da Cooperativa Sul Ecológica de Pelotas, vocês foram essenciais neste processo.

As famílias de agricultores familiares do município e Pelotas e Capão do Leão, que me receberam para partilhar suas histórias de vida, as dificuldades, as lutas, os sonhos e as realizações. Ao encontrá-los, tive a oportunidade de me reencontrar, rever minha própria história de vida e ter o privilégio de perceber o quanto somos pequenos, mas quão grande é nossa força quando nos damos às mãos.

Espero, a partir desta experiência, poder trazer pequenas contribuições, tanto para o meio acadêmico, quanto para os próprios agricultores familiares,

no processo de construção de melhor qualidade de vida. Com vocês, percebi o quanto (des)envolvida é a academia, frente aos desafios que temos pela frente. Por isso, me “envolvi” nesta caminhada, ocupando espaços na construção de diálogos e ações que venham a contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável.

Aos professores Nádía V. Caldas e Flávio Sacco dos Anjos pelas contribuições sempre pertinentes. Aos demais colegas e professores do PPGSPAF deixo registrado meu carinho e alegria por fazer parte desta grande família.

Agradeço a CAPES, pela concessão de bolsa, que me permitiu realizar este mestrado, um dos grandes sonhos de minha vida e da família de agricultores familiares que eu integro.

Por fim, aos professores Hélio, Giancarla, Mário e Flávio por integrarem a banca de avaliadores deste trabalho, trazendo suas contribuições neste momento tão importante do mestrado.

A todos e a cada um, deixo registrado minha gratidão e respeito.

*“Não precisa ser herói
Para lutar pela terra
Por que quando a fome dói
Qualquer homem entra em guerra*

*É preciso ter cuidado
Para evitar essa luta
Pois cada pai é um soldado
Quando é o pão que se disputa*

*Se somos todos irmãos
Se todos somos amigos
Basta um pedaço de chão
Para a vitória do trigo
Basta um pedaço de terra
Para a semente ser pão
Enquanto a fome faz guerra
A paz espera no chão*

*Há planícies que se somem
Dentre o horizonte e o rio
E a vida morre de fome
Com tanto campo vazio*

*Ao longo dessas porteiras
De sesmarias sitiadas
A ambição de erguer trincheiras
Contra o sonho, das enxadas*

*Se somos todos irmãos
Se todos somos amigos
Basta um pedaço de chão
Para a vitória do trigo
Basta um pedaço de terra
Para a semente ser pão
Enquanto a fome faz guerra
A paz espera no chão”*

(Música: Vitória do Trigo; Autor: Dante Ramon Ledesma)

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

Eduardo Galeano

RESUMO

NORONHA, Ana Paula. **O acesso dos agricultores familiares prioritários ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): o caso do município de Capão do Leão, RS.** 2013. 170f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) desenvolvido no Brasil é um dos maiores da América Latina, atendendo aproximadamente 50 milhões de estudantes, fornecendo pelo menos uma refeição ao dia. O Programa funciona no país desde 1955 e vem sofrendo modificações com o intuito de promover a melhoria da segurança alimentar e nutricional dos escolares, bem como o desenvolvimento local, através do fortalecimento da agricultura familiar. Desde 2009, a Lei Federal 11.947 prevê o investimento mínimo de 30% dos recursos financeiros do Programa para compra de alimentos desta categoria social, priorizando-se: assentamentos de reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas e aqueles com produção agroecológica/orgânica. Esta pesquisa de caráter descritivo, procurou identificar as ações desenvolvidas pelos gestores públicos de Capão do Leão/RS, para a compra de alimentos de agricultores familiares locais e regionais. Este município foi escolhido, pois além de possuir dois assentamentos de reforma agrária, formado por 36 famílias, que não fornecem nenhum gênero alimentício para o PNAE; ele adquire alimentos produzidos por agricultores com produção de base ecológica de Pelotas. Deste modo, procuramos também compreender as dinâmicas sociais e produtivas destes grupos, a fim de identificar os motivos que permitem a participação de um, enquanto o outro não consegue acessar o Programa. Os resultados apontam que a organização social e produtiva dos agricultores familiares de base ecológica de Pelotas, que integram a Cooperativa Sul Ecológica, juntamente com o acesso às informações sobre a operacionalização do PNAE, são determinantes para a participação destes sujeitos. Os fatores que limitam a participação dos agricultores familiares assentados da reforma agrária, que integram o público prioritário de fornecedores de alimentos para o PNAE, são: a assimetria de informações existentes entre este grupo e os gestores do município e as dificuldades estruturais que estes enfrentam. Deste modo, o PNAE em Capão do Leão não vem atingindo plenamente seus objetivos, especialmente no que diz respeito à promoção do desenvolvimento local.

Palavras-Chave: mercados institucionais; políticas públicas; segurança alimentar; alimentação escolar; desenvolvimento local

ABSTRACT

NORONHA, Ana Paula. **The access priority the family farmer of de National Program of School Meals (PNAE):** the case of Capão do Leão, RS. 2013. 170f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

The National Program of School Meals (PNAE) developed in Brazil is one of the largests in Latin America, reaching approximately 50 million students, providing at least one meal a day. The program has been developed in the country since 1955 and has suffered modifications with the aim of improving food security and nutrition of schoolchildren; as well as local development, through the strengthening of family agriculture. Since 2009, the Federal law 11.947, requires that the minimum investment of 30% among the financial resources of the program to purchase food must be spent with this social category, prioritizing: agrarian reform settlements, indigenous and Quilombola communities and those with ecological/organic production. This descriptive research, sought to identify the actions developed by public managers from Capão do Leão/RS, for the purchase of food from local and regional farmers. This town was chosen because besides having two land reform settlements, consisting of 36 families, which provide no foodgrade for PNAE; it acquires food produced by farmers with basic ecological production from Pelotas. So, we also understand the social and productive dynamics of these groups in order to identify the reasons that allow the participation of one, while the other cannot access the program. The results show that the social and productive organization of family farmers of ecological basis from Pelotas, which integrate the South Ecological Cooperative and the access to information about the operationalization of the PNAE, are crucial to the participation of these subjects. The factors that restrict the participation of family farmers settled by agrarian reform, which integrate the priority of public food source to PNAE, are: the asymmetry of information between this group and the managers of the municipality and the structural problems that they face. Thus, PNAE in Capão do Leão has not fully reached their goals, especially regarding to the promotion of local development.

Key Words: institutional markets; public policies; food security; school feeding; local development;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa ilustrativo do município de Capão do Leão e da localização do Assentamento da Reforma Agrária Construtores da Palma.....	49
Figura 2 - Mapa da classificação dos solos de Capão do Leão	50
Figura 3– Mapa ilustrativo das 7 sesmarias que deram origem ao território do município de Pelotas e posteriormente ao município de Capão do Leão.....	52
Figura 4 - Mapa de Biomas do Rio Grande do Sul.....	55
Figura 5– Mapa da classificação dos solos do Rio Grande do Sul, conforme os COREDEs (Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul).	56
Figura 6 - Mapa do processo de ocupação do território o gaúcho	60
Figura 7 - Valor da produção (R\$) dos estabelecimentos agropecuários no RS no ano de 2006.	61
Figura 8 - Número de unidades produtivas e o percentual da área ocupada...	62
Figura 9 - Comparação da distribuição de estabelecimentos agrícola familiares e não familiares no RS.	62
Figura 10 - Mapa do percentual das unidades produtivas com áreas acima de 500 hectares no RS.....	63
Figura 11 - Mapa do número de famílias assentadas pela Reforma Agrária no RS até o ano de 2010	64
Figura 12 – Estrutura da economia do Rio Grande do Sul, por setores de atividade, referente ao período de 2002-2010 (porcentagem - VAB).....	64
Figura 13 - Mapa Ilustrativo do Território Zona Sul do Estado do RS	68

Figura 14 - Mapa ilustrativo das etnias que povoaram os distritos do município de Pelotas.	74
Figura 15 – Percentuais da Estrutura do PIB do município de Capão do Leão, por setor de atividades.	81
Figura 16 - Percentuais da Estrutura do PIB do município de Pelotas, por setor de atividades.	81

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 – Organização da Estrutura fundiária do Rio Grande do Sul.....	60
Tabela 2 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Rio Grande do Sul no ano de 2010.	66
Tabela 3 - Organização da dependência administrativa dos estabelecimentos da Educação Básica no RS no ano de 2012.....	66
Tabela 4 - Número de matrículas no Ensino Fundamental no RS	66
Tabela 5 - Área, População total, urbana e rural e taxa de população urbana e rural, nos municípios de Capão do Leão e Pelotas, no ano de 2010.	79
Tabela 6 - Evolução do IDHM de Capão do Leão e seus componentes.	79
Tabela 7 - Evolução do IDHM de Pelotas e seus componentes.....	79
Tabela 8 - Número de estabelecimentos de ensino por dependência administrativa	80
Tabela 9 - Número de matrículas por modalidade de ensino no município de Capão do Leão.....	80
Tabela 10 – Amostra do número e do percentual de estabelecimento rurais (agricultura familiar e não familiar) e suas respectivas áreas ocupadas nos RS e municípios de Capão do Leão e Pelotas.	82
Tabela 11 - Número de empresas no setor secundário nos municípios de Capão do Leão, Pelotas, e Rio Grande.....	83
Tabela 12- Número de empresas do setor terciário classificado pelo CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) nos municípios de Capão do Leão, Pelotas, e Rio Grande.	83

Tabela 13 – Perspectiva do percentual de recursos financeiros destinados a compra de alimentos da agricultura familiar (2010-2012) no município do Capão do Leão	127
--	-----

LISTA DE SIGLAS

A.P.	Antes do Presente
Atlas IDH	Atlas do Desenvolvimento Humano
CEASA	Centrais de Abastecimento
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COSULAT	Cooperativa Sul-Riograndense Laticínios Ltda
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DCSA	Departamento de Ciências Sociais Agrárias
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAEM	Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel
FEE	Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
ITEPA	Instituto de Teologia e Pastoral
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário

ONG's	Organizações Não Governamentais
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGSPAF	Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SERASA	Serviço de Consulta a Pendências e Protestos
SUL ECOLÓGICA	Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda.
UFPel	Universidade Federal de Pelotas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	23
1.1 Problema de pesquisa: agricultura familiar e os mercados institucionais (PNAE).....	25
1.2 Hipóteses de trabalho.....	31
1.3 Objetivos:	32
1.3.1 Objetivo Geral:.....	32
1.3.2 Objetivos específicos.....	33
1.4 Método	33
1.4.1 <i>Aproximação conceitual dos temas centrais da pesquisa</i>	33
1.4.2 <i>Procedimentos metodológicos</i>	38
2 CONTEXTO EMPÍRICO	48
2.1 Características gerais do município de Capão do Leão.....	48
2.2 Características Gerais do Rio Grande do Sul.....	53
2.3 Características Gerais do Território da Cidadania Zona Sul do Rio Grande do Sul.....	67
2.4 Características gerais do município de Pelotas.....	72
2.5 Dados atuais dos municípios e Pelotas e Capão do Leão	78
3 DAS AGRICULTURAS À AGRICULTURA FAMILIAR.....	85
3.1 Uma breve história das agriculturas: Conhecer o passado para compreender o presente e construir o futuro.	85
3.2 Os Clássicos da questão agrária.....	94
3.2.1 <i>Algumas contribuições de Marx sobre expansão do capitalismo no campo</i>	94
3.2.2 <i>As perspectivas de Lênin sobre o futuro do campesinato</i>	96
3.2.3 <i>As contribuições de Kautsky sobre a industrialização da agricultura</i>	97
3.2.4 <i>Chayanov e o campesinato: uma esperança</i>	99
3.3 Uma perspectiva contemporânea da agricultura familiar.....	101

3.3.1 Agricultura familiar no Brasil: da invisibilidade às políticas públicas e mercados institucionais - PNAE.....	106
4 O PNAE EM CAPÃO DO LEÃO, LIMITES, DESAFIOS E POSSIBILIDADES	112
4.1 “Miopia” institucional - a falta de percepção do poder público local em relação ao PNAE e a agricultura familiar local.....	112
4.2 A distância entre a legislação e a prática – Agricultores familiares locais, assentados da reforma agrária e de base ecológica, uma prioridade desconhecida em relação ao PNAE	126
4.3 PNAE mais que um mercado institucional, uma espaço da produção e alimentos e da construção da identidade dos agricultores familiares.	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
REFERÊNCIAS.....	146
APÊNDICE A – Questionário semiestruturado empregado nas entrevistas com agricultores familiares locais assentados da reforma agrária.....	155
APÊNDICE B – Questionário semiestruturado empregado nas entrevistas com agricultores familiares de base ecológica do município de Pelotas, fornecedores de alimentos para o PNAE de Capão do Leão.	159
APÊNDICE C – Questionário semiestruturado empregado nas entrevistas com gestores públicos do município de Capão do Leão.....	163
APÊNDICE D – Imagens da estrutura de coleta, armazenamento e resfriamento do leite, empregado pelos agricultores familiares assentados da reforma agrária (A e B – Unidades de resfriamento do leite; C – Rebanho leiteiro; D, E e F – Galpão onde é realizada a ordenha).	165
APÊNDICE E – Imagem do caminhão da Cooperativa COSULATI realizando a coleta do leite produzido nos assentamentos da reforma agrária de Capão do Leão.	165
APÊNDICE F – Conjunto de imagens que caracterizam os tipos de solos rasos e pouco diferenciados, encontrados nos assentamentos de reforma agrária em Capão do Leão.....	166

APÊNDICE G – Conjunto de imagens que ilustram as duas barragens encontradas nos assentamentos (A e B), o Arroio Teodósio (C) e as diversas estratégias uso dos recursos hídricos para a irrigação (D e E).....	166
APÊNDICE H – Imagens dos diversos sistemas de produção realizados para geração de alimentos destinados para o autoconsumo das famílias assentadas da reforma agrária e comercialização do excedente. (A- Milho crioulo, B – Mandioca e amendoim; C – Mandioca, D – Hortaliças e E – Abóbora).	167
APÊNDICE I – Imagens dos diversos sistemas de criação realizados para geração de alimentos destinados para o autoconsumo das famílias assentadas da reforma agrária e comercialização do excedente. (A- galinhas, B – abelhas ; C – porcos e D – patos).	167
APÊNDICE J – Imagens que ilustram as características dos agroecossistemas onde vivem os agricultores de base ecológica do município de Pelotas (A, B e C – Abundância e uso dos recursos hídricos); D, E e F – Relevo levemente acidentado, com solos profundos e remanescentes de mata nativa).....	168
APÊNDICE K – Imagens sistemas de produção de uma das famílias de agricultores de base ecológica entrevistados no município de Pelotas (A – Visita da assistência técnica do CAPA; B – Plantação de tomates; C e D manejo dos recursos hídricos e E – Remanescentes de mata nativa)...	168
APÊNDICE L - Estratégias de produção dos agricultores familiares de base ecológica de Pelotas (A – Fogão campeiro; B – Geleias, conservas , compotas, sucos e panificios beneficiados; C – Criação de vacas para produção de leite e queijo; D – Produção de abóboras; E – Criação de porcos).....	169
APÊNDICE M – Estratégias de produção desenvolvidas pelos agricultores familiar de base ecológica de Pelotas (A – Produção de caqui; B – Produção de suco de goiaba; C – Pomar; D – Unidade familiar; E- Hortaliças e F – produção de ovos.	169
APÊNDICE N – Imagens que integram o banco de imagens coletadas ao longo da pesquisa, disponíveis no sítio: http://youtu.be/b0m3cbj5Hrs em formato de slide show.....	170

APÊNDICE O – Mapa ilustrativo da localização dos Assentamentos Construtores da Palma, 24 de Novembro, Faculdade de Agronomia da UFPel e a sede do município em Capão do Leão (Fonte: Elaboração da autora).....	170
--	------------

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é fruto de uma investigação de natureza exploratória acerca das dinâmicas do processo de aquisição de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), operacionalizado no município de Capão do Leão, RS. Além disso, aborda os elementos que vêm contribuindo para a participação de agricultores familiares do município de Pelotas, como fornecedores deste programa, enquanto a mesma categoria de agricultores locais, assentados da reforma agrária, não consegue acessar o programa.

Este tema de pesquisa está relacionado com as políticas públicas, especialmente ligadas à criação de mercados institucionais, que tem como objetivo reduzir problemas históricos, tais como: a insegurança alimentar e as dificuldades na comercialização dos produtos da agricultura familiar.

Cabe salientar que o PNAE neste contexto, é um programa universal no país e sua operacionalização traz diversos impactos, dentre eles: a promoção da segurança alimentar de estudantes de escolas públicas; o fortalecimento da agricultura familiar – especialmente os “grupos prioritários” (assentados da reforma agrária, indígenas, quilombolas e agroecologistas) e o desenvolvimento social e econômico territorial.

Para alcançar os objetivos propostos nesta dissertação, foram coletados dados secundários - a cerca do programa investigado, dos atores envolvidos e do contexto social onde estes residem. Já os dados primários foram obtidos através de entrevistas junto aos agricultores familiares fornecedores de alimentos para o PNAE de Capão do Leão, que residem em Pelotas, bem como, dos agricultores familiares locais que não participam deste programa, mas foram identificados como potenciais fornecedores.

O interesse da autora desta pesquisa pelo tema se dá a partir de uma série de fatores, dentre eles destaca-se: sua própria história de vida, pois é

filha de agricultores familiares pluriativos, os quais foram professores da rede pública de ensino e nunca abandonaram suas práticas agrícolas de base ecológica; a escolha profissional pela educação através do magistério e da licenciatura em Ciências Plenas – a partir das quais teve a oportunidade de desenvolver, junto à filhos de agricultores familiares, ações educativas de educação ambiental, voltadas para preservação dos recursos naturais, e melhorias dos agroecossistemas em que estes se inserem; sua experiência profissional como docente em escolas públicas do meio rural e urbano; e sua participação na gestão no Programa Territórios da Cidadania e Rurais do RS entre os anos de 2010/2011, junto à Cooperativa de Produção e Consumo Familiar Nossa Terra de Erechim, RS.

Deste modo, mesmo distante da unidade produtiva de seus pais, a autora jamais se distanciou de suas raízes rurais e agrícolas, procurando se aproximar deste universo ora através de sua atuação profissional, ora através do desenvolvimento de seus estudos, culminando com seu ingresso no Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar (PPG SPAF) e no NUPEAR (Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar), ambos da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Nestes espaços a autora encontrou um ambiente para suprir antigos anseios, frente a necessidade de desenvolver ações voltadas para compreensão e fortalecimento da agricultura familiar, que sua formação como bióloga ainda não havia lhe proporcionado. Certamente o PPG SPAF foi um ambiente que proporcionou a aproximação de elementos da biologia, da geografia e das ciências sociais agrárias, que contribuíram significativamente para a formação da pesquisadora e o fortalecimento dos ideais, que motivam suas ações profissionais, hoje voltadas para a educação e a agricultura familiar.

Esta dissertação representa a conclusão do curso de mestrado no PPGSPAF / UFPel e está inserida na linha de pesquisa Desenvolvimento Rural Sustentável, no âmbito da avaliação das políticas públicas para a agricultura familiar e o mundo rural.

O presente trabalho está organizado em cinco seções: introdução, contexto empírico, marco teórico, resultados e considerações finais.

A primeira seção é integrada pela introdução do trabalho, organizada a partir da ontologia da autora, da aproximação com os principais temas da abordagem e a metodologia empregada. Para tanto, esta seção está dividida nas seguintes subseções: problema de pesquisa, hipóteses, objetivos e método.

Já a segunda seção apresenta uma aproximação do contexto empírico em que os sujeitos da pesquisa estão inseridos, deste modo foram resgatados dados ambientais, geográficos, históricos, sociais, culturais, econômicos, políticos e educacionais do RS, do Território da Cidadania Zona Sul e dos municípios de Pelotas e Capão do Leão.

Na terceira seção do trabalho intitulada “Das agriculturas à agricultura familiar” é apresentado aporte teórico construído para a fundamentação da pesquisa, o qual teve como principais elementos a “Teoria da Evolução e da Diferenciação dos Sistemas Agrários” (MAZOYER e ROUDART, 2010), os “clássicos da questão agrária” e autores contemporâneos, que resgatam a importância da agricultura familiar como uma importante categoria social, e os principais desafios por ela encontrados, especialmente no que diz respeito a construção de mercados institucionais como o PNAE.

A quarta seção: “O PNAE em Capão do Leão, limites, desafios e possibilidades” apresenta um diálogo entre os dados primários levantados e o marco teórico, que trouxeram respostas aos objetivos desta pesquisa.

Por fim, na última seção são apresentadas as considerações finais frente aos objetivos alcançados e os novos questionamentos a cerca do tema, que precisarão de novos trabalhos para ser respondidos.

1.1 Problema de pesquisa: agricultura familiar e os mercados institucionais (PNAE)

Segundo os autores Mazoyer e Roudart (2010) Silva Neto (2005), a agricultura pode ser considerada um objeto ecológico e econômico complexo e, portanto, necessita de uma perspectiva de análise sistêmica¹, a qual permita compreendê-la para além das atividades produtivas, pois a atividade agrícola é,

¹Para maiores informações ver o terceiro capítulo (Teorias Sistêmicas) da obra “A teia da vida” de Fritjof Capra (1996).

também, um sistema organizado a partir das inter-relações entre os múltiplos componentes do agroecossistema e do sistema social.

Considerando tais afirmações, a agricultura é multidimensional e traz consigo valores culturais reproduzidos pelas sociedades ao longo do processo sócio-histórico. Essa relação se dá pelo desenvolvimento de tecnologias para cultivar a terra, juntamente com a produção de padrões culturais humanos, tais como: consumo e produção de alimentos (PLOEG, 2008; SCHNEIDER, 2006).

Nesta perspectiva, destaca-se a categoria social da agricultura familiar, que associa três elementos: família-produção-trabalho, que influenciam a construção de diferentes estilos de produção, de reprodução econômica e social, destes agricultores em diversos agroecossistemas, ao longo de sua história (WANDERLEY, 1999).

Desta forma, as dimensões da agricultura familiar, especialmente produtiva e social, vêm contribuindo para a legitimação desta categoria. Isto pode ser percebido a partir da análise dos dados levantados pelo “Censo Agropecuário” (BRASIL, 2006), os quais indicam que no Brasil, a agricultura familiar é a categoria social detentora da maioria das unidades produtivas (84,4% do total). Em contraponto, elas ocupam 24,3% do total das áreas utilizadas pelos estabelecimentos agropecuários do país. Esta categoria social emprega 74,4% do total da mão de obra no campo e é responsável pela segurança alimentar e nutricional do país, gerando parte da diversidade dos alimentos que integram a cesta básica consumida pelos brasileiros (87% da produção de mandioca, 70% do feijão, 58% do leite, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo, 59% do plantel de suínos e 50% das aves).

Segundo o mesmo levantamento, o Rio Grande do Sul é o terceiro Estado brasileiro com o maior número de unidades de produção agrícola familiares, totalizando 85,7%, as quais ocupam apenas 30,5% da área agrícola estadual. No que diz respeito ao emprego de mão de obra à agricultura familiar, emprega 1.231.820 trabalhadores (BRASIL, 2006).

Cabe salientar que 84% do total de agricultores familiares do Rio Grande do Sul têm acesso a terra como proprietários, enquanto 16% do total do restante acessa a terra em outras condições como assentados sem titulação definitiva (totalizando 6,5 mil), acesso temporário ou precário as terras,

totalizando: 21,5 mil arrendatários, 8,4 mil parceiros e 17,9 mil ocupantes, além de 6,2 mil agricultores familiares sem terras (GRANDO, 2011).

No cenário agrícola familiar gaúcho, destaca-se o Território da Cidadania Zona Sul ². Localizado na região Sul do RS, ele é composto por vinte e cinco municípios e destaca-se pela diversidade de agriculturas desenvolvidas, especialmente pelos agricultores familiares, que possuem diferentes perfis: assentados da reforma agrária, indígenas, quilombolas e pescadores artesanais (BRASIL, 2009).

Esta diversidade é expressa através das 32 mil unidades de produção agrícola familiar, responsáveis pelo cultivo de uma diversidade de alimentos que fazem parte, não só do autoconsumo das famílias, mas também de diferentes canais de comercialização da região, tais como: venda direta e mercados institucionais, dentre os quais se destacam o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

As diversas formas de produção desta região são frutos da combinação de recursos naturais e atividades complementárias³. Algumas destas são responsáveis, não só pela diversificação dos arranjos produtivos, mas também pelas estratégias de reprodução dos agricultores, as quais visam não somente assegurar sua "sobrevivência", como também garantir o "horizonte das gerações".

Desta maneira, a agricultura familiar atua para além da produção agropecuária do país, pois é capaz de produzir uma diversidade de alimentos que integram a mesa dos brasileiros, em unidades menores de até quatro módulos rurais, além de empregar a maior parte da mão de obra no campo.

² Definição adotada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, retirada o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Zona Sul do RS (2009), o qual apresenta a seguinte definição de território: "Território é um espaço físico, geograficamente definido, não necessariamente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial."

³ Dentre as atividades complementárias desenvolvidas pelos agricultores da região estão as atividades não-agrícolas e agrícolas, caracterizadas pela venda de mão de obra para empresas e indústrias da região, bem como, para outras unidades de produção, com maiores áreas e que necessitam de maior número de trabalhadores nos períodos de plantio e colheita (SACCO DOS ANJOS e CALDAS, 2009)

Segundo Abramovay (1992), o fortalecimento da agricultura familiar atua como uma estratégia para a construção do processo de desenvolvimento social, o qual passa a ser construído de forma mais equitativa.

Neste sentido, as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural, vêm possibilitando a construção de um conjunto complexo e diverso, de instrumentos de apoio à agricultura familiar, especialmente através de programas voltados para a segurança alimentar. Desta forma, estas políticas têm como objetivo a integração destes agricultores aos mercados, especialmente aos institucionais (SCHRÖDER, 2010).

Sendo assim, é possível afirmar que as políticas públicas vêm ampliando as possibilidades de comercialização dos produtos da agricultura familiar em diferentes regiões do país, incluindo alguns municípios do Território da Cidadania Zona Sul, onde a comercialização de produtos da agricultura familiar para o mercado institucional é uma atividade relativamente recente, surgindo na primeira década do ano 2000.

Becker (2010) ao examinar as condições de reprodução socioeconômica de alguns agricultores familiares dos municípios de Pelotas, São Lourenço do Sul e Canguçu que integram o Território da Cidadania Zona Sul e participam do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), verificou que 91,7% do total dos agricultores destes municípios tiveram alterações positivas em relação ao desenvolvimento de suas atividades agrícolas.

Também foi possível perceber o aumento da diversidade de alimentos empregados no autoconsumo das unidades de produção familiar, bem como, identificar a ocorrência de novos processos sociais, desencadeados por instituições locais que operam junto ao PAA.

Destaca-se ainda a comercialização de parte da produção dos agricultores familiares de alguns municípios do território para o PNAE. Este canal de comercialização que ganhou espaço em função da criação do seu marco legal no ano de 2009 quando foi homologada Lei Federal 11.947. Este novo instrumento legal trouxe inovações para o programa, pois passa a garantir que, pelo menos, 30% do total dos recursos financeiros destinados para a compra de gêneros da alimentação escolar devem ser aplicados na aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar.

Desta forma, estas inovações legais passam a interferir não só sobre a segurança alimentar e nutricional dos escolares⁴, que recebem o alimento, como também nas dimensões sociais e produtivas dos agricultores familiares, que passam a ser um dos potenciais fornecedores de alimentos para o público escolar, conforme o Art. 14º, da Lei Federal 11.947 de 16 de junho de 2009:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, **priorizando-se os assentamentos de reforma agrária**, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (grifos meus).

Este instrumento legal ampliou, teoricamente, as possibilidades de incremento na renda dos agricultores familiares, especialmente dos grupos prioritários: assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas, comunidades quilombolas e agricultores familiares que produzem alimentos em todo o país, inclusive os agricultores com sistemas de produção de “base ecológica”.

Para fins deste estudo compreendem-se por “grupos prioritários” os diferentes perfis de agricultores familiares, destacados pela Lei Federal 11.947 no artigo 14º (assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas) e pela Resolução/CD/FNDE Nº 38/2009 no Artigo 20º (agricultores familiares com produção orgânica e/ou agroecológica). Deste modo estes perfis de agricultores passam a ser fornecedores preferenciais no processo de aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor agrícola familiar, para o PNAE.

Neste cenário os agricultores familiares, que integram o Território da Cidadania Zona Sul, têm a possibilidade de usufruir de um "ambiente legal", que facilita sua participação, neste novo canal de comercialização. Neste contexto de acesso aos mercados institucionais por parte dos agricultores familiares ligados ao PNAE, destacam-se as ações realizadas nos municípios de São Lourenço do Sul, Cerrito, Pedro Osório e Capão do Leão.

⁴ Este é o termo adotado pelos pesquisadores ao se referirem aos estudantes de escolas públicas de educação básica (municipais e estaduais), que recebem a alimentação proporcionada pela escola.

De acordo com Corrêa (2011), São Lourenço do Sul foi um dos municípios pioneiros na aquisição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar no território, bem como no RS. No ano de 2010 o município investiu 36% dos recursos financeiros destinados à alimentação escolar, para a aquisição de gêneros produzidos pela agricultura familiar, os quais foram distribuídos em 54 escolas que atendem 4.074 estudantes.

O município de Cerrito vem aumentando o percentual de investimentos destinados para a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o PNAE. No primeiro ano após a criação da obrigatoriedade, o município investiu mais de 44% do total dos recursos neste processo de aquisição (PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRITO, 2010). Já no ano de 2012 o investimento foi de aproximadamente 93% (ALTEMBURG, CALDAS e BECKER, 2013).

Já o município de Pedro Osório investiu, no ano de 2012, o total de 66% de seus recursos destinados ao programa, realizando a compra de agricultores familiares da região e de instituições que estes integram. Entre elas destacam-se: COSULATI LTDA, agricultores familiares dos municípios de Arroio do Padre, Pedro Osório e Canguçu (PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO OSÓRIO, 2012).

Conforme dados fornecidos pela Prefeitura Municipal, o município do Capão do Leão, no ano de 2011, investiu 33,7% de seus recursos para a compra de alimentos das seguintes organizações da agricultura familiar: Cooperativa Sul Ecológica (Pelotas, RS) e COSULATI (Pelotas, RS), não comprando alimentos nem dos agricultores locais, nem dos agricultores familiares que integram os dois assentamentos de reforma agrária existentes no município.

Tendo como base este quadro, optamos por realizar a fase exploratória da pesquisa a partir da dinâmica do processo de aquisição de alimentos da agricultura familiar para o PNAE operacionalizado no município de Capão do Leão. Isto se justifica, pois o município apresenta demanda por estes alimentos, mas não os adquire dos dois assentamentos de reforma agrária que integram os grupos de “fornecedores prioritários” para o PNAE. Diante deste cenário diverso e complexo, esta dinâmica foi eleita como o objeto desta pesquisa.

Desta forma, o trabalho centrou-se nas seguintes questões: Quais os papéis desempenhados pelo Poder Público Municipal⁵, através das ações realizadas pelos gestores públicos envolvidos com o PNAE desenvolvido no Capão do Leão (RS)? Que motivos contribuem para os agricultores familiares locais, assentados da reforma agrária, não participarem diretamente do PNAE no município de Capão do Leão (RS)? Quais as estratégias que permitem um conjunto de agricultores familiares com produção de alimentos de base ecológica, do município de Pelotas, fornecer alimentos para o PNAE do Capão do Leão (RS)?

Em suma, estas são questões relevantes a cerca das relações dos principais atores sociais e entidades envolvidas no processo de aquisição e fornecimento de alimentos para o PNAE do município de Capão do Leão, bem como, os fatores limitantes para a participação dos agricultores familiares locais, assentados da reforma agrária, como fornecedores de alimentos para o programa, que procuraram ser respondidas.

1.2 Hipóteses de trabalho

A necessidade de ampliar os conhecimentos a respeito dos agricultores familiares – detentores de um papel central no cenário agrário, agrícola, social e econômico do país – assim como, conhecer os diferentes fatores que influenciam o processo de tomada de decisão para construir suas estratégias de reprodução, tornam-se pertinentes para compreender as dinâmicas desta categoria social.

Dentre as diversas estratégias desenvolvidas por estes agricultores está a sua participação em programas nacionais através das políticas públicas, aqui se faz alusão ao PNAE por ser este um efetivo canal de circulação dos produtos da agricultura familiar, ainda pouco conhecida em sua diversidade e complexidade.

Cabe salientar, que dentro do Território da Cidadania Zona Sul, este programa se destaca em alguns municípios onde ocorre a participação de um significativo número de agricultores familiares e volume de recursos

⁵ No que diz respeito ao Poder Público Municipal de Capão do Leão (RS) refere-se diretamente aos seguintes setores: Secretaria de Educação e Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, pois possuem maior relação o processo de aquisição de alimentos do PNAE.

empregados para a aquisição dos alimentos por eles produzidos desde 2006, garantindo a alimentação de escolares de toda a região. Para tanto, temos como foco o município de Capão Leão, por este operacionalizar um PNAE que não adquire alimentos de um grupo prioritário de fornecedores de alimentos, os agricultores familiares locais assentados da reforma agrária, adquirindo parte dos alimentos de entidades de agricultores familiares do município de Pelotas.

Nesse contexto, considera-se que:

- Existe uma simetria de informações que fundamentam as estratégias produtivas definidas pelos agricultores familiares e as ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal do Capão do Leão (RS), no que tange o fornecimento de alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar;
- Características da organização social e produtiva dos assentados da reforma agrária do Capão do Leão condicionam o fornecimento de alimentos para o PNAE de seu município.
- A natureza da organização social e produtiva dos agricultores familiares do município de Pelotas, associados à Cooperativa Sul-Ecológica, é fundamental para que estes forneçam alimentos para o PNAE do Capão o Leão;

1.3 Objetivos:

Nesta subseção serão apresentados os objetivos a serem atingidos ao longo da construção desta pesquisa.

1.3.1 Objetivo Geral:

Esta dissertação tem como objetivo analisar o processo de aquisição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar do município do Capão do Leão (RS), a partir da operacionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

1.3.2 Objetivos específicos

Baseado neste quadro foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

1) Analisar as ações realizadas pelo Poder Público Municipal de Capão do Leão (RS) ligadas ao PNAE, no que tange a aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar para escolas municipais;

2) Compreender as dinâmicas sociais e produtivas dos agricultores familiares locais, assentados da reforma agrária, que não fornecem alimentos diretamente para o PNAE no Capão do Leão (RS), identificando os motivos que contribuem para que isso não ocorra.

3) Identificar as estratégias sociais e produtivas que permitem aos agricultores familiares do município de Pelotas fornecerem alimentos para o PNAE desenvolvido nas escolas municipais de Capão do Leão (RS);

1.4 Método

Nesta seção serão apresentados elementos referentes à metodologia adotada para explorar e descrever a dinâmica do processo de aquisição de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) desenvolvido no município de Capão Leão.

Inicialmente apresentamos os conceitos básicos adotados para responder os objetivos propostos, os critérios utilizados para a seleção dos sujeitos da pesquisa, o enfoque metodológico, as técnicas e ferramentas empregadas para a coleta e análise de dados.

1.4.1 Aproximação conceitual dos temas centrais da pesquisa

Os eixos centrais de nossa pesquisa foram a agricultura familiar e os mercados institucionais - especificamente o PNAE, no que diz respeito à sua dinâmica de aquisição de alimentos no município investigado e os elementos

que viabilizam a participação de entidades ligadas a esta categoria oriundas de municípios vizinhos, enquanto os agricultores locais assentados da reforma agrária não participam diretamente deste.

Portanto, é importante destacarmos os conceitos assumidos ao longo desta pesquisa, afim de melhor compreender os objetivos e resultados deste trabalho.

Tendo a agricultura familiar como um dos eixos centrais de nossa pesquisa, cabe destacarmos alguns critérios que nos permitem defini-la como uma categoria social. Ela é marcada pela associação de três elementos: família-produção-trabalho, os quais influenciam seu processo de tomada de decisão para construir diferentes estratégias de produção e de reprodução - econômica e social em diversos agroecossistemas ao longo de sua história, garantindo o “horizonte das gerações” desta categoria social (WANDERLEY, 2009).

Segundo Wanderley (1999; 2009), o termo "horizonte das gerações" está ligado ao fato que a família detentora dos meios de produção, pode elaborar e desenvolver diversas estratégias, com o intuito de garantir sua sobrevivência à curto prazo, suprimindo necessidades imediatas como o autoconsumo, mas também através de estratégias que garantam a reprodução social das gerações futuras.

Diante deste cenário, optamos em assumir uma definição de agricultura familiar que compreenda os traços essenciais que caracterizam esta categoria social, tal como definem Gasson e Errington (1993 apud SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 43). Segundo estes autores a agricultura familiar possui traços elementares, tais como: a gestão e o trabalho são realizados pelos proprietários, que vivem na unidade de produção e têm ligações familiares entre si. Sendo que os meios de produção pertencem ao grupo familiar e estes podem ser transferidos para as próximas gerações.

Esta categoria social vem sofrendo com uma série de elementos que dificultam a comercialização de seus produtos, enquanto parcelas significativas das sociedades não conseguem ter acesso a estes alimentos o que gera a insegurança alimentar.

Segundo Hirai e Sacco dos Anjos (2007), houve diversas iniciativas para aproximar alimentação e segurança alimentar. Este processo culminou com a

criação da Política Nacional de Segurança Alimentar, que tem como pontos fundamentais o atendimento às necessidades alimentares e nutricionais da população e também a retomada da produção nacional de alimentos com objetivo de atingir a autossuficiência, para a superação de importantes problemas sociais enfrentados pelo país.

De acordo com Maluf (2011), a “segurança alimentar e nutricional” (SAN), está ligada a dois pontos fundamentais: a produção e a apropriação dos alimentos. A produção de alimento deve ser voltada para o cultivo, a criação de alimentos saudáveis e sustentáveis, que respeitem a cultura e os hábitos locais de produtores e consumidores. Já a forma de apropriação destes alimentos deve se dar de forma regular, permanente e suficiente, não comprometendo o acesso dos sujeitos a outras necessidades também tidas como essenciais.

A formulação desta e de novas políticas públicas desencadearam o desenvolvimento de ações voltadas para a promoção do fortalecimento da agricultura familiar e superação da insegurança alimentar (BELIK e CHAIM, 2003; 2009; BELIK e DOMENE, 2012; ALTEMBURG, CALDAS e BECKER, 2013). Neste contexto, destacamos as ações voltadas para aquisição de alimentos desta categoria, através dos mercados institucionais, promovendo a reconexão entre a produção e consumo de alimentos (TRICHES e SCHNEIDER, 2010; 2012).

Diante desta discussão, compreendemos como políticas públicas:

[...] o conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda, em diversas áreas. Expressa a transformação daquilo que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço público. (GUARESCHI, et al 2004, p. 180).

No Brasil, as políticas públicas têm sido uma importante ferramenta para a construção de mercados institucionais, que vêm permitindo a superação do problema de comercialização enfrentado pelos agricultores familiares ao longo das últimas décadas, através do fornecimento de alimentos para diversas instituições como escolas, hospitais, penitenciárias, etc. Os mercados institucionais são caracterizados por apresentar uma configuração própria, conforme afirma Grisa (2009, p. 5):

[...] Por “mercado institucional” designa-se uma configuração específica de mercado em que as redes de troca assumem uma estrutura particular, previamente determinada por normas e

convenções negociadas por um conjunto de atores e organizações, onde o Estado geralmente assume um papel central, notadamente através de compras públicas.

Dentro deste universo das compras públicas institucionais, destaca-se o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), também conhecido como: “merenda escolar”. Ele é desenvolvido no país desde 1954 e passou a ter abrangência nacional com o reconhecimento deste como um direito constitucional no ano de 1988.

Desde então, este programa regulamentado como política pública vem sofrendo alterações no seu marco legal, sendo um dos mais significativos o realizado no ano de 2009 com a criação da Lei Federal 11.947 e da Resolução/CD/FNDE Nº 38, aprovadas em julho daquele ano.

Esta nova configuração do programa trouxe inovações especialmente no processo de aquisição de alimentos, procurando integrar a alimentação saudável e o respeito aos hábitos alimentares locais, estimulando para tanto, o investimento obrigatório de, pelos menos, 30% dos recursos financeiros destinados para o programa, na aquisição de alimentos produzidos por agricultores familiares.

Isso pode ser verificado nos artigos 14 da Lei Federal 11.947 e 20 da Resolução/CD/FNDE Nº 38/ 2009. O artigo 14 da Lei 11.947 regulamenta o percentual de recursos financeiros repassados ao PNAE, a serem empregados na aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar.

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, **priorizando-se os assentamentos de reforma agrária**, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2009, grifos meus).

O mesmo artigo nos fornece elementos para construir a denominação de “grupos prioritários” de fornecedores do PNAE, os quais são formados pelos seguintes perfis de agricultores familiares: assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas, comunidades quilombolas e agricultores agroecologistas. Sendo que este último perfil de agricultores está evidenciado no 20 artigo da Resolução/CD/FNDE Nº 38, o qual apresenta a prioridade da compra de gêneros alimentícios orgânicos e/ ou agroecológicos, produzidos pela agricultura familiar, conforme apresentado abaixo:

Art. 20. Os produtos da Agricultura Familiar e dos Empreendedores Familiares Rurais a serem fornecidos para Alimentação Escolar serão gêneros alimentícios, priorizando, sempre que possível, os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos (BRASIL, 2009).

Sendo assim, estes dois artigos nos fornecem dados para determinar os grupos prioritários de agricultores familiares fornecedores de alimentos para o PNAE desenvolvido no município de Capão do Leão, sendo eles: assentados da reforma agrária e de “base ecológica”.

Para fins desta pesquisa, empregamos a terminologia: “agricultores de base ecológica”, por entender a complexidade e a multidimensionalidade (ética, política, cultural, social, econômica e ambiental) que integram os sistemas de produção de base ecológica desenvolvidos por estes agricultores familiares, os quais vão ao encontro dos princípios da Agroecologia.

Segundo Caporal e Costabeber (2004), a Agroecologia consiste em uma nova ciência, a qual transpõe as correntes teóricas convencionais, sendo construída a partir do pensamento sistêmico, absorvendo elementos de diferentes ciências, formando um conjunto de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas, respaldando as iniciativas à transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e da agricultura convencional para modos de desenvolvimento rural e práticas de agriculturas sustentáveis.

Diante deste quadro, há de se considerar que o processo de aquisição de alimentos da agricultura familiar para o PNAE pode influenciar as dinâmicas sociais e produtivas dos agricultores envolvidos (BELIK, 2009).

Para tanto, faz-se necessário definirmos o que são as dimensões sociais e as dimensões produtivas investigadas ao longo desta pesquisa. Por “dimensões sociais” compreendemos os aspectos ligados à organização social dos agricultores familiares, tanto no interior da unidade produtiva, como fora dela, através de grupos formais, e/ou informais, os quais estabelecem – através do diálogo - um momento de discussão e construção de estratégias de produção, comercialização e até mesmo de reprodução social.

Enquanto, que as “dimensões produtivas” dizem respeito aos aspectos ligados as estratégias de organização da produção agrícola familiar (diversidade e escala de cultivos e/ou criações) desenvolvidas nos

agroecossistemas, os quais viabilizam a segurança alimentar e a geração de renda do grupo familiar.

Ou seja, a dinâmica integrada destas duas dimensões, social e produtiva, vem a integrar o que Mazoyer e Roudart (2010) determinam como “sistema social produtivo” dos sistemas agrários, o qual é integrado por elementos como: força de trabalho, conhecimento, saber-fazer, instrumentos, equipamentos, plantas e animais, os quais são determinados a partir da estrutura familiar e das inter-relações desta com o agroecossistema (meio cultivado) onde vive e com os mercados.

A partir desta breve apresentação dos conceitos adotados para a realização da pesquisa, iremos apresentar os procedimentos metodológicos adotados para a exploração do objeto de estudo e dos sujeitos envolvidos.

1.4.2 Procedimentos metodológicos

A pesquisa foi desenvolvida entre os meses de setembro de 2012 à julho de 2013 nos municípios de Capão do Leão e Pelotas, onde residem os agricultores familiares que fornecem alimentos de forma direta e indireta para o PNAE de Capão do Leão.

A escolha do município e dos sujeitos da pesquisa⁶ justifica-se em função da complexidade do processo de aquisição de alimentos para o PNAE de Capão do Leão. Atualmente este processo é coordenado pela Secretaria Municipal de Educação e conta com o fornecimento de alimentos de entidades formais de agricultores familiares de fora do município. Enquanto os agricultores familiares locais, assentados da reforma agrária, que representam uma das categorias sociais prioritárias para o fornecimento de alimentos do Programa, não participam dele.

Desta forma, os critérios empregados para determinar o tema e o local deste estudo estão relacionados com dois elementos: primeiro, o fato de nenhuma das 36 famílias de agricultores locais, que integram os dois assentamentos de reforma agrária localizados no Capão do Leão, participarem diretamente do fornecimento de alimentos para o PNAE; segundo, as dificuldades encontradas pela administração deste município em aplicar, o

⁶ Ver Minayo (2012)

mínimo obrigatório de 30% do total dos recursos financeiros repassados pela União, para a aquisição de alimentos da agricultura familiar para o PNAE.

Como apresentado na seção anterior este último critério foi construído a partir dos artigos 14 a Lei Federal 11.947 e 18 da Resolução Federal 38, que regulamentam o processo de aquisição de alimentos do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

A complexidade do Programa, como uma ferramenta para a reconexão entre a produção local de alimentos da agricultura familiar com os consumidores locais, é o alicerce para o critério de seleção do problema de pesquisa e dos sujeitos, respaldando-se nas contribuições de Minayo (2012), ao definir que é pesquisa:

[...] a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. **Por tanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema de vida prática.** As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionados. São frutos de determinada inserção na vida real, nela encontrando suas razões e seus objetivos. (p. 16, grifos meus)

A partir da seleção do município foi realizada uma fase exploratória⁷, para a construção do projeto de pesquisa que deu origem a esta dissertação. Este momento exploratório nos permitiu identificar os atores sociais envolvidos direta e indiretamente na aquisição e fornecimento de alimentos para o PNAE no Capão do Leão.

Esta fase foi construída a partir do uso de entrevistas informais⁸ com diversos informantes-chaves⁹ ligados ao PNAE do Capão do Leão e aos agricultores familiares locais, tais como: gestores públicos, responsável técnica

⁷ Segundo Minayo (2012, p. 26), "fase exploratória" consiste no momento de construção do projeto de pesquisa, que permite a delimitação do objeto, a construção de hipóteses, a definição do marco teórico e metodológico (instrumentos, procedimentos, escolha do espaço e da amostra), que serão empregados ao longo de sua operacionalização.

⁸ Segundo Silveira e Gerhardt (2009), a entrevista informal é comumente empregada em estudos exploratórios, com a finalidade de permitir a aproximação do pesquisador com a temática da pesquisa. Esta técnica pode fornecer diversos dados que facilitam a construção da pesquisa, a seleção de novos informantes, e até mesmo a revisão das hipóteses iniciais do trabalho, caso necessário.

⁹ Neste trabalho adotamos o seguinte conceito de informante-chave: "[...] informantes particularmente estratégicos para revelar os segredos do grupo" (Minayo, 1992, p. 118). Ou seja, pessoas capazes de expressar os pontos de vista da coletividade, a partir de sua própria inserção no grupo.

do PNAE¹⁰, extensionistas de entidades dos municípios de Capão do Leão e Pelotas, ligadas aos agricultores familiares investigados.

O critério para a seleção dos gestores públicos foi à proximidade destes com o processo de aquisição de alimentos para o PNAE do Capão do Leão. Desta maneira, os membros escolhidos estão ligados aos setores da alimentação escolar, secretaria municipais de Educação e de Agricultura, Indústria e Comércio.

Já os critérios para a seleção dos agricultores familiares fornecedores de alimentos para o PNAE foram construídos a partir do levantamento de dados acerca da dinâmica de aquisição de gêneros alimentícios do Programa, realizada durante a fase exploratória da pesquisa.

De acordo com este levantamento, o PNAE do município do Capão do Leão adquire apenas alguns produtos da agricultura familiar, como hortaliças e frutas (oriundos de produção de base ecológica). Estas são fornecidas por agricultores familiares do município de Pelotas, associados à Cooperativa Sul Ecológica, a qual foi selecionada nas três chamadas públicas realizadas no ano de 2012, bem como, a COSULATI (Cooperativa Sul-riograndense de Laticínios Ltda), que forneceu carne de frango e leite.

Diante destas duas entidades fornecedoras, optamos por selecionar apenas agricultores familiares da Cooperativa Sul Ecológica, para representar o grupo de agricultores familiares fornecedores de alimentos para o PNAE do Capão do Leão. Tendo em vista que a COSULATI possui agricultores associados em 38 municípios da região sul, dificultando a identificação dos agricultores que fornecem o leite e o frango para o PNAE do município investigado.

Deste modo, do total de 12 agricultores familiares da Cooperativa Sul Ecológica que forneceram alimentos para o Programa no ano de 2012, apenas 30 % do total integraram a amostra, ou seja, 4 agricultores, os quais foram selecionados aleatoriamente.

No que diz respeito à seleção dos potenciais fornecedores de alimentos da agricultura familiar para o PNAE do Capão do Leão, foram selecionados

¹⁰ Segundo a Lei Federal 11.947 no Art. 11, a responsabilidade técnica pela alimentação escolar nos Estados e nos Municípios, bem como nas escolas federais é da nutricionista, a qual será o técnico responsável e deverá respeitar as diretrizes previstas na referida Lei, bem como na legislação pertinente, no que se refere a suas atribuições específicas.

apenas agricultores locais, assentados da reforma agrária, por constituírem parte do grupo prioritário de fornecedores de alimentos para este Programa, conforme já citado anteriormente.

O município do Capão do Leão possui 36 famílias de agricultores familiares assentadas de reforma agrária, divididas entre dois assentamentos, sendo: 14 famílias integrantes do Assentamento 24 de Novembro e 22 famílias do Assentamento Construtores da Palma (INCRA, 2012).

Para delimitar este grupo de sujeitos da pesquisa tivemos como critério de seleção as informações geradas em uma reunião realizada no ano de 2010, pelos extensionistas do Escritório Municipal da EMATER, onde estiveram presentes os gestores públicos municipais, a responsável técnica do PNAE e os assentados da reforma agrária do município. Nesta ocasião, 8 (oito) famílias de assentados da reforma agrária, foram identificadas como potenciais fornecedoras de gêneros alimentícios, mas que até o momento não tinham sido incorporados ao Programa.

A partir desta informação, foi delimitada a amostra representativa de agricultores familiares potenciais fornecedores, num total de oito famílias assentadas da reforma agrária. No entanto, foram entrevistadas apenas 6 (seis) famílias, em função da saturação¹¹ dos dados e também por estes dois agricultores não estarem mais interessados em participar do programa.

Assim sendo, optamos por realizar a seleção dos sujeitos da pesquisa por inclusão progressiva, sem definir o número mínimo ou máximo de participantes, tendo a saturação como critério limitante do tamanho da amostra.

A definição da amostra dos gestores públicos e dos agricultores familiares (fornecedores e não fornecedores de alimentos para o PNAE) foi dirigida, pois procurou dialogar com um grupo de sujeitos e entidades capazes de produzir informações aprofundadas e ilustrativas do problema central de pesquisa, independente do tamanho da amostra (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 32).

Em função dos objetivos propostos, esta pesquisa possui uma abordagem mista, ou seja, quantitativa e qualitativa. Cabe salientar que estas

¹¹ Segundo Deslandes (2012, p. 48), a saturação da amostra ocorre quando há uma regularidade na apresentação das concepções, explicações e sentidos construídos pelos sujeitos incluídos na pesquisa.

abordagens não são opostas, mas sim complementares, onde uma alcança resultados que a outra não conseguiu atingir. Enquanto uma abordagem pergunta “o que acontece” e “como acontece”, a outra pergunta “por que acontece”. Desta maneira a pesquisa qualitativa “[...] dá sentido e confiança à exploração quantitativa” (CASTRO, 2006, p. 108), procurando atentar para as relações entre os sujeitos e os elementos que integram o contexto de seu cotidiano.

Desta forma, a abordagem mista representa uma forma diferenciada para compreender fenômenos complexos, reconhecendo e compreendendo elementos do universo de pesquisa que vão além do que pode ser captado por hipóteses perceptíveis, verificáveis ou de difícil quantificação inicial.

Ainda de acordo com os objetivos propostos, esta é uma pesquisa de natureza exploratória, pois procurou compreender a dinâmica do processo de aquisição de alimentos da agricultura familiar através da operacionalização do PNAE no município do Capão do Leão.

A coleta de dados ocorreu entre os meses de setembro de 2012 à abril de 2013, nos municípios de Capão do Leão e Pelotas, empregando como técnica de coleta de dados entrevistas, utilizando um questionário semiestruturado como ferramenta de coleta, já que possuem perguntas fechadas e abertas, as quais têm como objetivo permitir que o entrevistado abordasse o tema em questão, sem perder o foco na pergunta realizada.

A escolha desta técnica justifica-se por ser considerada uma forma privilegiada para interagir com os sujeitos da pesquisa, mantendo proximidade com as relações existentes na própria sociedade, ou no grupo pesquisado (MINAYO, 2012)

Portanto, foram elaborados três tipos de entrevistas semiestruturadas¹², dirigidas para os seguintes grupos: a) gestores públicos, b) agricultores familiares fornecedores de alimentos para o PNAE em Capão do Leão e c) agricultores familiares locais, assentados da reforma agrária, que não fornecem alimentos para o PNAE no Capão do leão.

Os questionários semiestruturados possuem pontos comuns, tais como: elementos referentes à história de vida dos sujeitos, o (re) conhecimento do da

¹² Ver questionários nos apêndices A, B, e C desta dissertação.

Lei Federal 11.947 que regulamenta o Programa Nacional de Alimentação Escolar e as exigências legais do processo de aquisição de alimentos da agricultura familiar e de seus grupos prioritários. Além de pontos específicos, por exemplo: os procedimentos adotados pelo poder público para a aquisição de alimentos da agricultura familiar para o PNAE no Capão do Leão, os fatores que viabilizam a comercialização de alimentos dos agricultores familiares que residem em Pelotas para o PNAE no Capão do Leão e os motivos que levam os agricultores familiares locais, assentados da reforma agrária, que não participam do Programa no município onde residem.

Após a elaboração dos questionários foi realizado o teste-piloto com dois agricultores. Assim, foi diagnosticada a necessidade de algumas alterações no questionário para que a entrevista atendesse devidamente as necessidades da pesquisa. Depois do questionário reestruturado, as entrevistas foram aplicadas no trabalho de campo¹³, atentando para alguns aspectos importantes, como: apresentação, menção do interesse da pesquisa, apresentação de credencial institucional (carta de apresentação), explicação dos motivos da pesquisa, justificativa da escolha do entrevistado, garantia de anonimato e de sigilo e a conversa inicial (MINAYO, 2012).

Os instrumentos empregados para o registro das falas foram o gravador (Modelo: IC RECORDER ICD-PX312/ Sony[®]), o próprio questionário e o diário de campo¹⁴, sendo estes dois últimos instrumentos empregados para registrar informações e as observações realizadas sobre o contexto da entrevista e outros elementos levantados pelo entrevistado, os quais fugiam questões contidas no questionário e foram considerados pertinentes pela pesquisadora para a construção do trabalho.

Outra ferramenta utilizada para o registro do trabalho foi uma câmera fotográfica digital (Modelo: Sony NEX-C3K[®], resolução 16.2 MP, lente 18-55 mm), a qual possibilitou o registro fotográfico das atividades realizadas no

¹³ O conceito de “trabalho de campo” assumido nesta pesquisa foi construído a partir das contribuições de Minayo (2012), a qual afirma que este é um momento relacional, específico e prático importante, pois é nele que ocorre a construção do conhecimento empírico da pesquisa social, a partir da interação entre o pesquisador, a realidade e os sujeitos que serão investigados.

¹⁴ O diário de campo consiste em uma ferramenta utilizada na observação participante, ele é um caderno, ou arquivo eletrônico, onde são registradas as informações que vão além das perguntas que integram o questionário da entrevista (Ver MINAYO, 2012, p. 71)

trabalho de campo. As fotos foram organizadas em um banco de imagens¹⁵, utilizadas para identificar sujeitos da pesquisa e ilustrar parte do contexto onde o trabalho foi desenvolvido, algumas destas imagens podem ser encontradas ao longo desta dissertação.

Os dados obtidos nas entrevistas foram armazenados em um banco de dados, e foram posteriormente transcritos pela autora da dissertação, utilizando o software QSR NVivo[®], versão 10.

As respostas obtidas nas questões abertas foram descritas¹⁶, analisadas¹⁷ e interpretadas¹⁸ a partir da perspectiva qualitativa, procurando explorar o conjunto das opiniões e representações sociais sobre o processo da aquisição e fornecimento de alimentos, oriundos da agricultura familiar, para o PNAE no Capão do Leão.

Desta forma, este estudo não abrangeu a totalidade das falas registradas, mas os pontos comuns entre elas, bem como algumas singularidades próprias de cada sujeito, procurando articular estes dados com a fundamentação teórica deste trabalho.

Com o intuito de melhor atender os objetivos propostos, os dados primários, obtidos nas questões abertas da entrevista semiestruturada, foram analisados utilizando a análise de conteúdo, a qual é definida como um:

[...] conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos a descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 48).

Considerando a abordagem de Bardin (2011), é possível afirmar que a análise de conteúdo é uma estratégia de análise que permite compreender os elementos que estão para além dos discursos construídos pelos sujeitos da pesquisa. Ao fazê-la, o pesquisador ou analista, procura compreender a

¹⁵ Ver apêndice O ou consultar diretamente o sítio <http://youtu.be/b0m3cbj5Hrs> .

¹⁶ A descrição das opiniões dos entrevistados, quando apresentadas nesta dissertação procuraram ser apresentadas de maneira fiel, e respeitando o anonimato dos sujeitos da pesquisa.

¹⁷ Segundo Gomes (2012), p. 80 compreende-se por análise a ação de ir além do que está descrito, através da decomposição de dados e da construção de relações entre as partes decompostas.

¹⁸ A interpretação, dentro da análise de dados qualitativos, é a busca de sentidos das falas e ações, que permitem compreender ou explicar estes dados, indo além da descrição e da análise (GOMES, 2012).

complexidade encontrada na comunicação, através do que está expresso ou omitido nas “entrelinhas” para compreender outros significados de naturezas diversas (psicológica, sociológica, política, etc.). Este conjunto de técnicas tem como objeto de análise a fala, ou seja, a prática da língua realizada por emissores identificáveis, com o objetivo de conhecer o que está além das palavras sobre as quais se debruça.

É preciso ressaltar os desafios encontrados para realizar a análise da fala do entrevistado, pois esta é uma produção relativamente espontânea, onde o entrevistado organiza, mais ou menos, suas vontades. No entanto, o analista deve estar atento para um paradoxo, o de ser capaz de identificar representações que sejam características do grupo social, que o entrevistado integra, e conhecer a riqueza de cada fala, a “singularidade individual” (BARDIN, 2011).

Portanto, a análise de conteúdo de entrevistas é um processo que exige perícia do analista, pois ele deve compreender a fala do entrevistado a partir do mundo subjetivo deste sujeito. Sendo que a cada nova entrevista, o analista necessita realizar um exercício de abstração de si próprio e das entrevistas anteriores, com o intuito de reduzir a contaminação de suas análises. Sem deixar de estar atento para a “transversalidade temática” presente na coletividade das entrevistas.

Desta forma, empregamos três técnicas de análise de conteúdo para explorar os dados coletados através das entrevistas, foram elas: análise temática, características associadas ao tema central e análise das oposições. A primeira técnica consiste na divisão do texto, neste caso, na fala transcrita a partir da entrevista, em alguns temas principais, ou seja, em núcleos de sentido, cuja frequência de aparição pode significar algo. Já a segunda técnica tem como base a associação de características ao tema central e (consiste) se dá na identificação de significados associados ao tema central. Enquanto a terceira técnica baseia-se na elaboração de esquemas de temas, características ou sequências que expressem universos opostos na mesma fala (BARDIN, 2011).

Para realização da análise de conteúdo foram adotados alguns elementos específicos, tais como: código linguístico com suporte oral; a unidade de registro adotada foi a de frases e orações, as quais foram

selecionadas a partir das transcrições das entrevistas; as unidades de contexto selecionadas foram duas: institucional - pois representam o poder público e o meio rural, por representar o contexto dos agricultores familiares investigados.

Também foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos para a análise das respostas dos entrevistados: a) decomposição em frases e orações; b) distribuição em categorias¹⁹; c) descrição do resultado da categorização, bem como, de seus resultados; d) realização de inferências²⁰ dos resultados; e) interpretação²¹ dos resultados obtidos a partir da fundamentação teórica deste trabalho (BARDIN, 2011; GOMES, 2012).

No que tange o levantamento de dados secundários, este foi realizado através de pesquisa documental e bibliográfica, com a finalidade de coletar e analisar diferentes informações que contribuíram para a melhor compreensão do problema de pesquisa, das características gerais da região onde o trabalho foi desenvolvido, bem como, para a construção do marco teórico a partir de uma breve revisão bibliográfica sobre temas como: agricultura familiar e as dinâmicas do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

As informações levantadas pela pesquisa documental e bibliográfica foram organizadas através da técnica de fichamento, para que os principais dados fossem registrados e acessados de forma rápida ao longo das atividades, desde o momento de elaboração do projeto de pesquisa que deu origem a esta dissertação.

Ao longo deste processo foram consultados documentos de diversas fontes bibliográficas e digitais, cita-se: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério de Desenvolvimento Agrário, Ministério da Educação, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Instituto

¹⁹O processo de categorização consiste na classificação de elementos constitutivos de conjunto, por diferenciação, reagrupamento (analogia – com critérios pré-definidos). Desta forma a categorização consiste na reunião de grupos de elementos, neste caso frases ou orações (unidades de registro) sob um título genérico (homogêneo). Para tanto, o processo de construção de categorias seguiu alguns princípios: a) as categorias devem ser exaustivas, exclusivas, concretas, adequadas.

²⁰ O processo de inferências consiste na dedução de algo do conteúdo que está sendo analisado, procurando articulá-lo com outras premissas já aceitas a cerca do mesmo tema. Desta forma o analista procura articular o material a ser analisado, com os fatores objetivos e subjetivos que determinam suas características Bardin (2011) e Gomes (2012).

²¹Em relação ao procedimento de interpretação, ele consiste no momento de ir além da mensagem encontrada no material, tendo como base as inferências para a construção de uma discussão que dialogue com o marco teórico construído e contribua para o enriquecimento das discussões a respeito do tema da pesquisa Bardin (2011) e Gomes (2012).

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Sistema Integrado de Gestão Rural dos Assentamentos do RS (SIGRA/INCRA), Secretaria Municipal de Educação de Capão do Leão, Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio de Capão do Leão, entre outras fontes de dados relevantes.

A partir desta construção metodológica, entende-se que é possível compreender o processo de aquisição de alimentos da agricultura familiar e as dinâmicas sociais e produtivas realizadas pelos fornecedores prioritários do Programa de Alimentação Escolar do município do Capão do Leão.

2 CONTEXTO EMPÍRICO

No que pese ao contexto empírico desta pesquisa, decidimos apresentar algumas características geográficas, ambientais, históricas, econômicas, políticas, sociais e culturais do Rio Grande do Sul, bem como, a influência destes elementos sobre o processo de ocupação do RS, especialmente dos municípios que fazem parte deste estudo, Pelotas e Capão do Leão, procurando obter uma visão sistêmica das relações sociais e produtivas dos sujeitos da pesquisa com o espaço geográfico onde estão inseridos e as atividades agropecuárias por eles desenvolvidas.

2.1 Características gerais do município de Capão do Leão

Nesta seção destacam-se algumas linhas gerais sobre a história e organização social e produtiva. Em relação à seção 2.3 que trata da caracterização do município de Pelotas, foram acrescentados elementos ambientais considerados apropriados para compreender algumas características dos agricultores familiares de Capão do Leão, classificados como possíveis fornecedores de alimentos para o PNAE de Capão do Leão investigados nesta pesquisa.

As principais características históricas, agrárias e de ocupação do município do Capão do Leão estão ligadas ao processo social e histórico do município de Pelotas, do qual Capão do Leão se emancipou no dia 3 de maio de 1982 e tem os seguintes municípios como vizinhos: Morro Redondo e Pelotas ao Norte, com Rio Grande ao leste, Pedro Osório e Arroio Grande ao Sul e com Cerrito ao oeste (Figura 1).

Também cabe destacar algumas características ambientais do município. Segundo o Plano de Saneamento Básico do Município de Capão do Leão, realizado no ano de 2010, a região geológica onde o município está

situado é de sedimentar cenozoica e de rochas graníticas da borda leste do Escudo sul-rio-grandense.

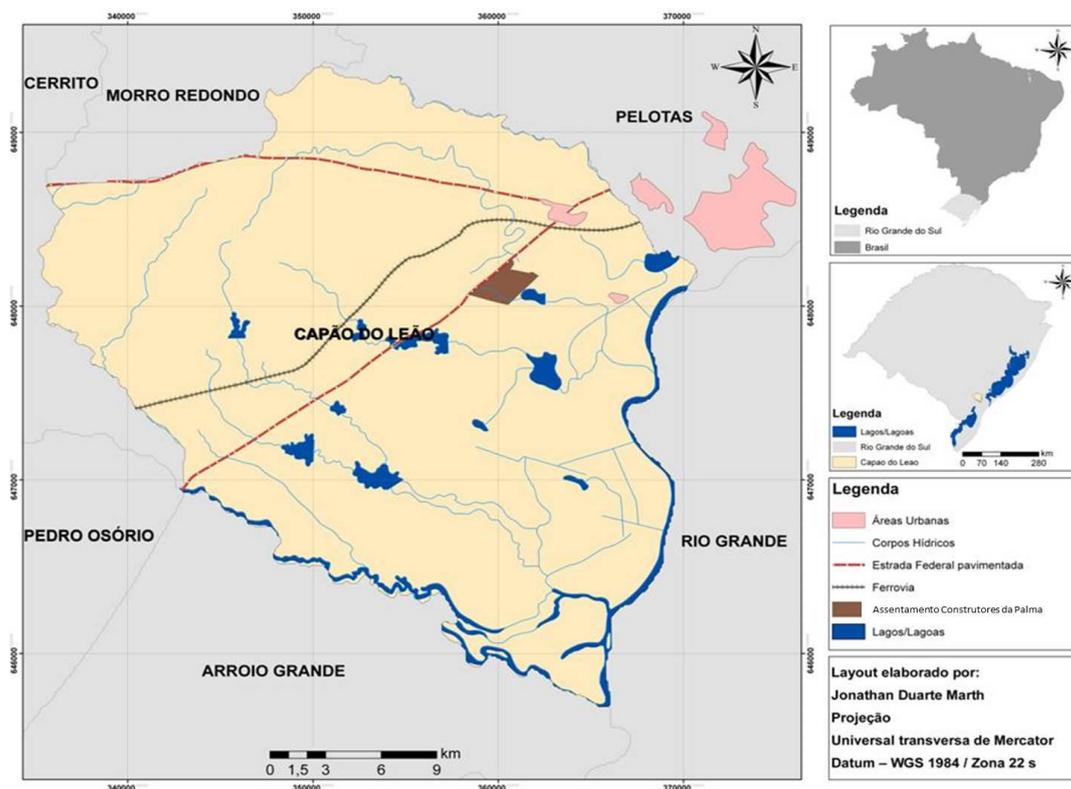


Figura 1 - Mapa ilustrativo do município de Capão do Leão e da localização do Assentamento da Reforma Agrária Construtores da Palma.

Fonte: Ribeiro (2012), com correção do nome do assentamento feito pela autora desta pesquisa.

A área do município é de 785.373 Km² e apresenta uma variação de relevo que vai das regiões mais altas, passando por coxilhas, áreas planas (inundáveis e não inundáveis), com predominância de Argissolos, Neossolos litólicos e Planossolos (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DO LEÃO, 2010) (Figura 2). Na região de predominância de Argissolos, há limitações de fertilidade e tendência ao desenvolvimento de processos erosivos (solos alumínicos). Os Neossolos são raros e em função disso são direcionados para o cultivo de pastagens. As regiões de Planossolos possuem plantações de arroz irrigados. Estas zonas são caracterizadas pela má drenagem, o que dificulta o manejo em função do alto nível de umidade.

No que diz respeito à hidrografia, o principal aquífero que abastece as residências do município, especialmente nas regiões mais planas, onde estão localizadas as residências dos assentados da reforma agrária Construtores da

Palma e 24 de Novembro é sedimentar. Em função disso, as águas²² extraídas deste local geralmente são salobras e impróprias para consumo e utilização industrial e agrícola. Já nas regiões mais altas do município, ocorrem outras limitações hídricas em relação à quantidade de água captada, já que estes aquíferos têm baixa capacidade de vazão (Prefeitura Municipal de Capão do Leão, 2010).

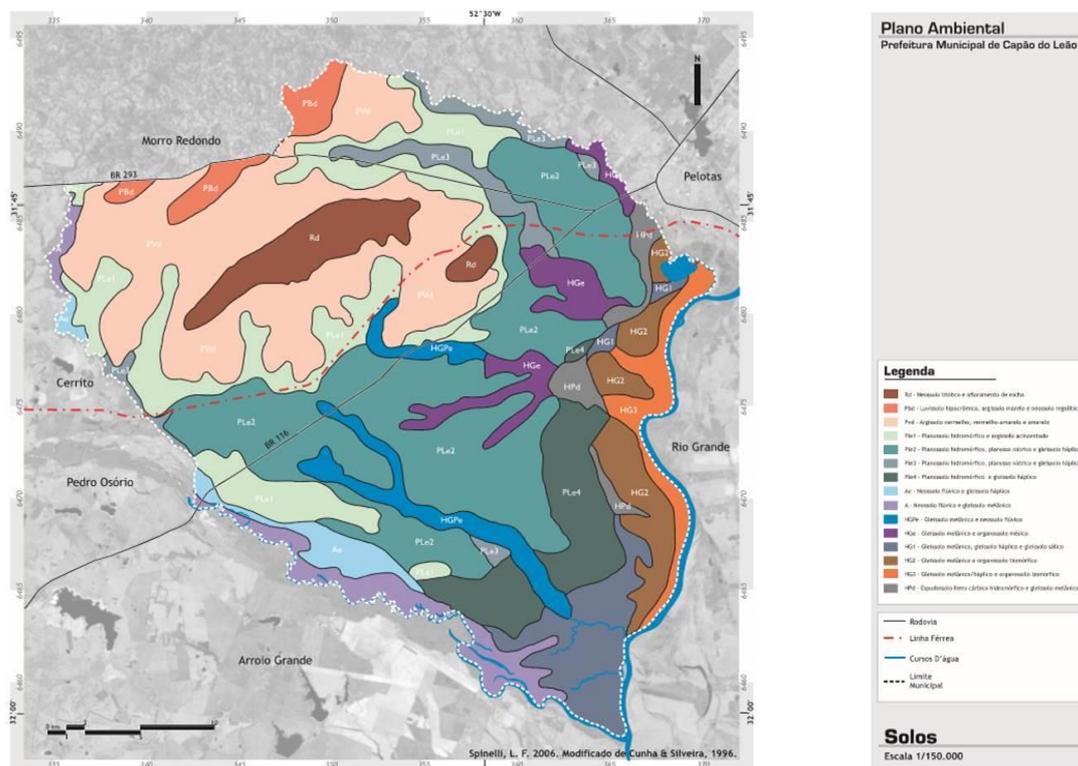


Figura 2 - Mapa da classificação dos solos de Capão do Leão
Fonte: Plano Municipal de Saneamento Básico de Capão do Leão (2010)

Em relação ao clima do Capão do Leão, este é similar ao de Pelotas, pois sofre intensa influência climática, marcada pela grande quantidade de umidade no ambiente, devido a proximidade destes com canal de São Gonçalo e da Laguna dos Patos.

A soma destes elementos ambientais anteriormente citados, aliados ao relevo, que vai de plano à ondulado, com altitudes que variam entre 7 a 200 metros acima do nível do mar, contribuíram para o desenvolvimento de uma vegetação nativa adaptada à estas condições. Dentre elas, formações campestres que formam pastagens naturais nas regiões de solos rasos e de

²² Ver apêndice G o qual apresenta imagens dos recursos hídricos disponíveis nos assentamentos da reforma agrária de Capão do Leão.

bosques naturais; vegetação pioneira (matagais) nos solos mais profundos. Faz-se importante destacar que na região de maior altitude é encontrada a serra de rocha granítica, enquanto nas regiões mais planas e de menor altitude estão localizadas barragens e áreas irrigadas para o plantio de arroz (WIZNIEWSKY, 2001).

Atualmente, a maior parte da vegetação nativa do município não existe mais, por causa dos sistemas de produção agrícola de natureza intensiva desenvolvidos nos últimos anos no município, tais como a produção de arroz, monocultivos florestais exóticos e mais recentemente pelo plantio de soja, que foram responsáveis pelas transformações na cobertura vegetal original em lavouras.

O processo de ocupação do município de Capão do Leão, ocorrido entre os séculos XVIII e XIX, tem pontos comuns com a história do município de Pelotas, pois também se deu através da doação de sesmarias e pelo processo de colonização privada. Logo, seu território foi formado basicamente por três das sete sesmarias que integravam a região de Pelotas, sendo elas: São Tomé, Pavão e Sant'Ana, as quais pertenciam, respectivamente, a Manoel Moreira de Carvalho, Rafael Pinto Bandeira e Antônio Araújo (Figura 3).

Nestas estâncias eram desenvolvidas atividades ligadas à agropecuária, especialmente a produção de charque. Para isso, os estancieiros utilizavam a mão de obra de índios, colonos açorianos e escravos africanos.

Como consequência deste processo de formação do município, originaram-se dois grupos sociais: o estancieiro - dono do latifúndio e detentor do capital – e os índios, colonos açorianos e escravos, que representavam a mão de obra barata, a miséria e o trabalho duro. Esta diversidade étnica ainda teve reflexos culturais, pois desencadeou um processo de miscigenação que resultou no chamado “pelo duro”, o autêntico gaúcho que posteriormente povoou esta região (WIZNIEWSKY, 2001).

Já no século XX, especificamente no ano de 1908, o território do atual município de Capão do Leão sofreu novas alterações no que diz respeito a sua ocupação e organização social, pois foi intensificada a extração de rochas graníticas, especialmente pela empresa "*Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul*", que se instalou na região em virtude do consórcio entre firmas francesas e o governo brasileiro. Este tinha como objetivo construir o porto

marítimo do município Rio Grande, para tanto foi necessário abrir um canal de 10 KM entre a Laguna dos Patos e o Oceano Atlântico, sendo este uma das 10 maiores obras hidráulicas do mundo (SILVA, 2006).

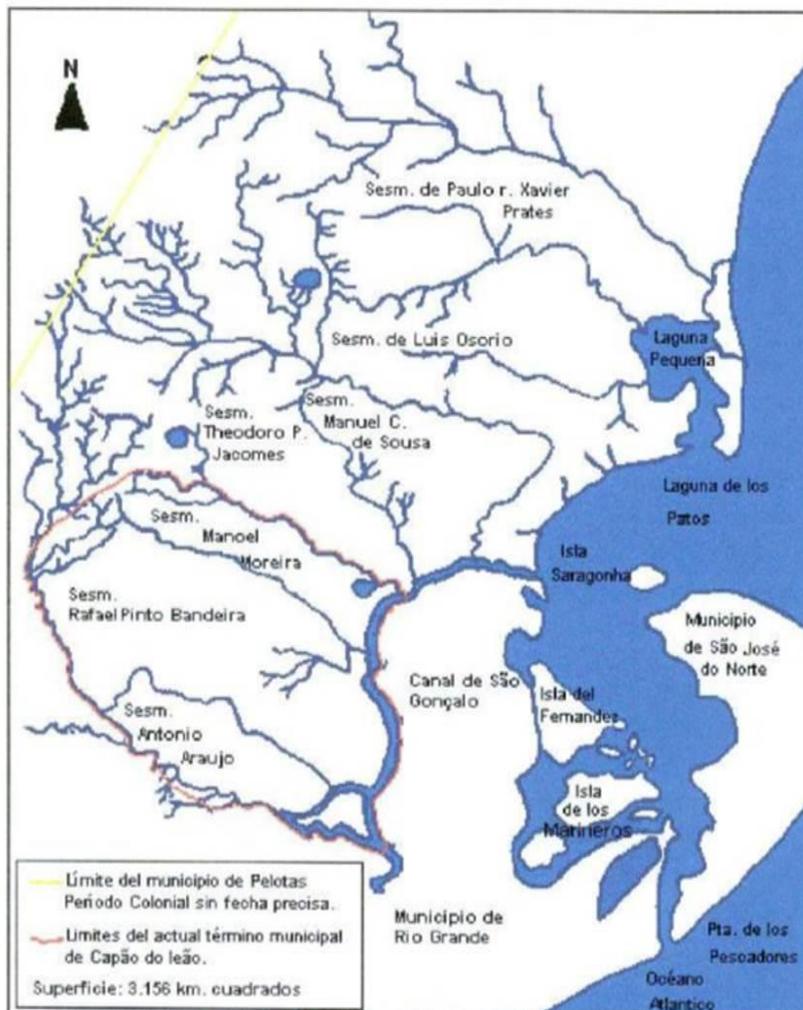


Figura 3– Mapa ilustrativo das 7 sesmarias que deram origem ao território do município de Pelotas e posteriormente ao município de Capão do Leão.

Fonte: WIZNIEWSKY, 2001.

Consequentemente, 4 milhões de toneladas de granito foram extraídos das reservas do município de Capão do Leão e do atual distrito de Monte Bonito (Pelotas). Para o transporte deste material foram construídos 128 Km de ferrovias que ligaram estes municípios aos Moles da Barra de Rio Grande, o que facilitou o processo de construção do porto marítimo.

Este empreendimento gerou a migração de muitas pessoas que serviram de mão de obra, tanto para a construção da infraestrutura, como para a extração de granito em Capão do Leão. Neste período foi registrada a chegada colonos de diversas etnias: francesa, alemã e italiana, as quais

passaram a produzir frutas e legumes, para abastecer o município e arredores (SILVA, 2006; WIZNIEWSKY, 2001).

A ocupação deste território, aliado à distribuição de terras deu-se por herança e alterou a estrutura fundiária do município, promovendo a formação de pequenas propriedades rurais. Esta categoria foi atingida pela crise agrária brasileira causada pelo processo de modernização do campo, pois estes trabalhadores possuíam pequenas unidades de produção e o pouco capital, para desenvolver suas atividades de modo competitivo no mercado da região. Estas transformações contribuíram para o processo de empobrecimento das populações e pelo êxodo rural no município, onde estes antigos agricultores, ou seus filhos, passaram a integrar o cenário urbano de Capão do Leão e Pelotas, ocupando suas periferias à procura de subempregos (WIZNIEWSKY, 2001).

Dentro deste cenário é que surge o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) no Capão do Leão como movimento social de luta contra injustiças, especialmente no que tange o acesso à terra. Na década de 1990 foram criados dois assentamentos da reforma agrária em terras públicas do município. No entanto, os latifúndios ainda ocupavam a maior parte da área dos estabelecimentos agropecuários como relata Wizniewsky (2001, p. 383):

En Capão do Leão, a pesar de que ya existieren dos asentamientos de reforma agraria, todavía permanece la supremacia del latifúndio, de modo semejante a como hemos observado lo que atrañe a la estrucutra agraria de Brasil y RS.

Portanto, o somatório de fatores históricos, sociais, culturais e ambientais, foram determinantes para a criação de dois assentamentos da reforma agrária no município, sendo eles: Construtores da Palma e 24 de Novembro, onde reside parte dos sujeitos da pesquisa, especificamente os agricultores familiares não fornecedores de alimentos para o PNAE do município de Capão do Leão.

2.2 Características Gerais do Rio Grande do Sul

Nesta subseção serão apresentados diferentes aspectos geográficos, climáticos, biológicos, históricos, culturais, sociais e econômicos do Estado do Rio Grande do Sul, para que possamos compreender parte das dinâmicas do processo de fornecimento de alimentos pelos agricultores familiares

investigados, para o Programa de Alimentação Escolar no município do Capão do Leão.

O estado do Rio Grande do Sul possui uma área de 281. 730,2 Km², incluindo as áreas lagunares – Laguna dos Patos e Mirim, localizado entre os paralelos 27°03'42" e 33°45'09 latitude sul, e 49°42'41" e 57°40'57" longitude oeste, na porção meridional do Brasil, o que lhe garante características peculiares em relação aos demais estados do país, especialmente no que tange elementos como clima e vegetação (SEPLAG, 2012).

Em função de sua localização geográfica o RS possui clima subtropical úmido ou temperado, o qual é influenciado pelas massas de ar provenientes da região polar e da área tropical continental e atlântica. Em função da combinação destes fatores as temperaturas apresentam grandes variações ao longo das estações do ano, sendo os verões quentes, com temperaturas máximas em torno de 40°C e invernos rigorosos, com temperaturas mínimas de -10°C, as quais podem ocasionar a formação de geada e eventualmente a precipitação de neve. As temperaturas médias variam entre 15°C e 18°C (SEPLAG, 2012).

No que diz respeito ao regime de precipitações, o clima subtropical úmido ou temperado do Estado permite uma distribuição das chuvas de forma uniforme ao longo do ano, não havendo estações de secas ou inundações definidas. No entanto, ocorrem variações no volume das chuvas em relação às regiões sul e norte do Estado. Sendo que a região sul possui uma precipitação média anual menor, entre 1.299 e 1.500mm quando comparada com a região norte, onde a média varia entre 1.500 e 1.800mm, apresentando microrregiões com maior intensidade de chuvas, como é o caso do noroeste do Estado, especialmente na região da encosta do planalto (SEPLAG, 2012).

Este conjunto de elementos geográficos e ambientais contribuiu para a formação de dois grandes biomas²³ no RS: o Pampa e a Mata Atlântica (Figura 4).

²³Segundo Coutinho (2006), o bioma consiste em: “uma área do espaço geográfico, com dimensões de até mais de um milhão de quilômetros quadrados, que tem por características a uniformidade de um macroclima definido, de uma determinada fitofisionomia ou formação vegetal, de uma fauna e outros organismos vivos associados, e de outras condições ambientais, como a altitude, o solo, alagamentos, o fogo, a salinidade, entre outros. Estas características todas lhe conferem uma estrutura e uma funcionalidade peculiares, uma



Figura 4 - Mapa de Biomas do Rio Grande do Sul
 Fonte: SEPLAG – Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã do Estado do Rio Grande do Sul (2012)

O Bioma Mata Atlântica tem como principal tipo de vegetação a floresta ombrófila densa, formada por árvores de grande porte. Esta vegetação se estende ao longo de quase toda a costa atlântica brasileira e sobre as escarpas leste da Serra Geral e da Serra do Mar, ocupando uma área de aproximadamente 1.110.182 Km, ao longo de dezessete estados do país. No Rio Grande do Sul o bioma Mata Atlântica ocupava 37% do território, especialmente a metade norte do Estado, onde estão localizados solos profundos, bem drenados, com boa aptidão agrícola, por exemplo: latossolo e chernossolo (Figura 5). Atualmente o bioma possui apenas 7,5% de áreas remanescentes, em relação à área de cobertura vegetal original, as quais se encontram bastante fragmentadas, devido ao elevado grau de ação antrópica, especialmente para exploração do solo para fins agrícolas (SEPLAG, 2012).

O Bioma Pampa, caracterizado pela vegetação campestre, ocorre somente no Estado do Rio Grande do Sul/BR e se espalha para países

ecologia própria”. Atualmente o Brasil possui seis grandes biomas terrestres: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal.

vizinhos: Argentina e Uruguai (BOLDRINI *et al.* 2010). No Brasil o bioma possui uma área de aproximadamente 176.496 Km², o que corresponde a 62,64% da área do RS (IBAMA, 2004). Este bioma tem clima chuvoso, relevo marcado por planícies suavemente onduladas, formado por um mosaico de solos basálticos e sedimentares rasos e frágeis.

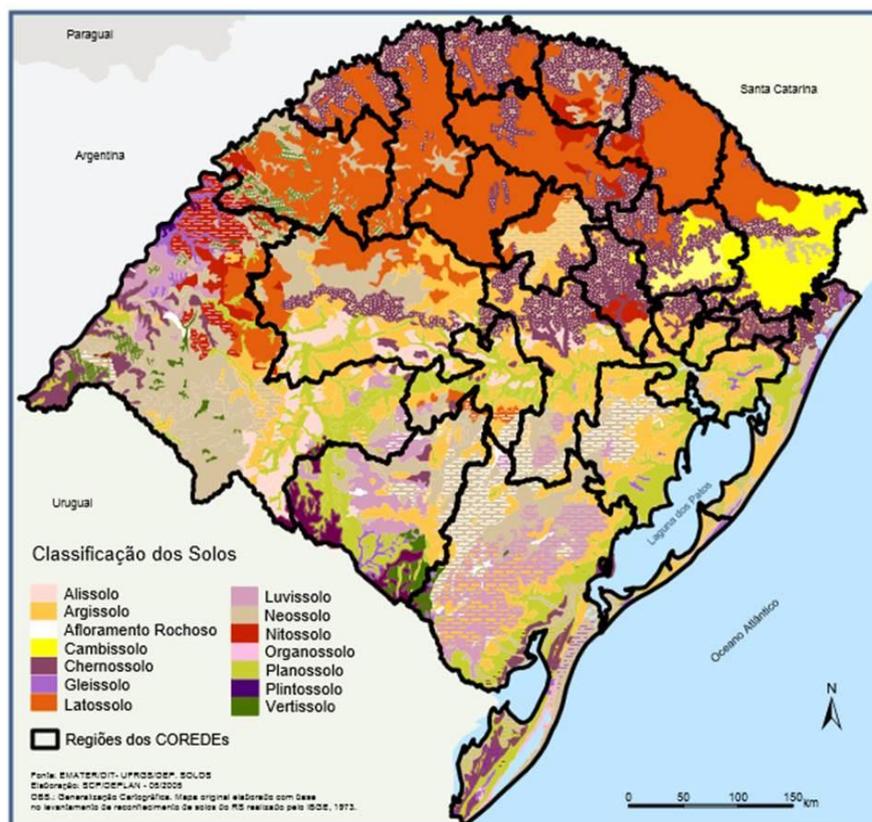


Figura 5– Mapa da classificação dos solos do Rio Grande do Sul, conforme os COREDEs (Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul).

Fonte: SEPLAG – Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã do Estado do Rio Grande do Sul (2012)

Atualmente o Bioma Pampa possui apenas 0,4% da vegetação nativa original, o que faz com ele ocupe o segundo lugar entre os biomas mais ameaçado do país, ficando atrás apenas do bioma Mata Atlântica.

Os principais impactos que contribuem para seu elevado nível de degradação são a intensificação das atividades agropecuárias e o cultivo de monoculturas florestais exóticas (INSTITUTO PAMPA BRASIL, 2009).

Segundo Bernardes (1997), as condições ambientais, clima e relevo, aliados à vegetação nativa do Estado, marcada por dois grandes grupos de vegetação, campo e floresta, acabaram influenciando os hábitos culturais da

população indígena, que já habitava o RS e posteriormente dos colonizadores europeus e africanos.

Os primeiros habitantes do Rio Grande do Sul foram os povos indígenas, dentre eles destacam-se: os guaranis, os charruas e os guaianás. Estes povos habitavam as seguintes regiões respectivamente: norte, sul e missões (SEHN e ILHA, 2000).

O segundo momento do processo de ocupação do RS foi marcado pelo tratado de Tordesilhas, quando o território gaúcho pertencia à Espanha. Em função disto, os primeiros habitantes estrangeiros a chegar aqui foram os padres jesuítas espanhóis, no século XVII, quando deram início às primeiras reduções jesuíticas a partir do ano de 1626, organizando a estrutura comunitária dos Sete Povos das Missões. Nestas reduções a força de trabalho era indígena e se praticavam diversas atividades, dentre elas a agricultura, com sistemas de produção agropecuários, formados por cultivo de erva-mate (*Ilex paraguariensis*) e criação de rebanho bovino, associada à extração de couro (SEPLAG, 2012; SEHN e ILHA, 2000).

As estruturas comunitárias dos Sete Povos das Missões chamaram a atenção da empresa escravista da época, a qual escravizou parte da população indígena, através da ação dos bandeirantes, ocasionando o abandono do gado, que se multiplicou formando grandes rebanhos selvagens (SEHN e ILHA, 2000).

No século XVIII, tem início um novo movimento de ocupação, agora organizado pela Coroa Portuguesa, com a distribuição de sesmarias²⁴ para “pessoas de prestígio” e/ou militares, com a finalidade de garantir a posse das terras da coroa. Outros beneficiados por este sistema de distribuição de terras foram os açorianos que originalmente praticavam a policultura, no entanto este sistema de produção foi reduzindo, com o estabelecimento destes agricultores em estâncias²⁵, dando espaço para a pecuária extensiva, a qual era baseada inicialmente na captura de gado selvagem disperso das reduções jesuíticas, com mão de obra escrava de origem africana (SEPLAG, 2012).

²⁴ Segundo Sehn e Ilha (2000) sesmarias foi um processo implementado em Portugal em 1375 e posteriormente adaptado no Brasil durante o período Colonial, com o objetivo de tornar as terras abandonadas produtivas.

²⁵ Estâncias é uma denominação dada as grandes extensões de terras, concedida pela Coroa Portuguesa, na forma de sesmarias. Sendo seus proprietários denominados estancieiros.

Este novo processo de ocupação de terras, por portugueses tem início no ano de 1749, quando chegaram os primeiros casais de açorianos na região Sul do Estado, e ocuparam unidades produtivas de aproximadamente 270 hectares, com o objetivo de produzir alimentos para abastecer a Colônia e novos centros urbanos, tais como: Pelotas, Canguçu, Piratini, Arroio Grande, São José do Norte, Herval, Boqueirão (São Lourenço do Sul), Cacimbinhas (Pinheiro Machado), Rio Grande, Mostardas, Taquari, Santo Amaro, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, Cachoeira do Sul e Osório (SEPLAG, 2012).

Anos mais tarde, a região sul do RS, onde estão localizados os atuais territórios dos municípios de Pelotas e Capão do Leão, concentraram uma série de fatos que contribuíram para a consolidação de um novo sistema produtivo voltado para a produção de charque²⁶, sendo eles: a abundância de campos nativos (latifúndios), a pecuária extensiva, a mão de obra escrava e a proximidade da Região Sul com a costa e especialmente com a Lagoa dos Patos - que permitia a navegação e trocas mercantis com outras regiões.

Este conjunto de elementos foi determinante para consolidação da produção de charque, o qual foi um dos sistemas de produção responsável pela prosperidade da região sul, especialmente de municípios como Pelotas e Capão do Leão (Becker, 2010).

Posteriormente, no século XIX teve início o processo de ocupação do território gaúcho por imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, os quais chegaram ao Estado no ano de 1824 e se instalaram na cidade de São Leopoldo, onde cada família recebeu 77 hectares do governo, para produzirem alimentos para sua família e para a região. A última etapa do processo de ocupação do RS foi realizada por imigrantes italianos no ano de 1875, quando chegaram à região do Planalto, onde receberam terras devolutas do Império para desenvolver atividades agropecuárias (SEPLAG, 2012; SEHN e ILHA, 2000).

Estes imigrantes ocuparam a região menos povoada do RS, na região de florestas e encostas, regiões de solos profundos, mais produtivos, que iam ao encontro da “herança agrária” destes e que facilitava o desenvolvimento das agriculturas que eles já conheciam.

²⁶ Charque é uma forma de processamento da carne bovina, a qual é salgada e seca ao sol.

Segundo Mazoyer e Roudart (2010) a agricultura, ou as agriculturas, são atividades complexas, que produzem mais do que alimentos, pois são responsáveis pela construção de uma diversidade de sistemas agrários, frutos de um longo processo de interação entre a espécie humana e os ecossistemas. Ao longo do processo histórico os ecossistemas foram artificializados com o uso da força de trabalho, conhecimentos e *savoir-faire* (saber fazer), bem como, pelo desenvolvimento e uso de ferramentas, equipamentos e técnicas, que permitiram a evolução, introdução e expansão de diferentes formas de agriculturas nos mais variados agroecossistemas do Planeta, formando uma diversidade de agroecossistemas e sistemas sociais produtivos.

Sendo assim, a “Herança Agrária da Humanidade” é fruto do processo evolução e diferenciação dos sistemas agrários desenvolvidos pela espécie humana, ao longo de 10.000 anos A.P.²⁷

Desta forma, este conjunto de elementos: geográficos, ambientais, históricos, culturais, sociais, econômicos e políticos, foram determinantes para a formação da base agrária do Rio Grande do Sul, bem como, de seu processo de ocupação, representado na Figura 6.

Este contexto foi determinante para a organização da estrutura fundiária e agrícola do RS. Segundo o Censo Agropecuário (BRASIL, 2006) o Estado possui 441.472 estabelecimentos agropecuários²⁸, ocupando uma área de 20.326.714 hectares, destes estabelecimentos 85,70% do total é classificada como familiares²⁹, ocupam 30,30% do total da área dos estabelecimentos agropecuários e empregam 80,02% da mão de obra no campo no RS. Enquanto os estabelecimentos não familiares, que representam 14,30% do

²⁷ A. P. Antes do Presente.

²⁸ Segundo o Censo Agropecuário 2006, estabelecimentos agropecuários são definidos como: [...] toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, subordinada a uma única administração – a do produtor ou a do administrador, independente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de sua localização em área urbana ou rural, tendo como objetivo a produção para subsistência e/ou para venda, constituindo-se assim numa unidade recenseável.

²⁹ O Censo Agropecuário do IBGE (2006), segue os critérios para definir estabelecimentos da agricultura familiar, conforme o artigo 3º da Lei Federal 11.326 de julho de 2006, que regulamenta a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, a qual considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I- não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II- utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III- tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV- dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

total dos estabelecimentos, ocupam 69,70% do total da área e emprega apenas 19,98% da mão de obra do campo (Tabela 1).

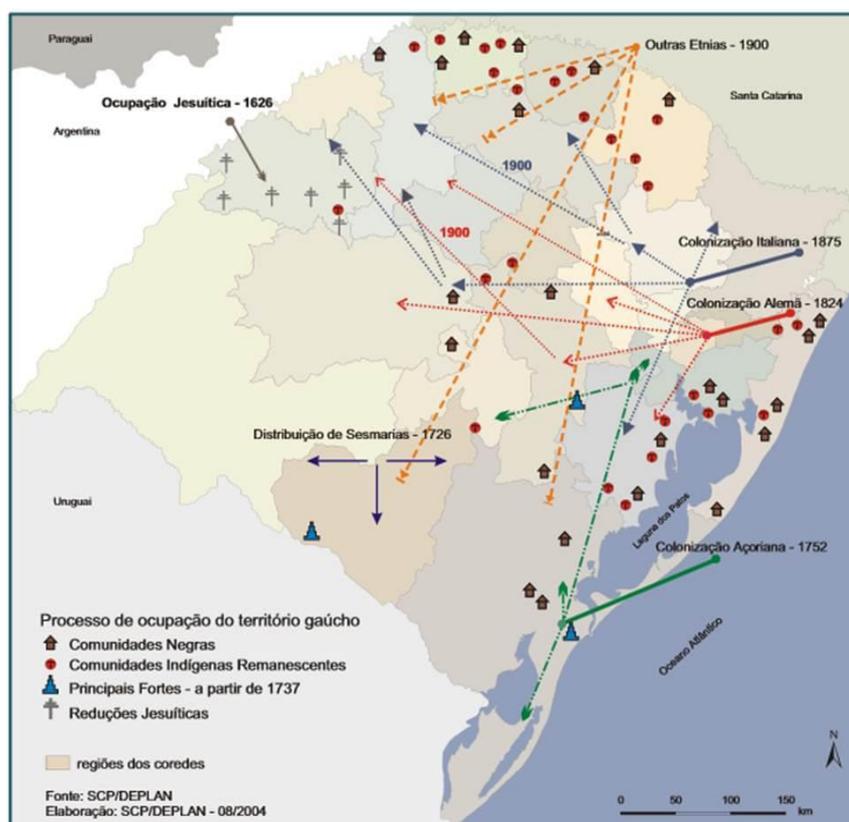


Figura 6 - Mapa do processo de ocupação do território o gaúcho
Fonte: SEPLAG – Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã do Estado do Rio Grande do Sul (2012)

Tabela 1 – Organização da Estrutura fundiária do Rio Grande do Sul

Agricultura familiar - Lei nº 11.326				Não familiar			
Estab	% Estab.	Área (ha)	%Área	Estab	% Estab.	Área (ha)	%Área
378.353	85,70	6.158.610	30,30	63.119	14,30	14.168.104	69,70

Fonte: Elaboração da autora, a partir de dados do Censo Agropecuário 2006 (BRASIL, 2006).

Cabe salientar que o Rio Grande do Sul acompanha a média nacional de número de estabelecimentos agrícolas familiares, ficando em terceiro lugar entre os estados brasileiros.

Atualmente no Brasil 84,4% do total dos estabelecimentos agropecuários são agrícolas familiares e ocupam apenas 24,3% do total da área, empregando 74,4% do total da mão de obra no campo (BRASIL, 2006).

No que diz respeito ao valor produzido pelos estabelecimentos agropecuários do RS, fica evidente a importância da produção agrícola familiar para a economia, pois este valor chegou a 9 (nove) bilhões de reais em 2006,

enquanto que a produção da agricultura não familiar atingiu 7 (sete) bilhões e 600 (seiscentos) milhões de reais (Figura 7) (SEPLAG, 2012).

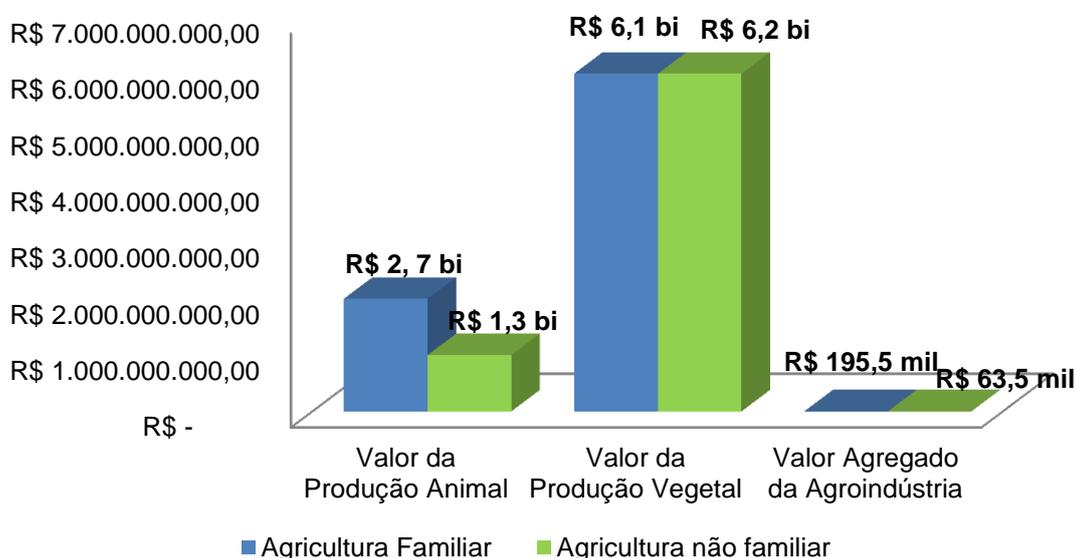


Figura 7 - Valor da produção (R\$) dos estabelecimentos agropecuários no RS no ano de 2006.

Fonte: Elaboração da autora, a partir de dados do SEPLAG (2012).

Ao analisarmos área média dos estabelecimentos agropecuários do RS, podemos obter o seguinte extrato da estrutura fundiária: 85,8% do total destes têm até 50 ha e ocupam apenas 24,4% do total da área agrícola. Enquanto, os estabelecimentos com mais de 500 ha, representam 1,8% do total e ocupam 41,9% das áreas do Estado. O restante deles têm áreas que variam entre 50 ha e 500 ha, representam 12,4% do total, ocupando 32,8% do total da área agrícola do Estado (Figura 8) (SEPLAG, 2012).

Em relação à distribuição destes estabelecimentos agropecuários é possível perceber uma concentração de estabelecimentos agrícola familiares na região norte e central do RS, enquanto os estabelecimentos não familiares estão localizados principalmente entre na região sul e oeste do RS (Figura 9).

Deste modo as regiões sul e oeste possuem o maior percentual de estabelecimentos agropecuários com tamanho acima de 500 ha, variando de 61% a 87% na maioria dos municípios. Quando na Região Norte, são encontrados os menores percentuais de estabelecimentos agropecuários com esta área (Figura 10).

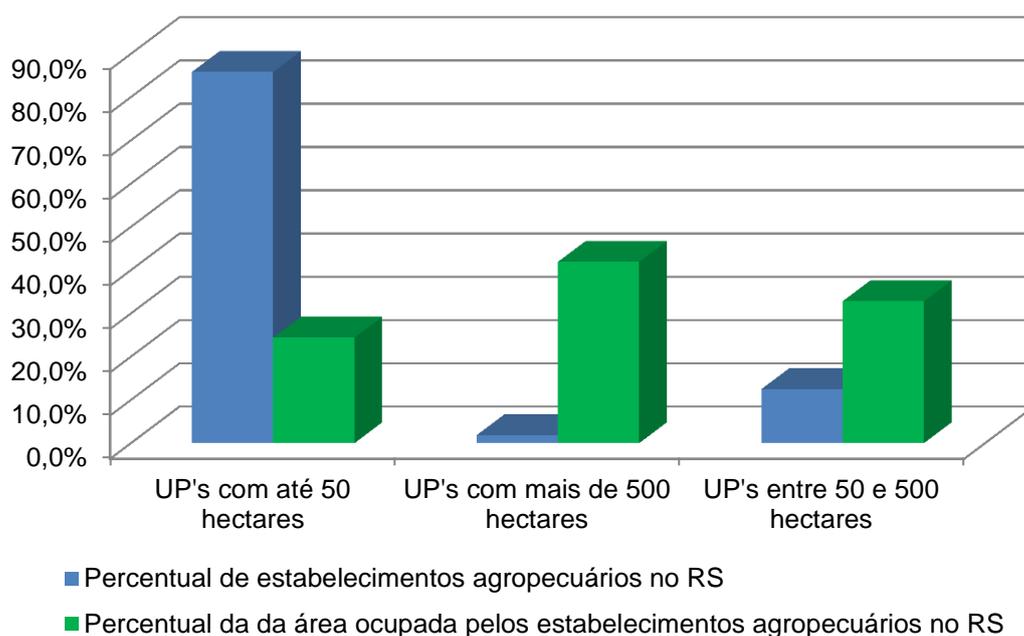


Figura 8 - Número de unidades produtivas e o percentual da área ocupada.

Fonte: Elaboração da autora, a partir de dados do SEPLAG (2012).

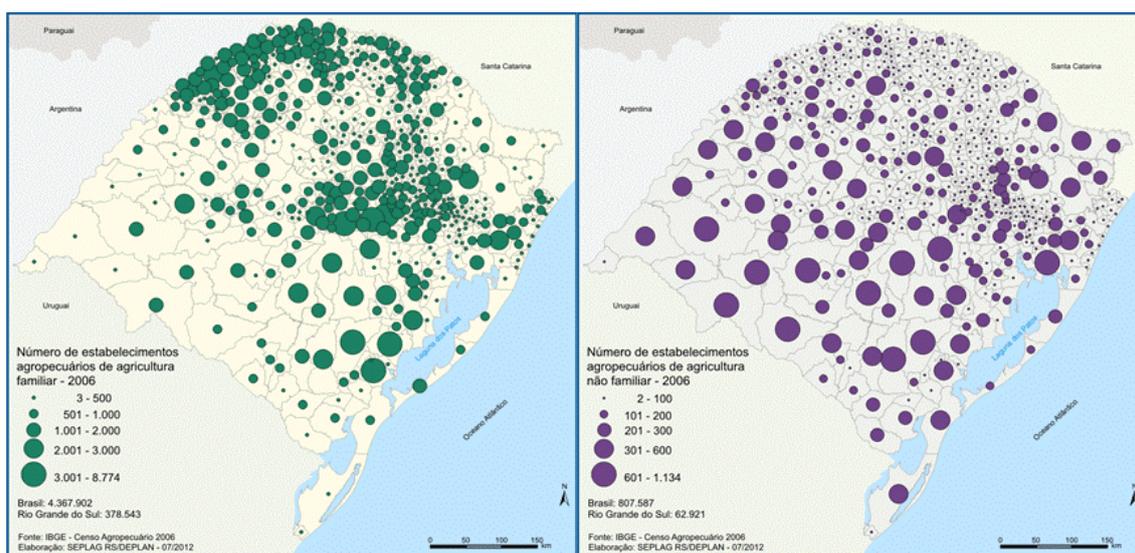


Figura 9 - Comparação da distribuição de estabelecimentos agrícola familiares e não familiares no RS.

Fonte: Elaboração da autora, a partir de dados do SEPLAG (2012).

Diante deste cenário agrícola, é possível compreender os motivos que levam a região sul do RS receber um elevado número de famílias assentadas pela reforma agrária (Figura 11), sendo que muitas destas vieram da região norte e central do RS. Esta migração é fruto das ações promovidas pelo processo de reforma agrária, que têm como objetivo de diminuir as disparidades em relação à distribuição da terra, através da modificação do regime de posse e uso da mesma, procurando promover princípios de justiça

social, desenvolvimento rural sustentável e aumento da produção, através do assentamento de agricultores sem terra, posseiro, assalariado, parceiro, arrendatário e agricultor familiar com unidade de produção menor que um módulo fiscal (WIZNEWSKY, 2001).

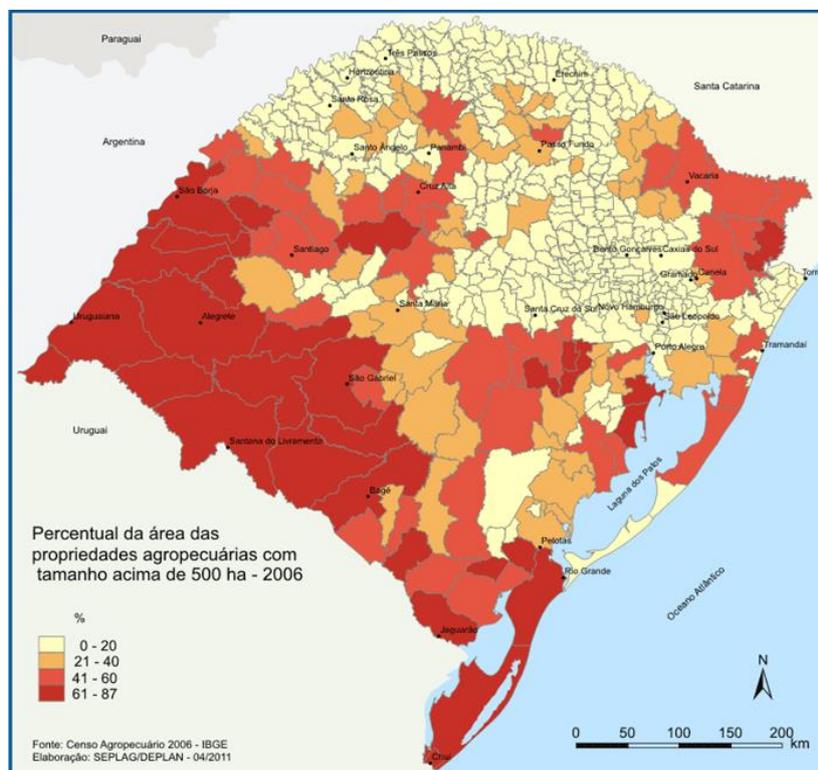


Figura 10 - Mapa do percentual das unidades produtivas com áreas acima de 500 hectares no RS

Fonte: SEPLAG – Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã do Estado do Rio Grande do Sul (2012)

A partir desta breve caracterização do RS, fica clara a importância das atividades agropecuárias familiares para a economia gaúcha, pois este setor é responsável não só pela geração dos alimentos, mas também pela geração de trabalho e renda que vem contribuindo para a fixação do homem no campo.

Segundo dados da SEPLAG (2012), a economia gaúcha, representa a quarta maior economia do Brasil, em função do tamanho de seu Produto Interno Bruto (PIB), que é de R\$296,3 bilhões de reais³⁰, representando 6,7% do total do PIB brasileiro. A partir da análise do Valor Adicionado Bruto (VAB)³¹ fica evidente a centralidade do setor de serviços na economia gaúcha (62,1%

³⁰ Dados preliminares, referentes ao ano de 2012. Fonte: FEE, 2012.

³¹ Miguel e Machado (2010) definem o Valor Agregado Bruto (VAB) como a riqueza bruta produzida na unidade de produção agrícola. Desta forma o Produto Bruto é descontado do valor dos insumos e serviços de terceiros utilizados em um ano agrícola.

do total VAB do RS), seguido pelos setores da indústria (29,2% do total) e agropecuária (8,7% do total) (Figura 12).

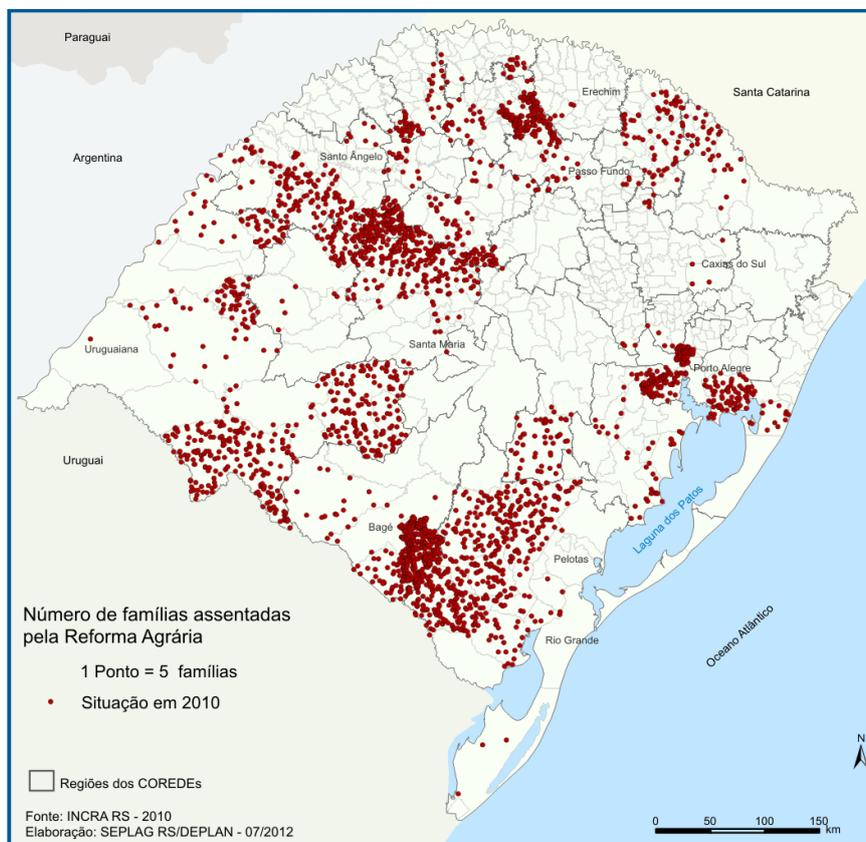


Figura 11 - Mapa do número de famílias assentadas pela Reforma Agrária no RS até o ano de 2010

Fonte: SEPLAG – Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã do Estado do Rio Grande do Sul (2012)

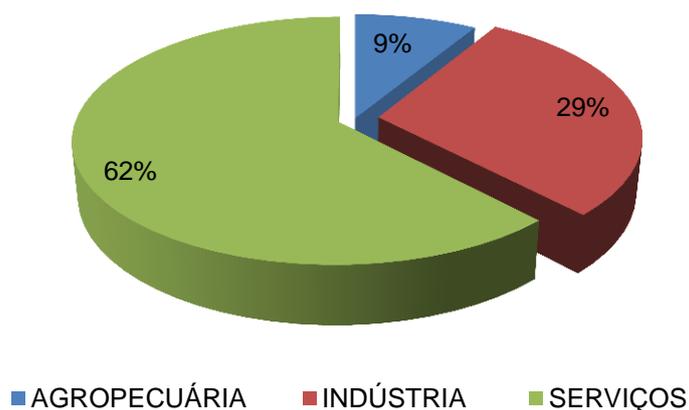


Figura 12 – Estrutura da economia do Rio Grande do Sul, por setores de atividade, referente ao período de 2002-2010 (porcentagem - VAB).

Fonte: Elaboração da autora, a partir de dados do SEPLAG – Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã do Estado do Rio Grande do Sul (2012)

No entanto, a economia do Estado é impulsionada pelas atividades do elo agropecuário e da indústria de transformação. O primeiro tem uma forte

ligação com o elo agroindustrial e a soma dos produtos destes setores representa 30% do total da estrutura econômica do RS. Além disso, cabe destacar que este setor agropecuário também tem influência no setor de exportações, comércio e serviço, especialmente de pequenos municípios (SEPLAG, 2012)

No entanto, a economia do Estado é impulsionada pelas atividades do elo agropecuário e da indústria de transformação. O primeiro tem uma forte ligação com o elo agroindustrial e a soma dos produtos destes setores representa 30% do total da estrutura econômica do RS. Além disso, cabe destacar que este setor agropecuário também tem influência no setor de exportações, comércio e serviço, especialmente de pequenos municípios (SEPLAG, 2012)

Já o setor industrial, que representa 29,2% do total da economia gaúcha, tem como um de seus principais segmentos a indústria de transformação e é responsável por 21,3% do total do produto do setor industrial.

Por fim, o setor de serviços representa 62,1% do total da economia do Estado e tem como principais segmento a Administração Pública e o Comércio, sendo responsáveis por 15,4% e 12,8% do total do setor, respectivamente.

No que diz respeito aos indicadores sociais, especialmente o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)³², o Rio Grande do Sul vem apresentando um desempenho crescente no ranking do IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) nacional, bem como nas dimensões que o integram, ou seja, educação, saúde e renda. No ano de 2010 o RS atingiu níveis altos de desenvolvimento humano, nas seguintes dimensões: IDHM, longevidade e renda. Enquanto que a Educação foi a dimensão com menor índice, sendo classificado como médio (Tabela 2).

Quanto ao setor da educação, o RS atingiu um dos índices mais elevados de alfabetização do país, ficando em quinto colocado entre os estados da federação, pois atingiu o índice 95,5% do total de alfabetização da população acima de 15 anos. O percentual da população adulta com curso

³² Segundo a SEPLAG (2012), o IDH é uma medida sintética, criada na década de 1990, para classificar o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida dos países. Este índice é constituído por três dimensões: Educação (acesso ao conhecimento - EDUCAÇÃO), Saúde (vida saudável e longa -LONGEVIDADE) e Renda (padrão de renda- RENDA), para tanto são analisados dados censitários (1991, 2000, 2010) e os índices são classificados entre que varia entre 0 (baixo) e 1 (alto).

fundamental, médio ou superior é uma das 10 maiores do país (SEPLAG, 2012).

Tabela 2 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Rio Grande do Sul no ano de 2010.

Lugar	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
Brasil	0.727	0.739	0.816	0.637
Rio Grande do Sul	0.746	0.769	0.840	0.642

Fonte: Elaboração da autora, a partir de dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, 2013.

Atualmente o Estado conta com 9.987 estabelecimentos de Educação Básica³³, sendo a maioria de responsabilidade do poder público municipal (50,10% do total), seguido pelo poder público estadual (25,77% do total), dependência administrativa particular (23,75) e por fim, as instituições mantidas pelo poder público federal (0,38) (Tabela 3).

Tabela 3 - Organização da dependência administrativa dos estabelecimentos da Educação Básica no RS no ano de 2012

VALORES	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				Total
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	
Número	38	2.574	5.003	2.372	9.987
Participação %	0,38	25,77	50,10	23,75	100

Fonte: Elaboração da autora, a partir de dados do MEC/INEP - Censo Escolar da Educação Básica 2012.

No ano de 2012 foram realizadas 1.454.483 matrículas no Ensino Fundamental³⁴ gaúcho, sendo a maioria delas realizadas em instituições de ensino municipais (47,95% do total) e estaduais (42,10% do total), seguido por escolas particulares (9,86% do total) e federais, sendo que estas últimas representam menos de 1% do total das matrículas do Ensino Fundamental (Tabela 4).

Tabela 4 - Número de matrículas no Ensino Fundamental no RS

Dep. Administrativa.	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
Número	1330	612297	697396	143460	1454483
Participação %	0,09	42,10	47,95	9,86	100

Fonte: Elaboração da autora, a partir de dados do MEC/INEP - Censo Escolar da Educação Básica 2012.

³³ Segundo a Lei Federal de Diretrizes e Bases da Educação (9394/1996), a educação básica é um dos níveis do sistema de educação, formado pela educação infantil, ensino fundamental e médio.

³⁴ Segundo a LDB (Lei Federal 9394/96) o Ensino Fundamental tem duração mínima de 8 anos, atualmente ele inclui turmas de 1º à 9º ano.

Cabe ainda salientar que atualmente 100% das escolas estaduais e municipais, aproximadamente 7.577 estabelecimentos, fornecem pelo menos uma refeição diária, totalizando 1.309.693 refeições servidas a partir do Programa Nacional de Alimentação Escolar (INEP, 2012).

As ações deste programa são iniciativas com o intuito de combater a fome e promover a segurança alimentar dos escolares, que acaba por contribuir na melhoria do processo de aprendizagem e a reconexão entre consumidores e agricultores familiares (ALTEMBURG, *et al*, 2013).

O levantamento deste complexo mosaico de dados ambientais, sociais, culturais, econômicos agrários e agrícolas do RS, nos traz subsídios para discutir e compreender as principais características do Estado, bem como, parte dos elementos que integram nosso problema de pesquisa.

Na seção subsequente serão apresentados alguns dados sobre o Território da Cidadania Zona Sul do RS, onde a pesquisa foi desenvolvida.

2.3 Características Gerais do Território da Cidadania Zona Sul do Rio Grande do Sul

A partir da breve retomada dos diferentes elementos geográficos, ambientais, históricos, sociais e culturais que influenciaram o processo de ocupação e a formação do Rio Grande do Sul, destacamos nesta seção características do Território da Cidadania Zona Sul.

Cabe aqui esclarecer os critérios que contribuíram para que este recorte geográfico fosse adotado. O primeiro deles é o fato dos municípios do Capão do Leão e Pelotas, onde os sujeitos da pesquisa residem, integram este território. Em segundo lugar, destaca-se a organização social dos agricultores familiares deste Território através do Fórum da Agricultura Familiar da Região Sul do Rio Grande do Sul, o qual tem uma grande proximidade com as atividades desenvolvidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, especialmente através dos programas Territórios da Cidadania.

Dito isso, para fins desta pesquisa adotou-se a seguinte definição de Território da Cidadania:

Território é um espaço físico, geograficamente definido, não necessariamente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (BRASIL, 2009, p. 6)

O Território da Cidadania Zona Sul, está localizado na região Sul do RS, possui uma área de 38.067 Km² e é composto por 25 municípios, sendo eles: Aceguá, Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Candiota, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Cristal, Herval, Hulha Negra, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Turuçu (Figura 13).

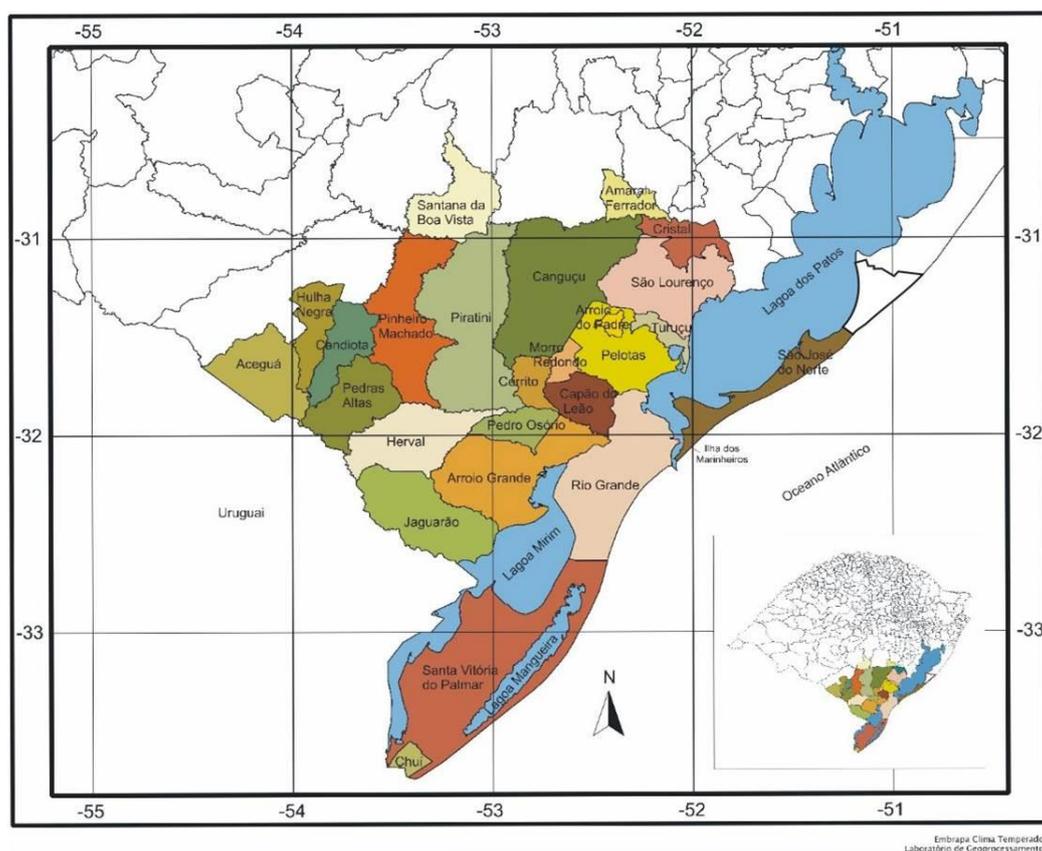


Figura 13 - Mapa Ilustrativo do Território Zona Sul do Estado do RS
Fonte: Embrapa Clima Temperado – Laboratório de Geoprocessamento (2008).

Este Território foi historicamente ocupado por diferentes grupos étnicos, inicialmente indígenas (guenoas, minuanos e charruas) posteriormente por portugueses, africanos (escravos) e imigrantes (alemães, italianos e franceses), os quais povoaram diversas regiões do território e imprimiram nele

sua diversidade agrícola e sociocultural (BRASIL, 2009; SACCO DOS ANJOS et al., 2008).

Desta maneira, o Território foi modificado, em função da herança agrária dos povos nativos e estrangeiros que nele se estabeleceram e da interação destes como os diversos agroecossistemas que integram o Território. Atualmente este espaço apresenta uma diversidade de agriculturas, desenvolvidas especialmente pelos agricultores familiares, as quais apresentam diversos perfis, como os indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária e pescadores artesanais.

Fato que exprime esta diversidade são os 32 mil estabelecimentos agrícolas familiares que cultivam relevante diversidade de alimentos que fazem parte, não só do autoconsumo das famílias, mas também de diferentes canais de comercialização da região.

Como partes integrantes deste universo rural e agrícola familiar destacam-se os assentamentos da reforma agrária, que representam 40% do total presentes no Estado. Estes assentamentos estão localizados nos municípios de Candiota, Capão do Leão, Hulha Negra, Herval, Pinheiro Machado, Pedras Altas, Piratini e Canguçu. Eles foram criados a partir da década de 1980 e são frutos da iniciativa do Governo do Estado do RS e Federal (BRASIL, 2009).

Esta ação governamental foi motivada por vários elementos, dentre eles destacam-se as características da ocupação e da formação da base agrária gaúcha, a qual imprimiu na região sul algumas características, tais como: a atividade pastoril, desenvolvida geralmente em grandes áreas de terra (Figuras 7 e 8 deste trabalho, respectivamente), o que contribuiu para baixa densidade demográfica e concentração de renda encontrada na região.

O somatório destes elementos motivou o governo da época realizar ações voltadas para a reforma agrária no Estado, as quais contribuíram para a revitalização do atual Território, da economia, das relações de trabalho e da estrutura fundiária e agrícola.

Isto pode ser percebido no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território da Cidadania Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul:

As formas de organização social nos assentamentos, como associações e cooperativas, estão envolvendo populações historicamente marginalizadas, como os pecuaristas familiares. Os assentamentos significam antes de tudo, um novo protagonismo na região. (BRASIL, 2009, p. 14)

A maior parte das famílias de agricultores familiares assentadas de reforma agrária do Território é oriunda da região norte do Estado (especialmente das microrregiões Alto Uruguai e Noroeste Colonial), que apresenta uma série de diferenças geográficas, ambientais, climáticas, agrícolas, econômicas, sociais e culturais, quando comparada com a Região Sul do RS, especialmente com o Território da Cidadania Zona Sul (BRASIL, 2009).

Em função disto, os agricultores familiares assentados da reforma agrária no Território da Cidadania Zona Sul vêm encontrando diversos fatores limitantes para o desenvolvimento de suas atividades agrícolas sejam em função de fatores ambientais (tipo de solo, clima e potencial agropecuário da região), ou em função da herança agrária destes agricultores, a qual foi construída a partir das interações destes com elementos ambientais e culturais dos agroecossistemas de sua origem.

Estes elementos dificultam o processo de "redesenho da vida" ou de "territorialização", destes grupos de agricultores, especialmente no que diz respeito a retomada do processo produtivo que acaba sendo limitado em função do choque cultural, ambiental, climático e técnico, desta nova experiência (SILVA, 2010; RIBEIRO e SALAMONI, 2010; RIBEIRO, 2012).

Em função deste contexto complexo, o Território da Cidadania Zona Sul do RS tem como principal característica a diversidade de agriculturas, especialmente aquela desenvolvida pelos agricultores familiares. Esta categoria social se expressa nos diferentes sistemas de produção realizados nesta região, os quais são frutos da combinação das características do agroecossistemas e das atividades complementárias desenvolvidas pelos agricultores.

Ainda entre as atividades agrícolas desenvolvidas por estes atores, em alguns municípios de Território Zona Sul (Pelotas, São Lourenço do Sul, Cerrito, Canguçu, entre outros) destaca-se a produção de diversos alimentos cultivados em sistemas de produção de base ecológica, ou seja, através de práticas agrícolas com menores índices de agressões à natureza, à saúde dos

agricultores e consumidores. Sendo estes produtos comercializados por venda direta e para mercados institucionais, como uma alternativa econômica para alcançar melhores preços e promover uma agricultura sustentável (CASALINHO, 2003; RIBEIRO, SALAMONI e COSTA, 2009; BECKER, 2010, ALTEMBURG, CALDDAS e BECKER, 2013).

Os diversos gêneros alimentícios produzidos pela agricultura familiar no Território da Cidadania Zona sul são comercializados em distintos canais de comercialização, a exemplo: venda direta (leia-se: feiras municipais e diretamente nas residências dos consumidores) e mercados institucionais, especialmente o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), os quais são frutos de políticas públicas federais.

Cabe salientar que estas políticas são importantes instrumentos de apoio e fortalecimento para a agricultura familiar, pois estão voltadas não só para o fortalecimento da segurança alimentar dos beneficiários, como também dos próprios agricultores que fornecem estes alimentos (SCHOREDER, 2010).

Logo, estas políticas públicas vêm viabilizando a integração e a participação dos agricultores familiares nos mercados institucionais locais e de outras regiões, criando ainda novas estratégias de reprodução social. Além de contribuir para o aumento da diversificação dos arranjos produtivos do Território.

Segundo Becker (2010), a participação dos agricultores familiares em mercados institucionais como o PAA, é capaz de causar alterações produtivas, sociais, organizacionais e na expectativa do futuro das atividades agrícolas destes. Segundo este estudo, realizado em alguns municípios do Território da Cidadania Zona Sul, como Pelotas, São Lourenço do Sul e Canguçu, a participação dos agricultores do PAA alterou positivamente as expectativas em relação ao futuro de suas atividades agrícolas, bem como, o aumento da diversidade de alimentos produzidos e empregados no autoconsumo das unidades de produção familiares. Além disso, foi capaz de contribuir para a ocorrência de novos processos sociais, desencadeados por instituições locais que operam junto a este Programa.

Outro mercado institucional que vem ganhando espaço no Território é o PNAE, especialmente em função da reformulação legal que sofreu no ano de

2009, quando foi homologada Lei Federal 11.947. Esta reformulação trouxe alterações para a segurança alimentar de escolares, como também para o processo de aquisição e fornecimento de alimentos deste Programa, pois passou a garantir que pelo menos, 30% do total dos recursos financeiros destinados para a compra de gêneros da alimentação escolar devem ser aplicados na aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar.

Este novo cenário, criado a partir desta política pública, vem permitindo que alguns agricultores familiares do Território participem deste canal de comercialização institucional. No entanto, um longo caminho precisa ser trilhado para que esta política pública seja devidamente empregada como uma ferramenta para o fortalecimento da agricultura familiar do Território.

Em virtude da agricultura familiar apresentar uma diversidade de sistemas de produção e criação, ela apresenta um maior número de possibilidades de se integrar ao mercado, o que vêm lhe permitindo ampliar a sucessão das famílias, ou seja o “horizonte das gerações”.

Os diversos elementos do Território da Cidadania Zona Sul, apresentados anteriormente irão nos fornecer subsídios para compreender o contexto em que os municípios do Capão do Leão e Pelotas estão inseridos.

2.4 Características gerais do município de Pelotas

Apesar de já termos descrito anteriormente alguns elementos ligados a formação histórica do Município de Pelotas, vamos destacar nesta subseção alguns elementos que irão auxiliar a compreensão da formação deste Município e especialmente da agricultura familiar.

Segundo Grando (1989), a ocupação do território correspondente ao município de Pelotas, bem como, de outros municípios da Serra dos Tapes³⁵ ocorreu em duas etapas: a ocupação de terras planas, através de sesmarias, e a ocupação de terras de mato por imigrantes ou descendentes de europeus.

A primeira etapa da ocupação das terras ocorreu no século XVIII, durante o período Colonial, foi feita pela Coroa Portuguesa, na forma de sesmarias para sujeitos que tivessem servido de forma importante o Reino

³⁵ A região geográfica da Serra dos Tapes é formada pelos municípios de São Lourenço do Sul, Turuçu, Pelotas, Arroio do Padre, Canguçu, Capão do Leão e Morro Redondo.

Português e tivessem dinheiro suficiente para desenvolver atividades econômicas na região. Estes sujeitos mais tarde passaram a praticar a pecuária e a produção de charque nas charqueadas, conforme sintetiza Grandó (1989, p. 17)

Uma das mais antigas sociedades do Rio Grande do Sul, dotada de forte tradição lusitana, Pelotas veio a ser o centro de uma aristocracia, rica classe de senhores de escravos, constituída pelos grandes criadores de gado — os estancieiros — e pelos produtores da carne salgada em mantas — os charqueadores.

No entanto, as charqueadas entraram em declínio no início do século XX, quando a carne passou a ser conservada através do processo de resfriamento, congelamento e conserva. Com isso, boa porção das terras e capitais foram transferidas para um novo sistema produtivo, o do cultivo e beneficiamento do arroz. Em função desta nova configuração socioeconômica, aliada à fatores ambientais e logísticos o município de Pelotas se tornou o maior centro de beneficiamento de arroz do País (GRANDÓ, 1989).

No que diz respeito à segunda etapa da ocupação da região de Pelotas, esta ocorreu no final do século XVIII, até meados do século XIX, quando ocorreu à distribuição de “terras de mato”, na região da Serra dos Tapes, para colonos açorianos e posteriormente para imigrantes alemães, através da política de colonização privada do país, desenvolvida na época. A partir destas medidas toda a Serra dos Tapes foi dividida em pequenas áreas de terra, ocupadas por imigrantes europeus, ou filho de imigrantes de diversas etnias, tais como: italianos, franceses e outras. Esta ocupação formou uma espécie de “enclave” agrícola familiar, em uma região historicamente dominada pela forma patronal de produção (SACCO DOS ANJOS et al., 2008).

No que diz respeito ao processo de colonização privada do município de Pelotas, este teve início no ano de 1848, a partir da administração municipal da época, que promoveu a criação de colônias rurais no município. Destacamos neste trabalho o processo de colonização que ocorreu nos distritos onde residem os agricultores familiares de Pelotas que integraram nossa pesquisa, sendo eles: Cerrito Alegre (3º Distrito), Cascata (5º Distrito), Quilombo (7º Distrito) e Monte Bonito (9º Distrito).

No atual distrito Monte Bonito (Figura 14), o processo de colonização ocorreu no ano de 1850, com a chegada de colonos irlandeses. Ainda nesta

mesma década, o terceiro distrito - Cerrito Alegre - recebeu alguns grupos de colonos alemães e pomeranos, os quais colonizaram inicialmente a região do Boqueirão do município de São Lourenço do Sul e posteriormente povoaram o interior dos municípios de Canguçu e Pelotas, onde passaram a desenvolver a economia colonial na região, baseada nos minifúndios e policultivos.

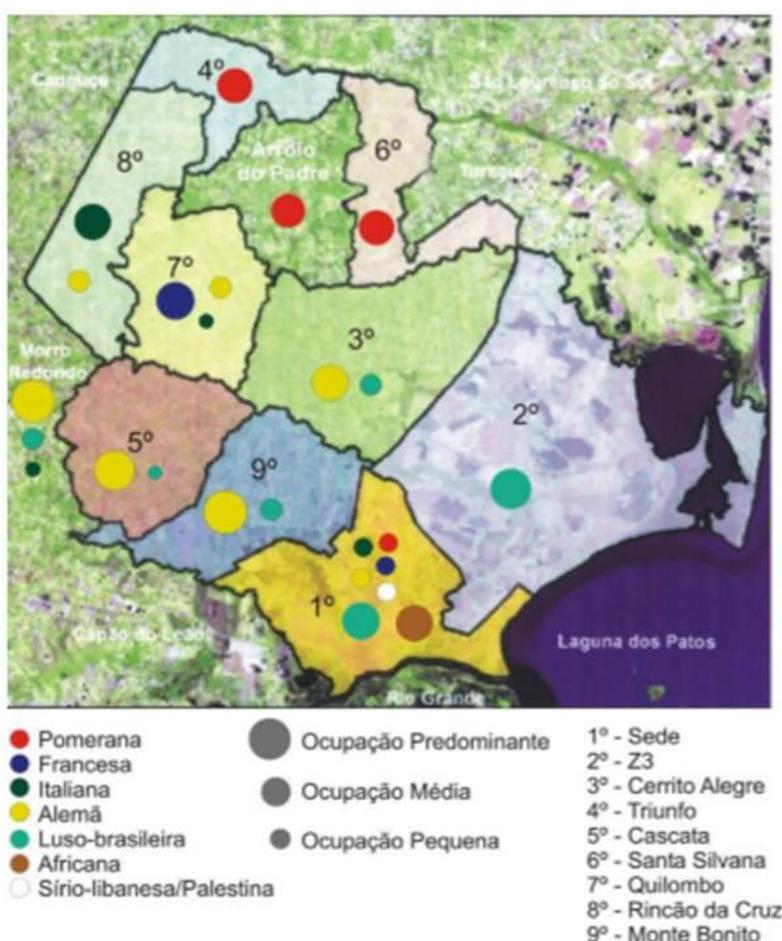


Figura 14 - Mapa ilustrativo das etnias que povoaram os distritos do município de Pelotas.

Fonte: Projeto INRC – Doces tradicionais de Pelotas, extraído de Cerqueira (2010).

O sétimo distrito de Pelotas – Quilombo (Figura 14) – é uma região com relevo escarpado, que possuía matas como cobertura vegetal original. Durante o século XIX, os charqueadores possuíam uma *data* de mata nesta região, de onde era retirada a lenha e desenvolvido o plantio de roças e pomares, sendo este um trabalho realizado pelos escravos. Em função das más condições de vida imposta pelo regime de escravidão da época, muitos escravos acabaram se refugiando no atual território do sétimo distrito. Posteriormente a região foi colonizada por franceses e alemães, que formaram a então a “Colônia

Francesa”, posteriormente denominada como “Colônia de Santo Antônio” (GRANDO, 1989; CERQUEIRA, 2010).

O quinto distrito – Cascata (Figura 14) também foi ocupado através do processo de colonização privada, recebendo colonos franceses, os quais desenvolveram diversas atividades, tais como: feijão, milho, fumo, cana-de-açúcar, batata-inglesa, alfafa e viticultura (GRANDO, 1989).

Desta forma, é possível perceber que o processo de colonização privada teve êxito não só em função dos atrativos da política de colonização da época e da proximidade a importantes mercados consumidores e exportadores (Pelotas e Rio Grande), bem como, pela qualidade dos recursos naturais, conforme afirma Grandó (1989, p. 78):

Os colonos sentiam-se atraídos pelas terras da Serra de Tapes, pela certeza da boa qualidade dos solos e da facilidade de colocação da produção agrícola nas Cidades de Pelotas e Rio Grande — onde se situa o único porto marítimo do Rio Grande do Sul.

Outro fragmento que evidencia a qualidade dos recursos naturais da região das colônias, também é relatado por Grandó (1989, p. 81), ao levantar informações referente a “Colônia Santo Antônio”:

Os lotes eram de extensões desiguais. Todos possuíam boa água potável, e quase todos eram banhados pelas águas do arroio Pelotas e de seus afluentes Quilombo, Três Cerros, Andradas e do subafluente arroio Porcos. As terras eram de boa qualidade e cultiváveis. Localizavam-se a 300m acima do nível do mar. Ainda que o terreno fosse acidentado, havia a vantagem de não possuir grandes rochas e de ser de boa qualidade para o cultivo.

Desta forma, fica evidenciada a diversidade étnica e cultural que se estabeleceu na região, resultando na formação de diversas paisagens, agroecossistemas e novos sistemas agrários que modificaram o processo socioeconômico da região.

Após o declínio do sistema de produção saladeril, houve a ascensão de um novo sistema de produção na colônia (interior) de Pelotas, voltada para o beneficiamento de frutas e legumes (pêssego, uva, aspargo, etc.), para a produção de doces, passas e conservas, realizada em fábricas artesanais. Este sistema de produção esteve desde seu início voltado para a produção comercial e permitiu que a colônia de Pelotas vivesse um período de prosperidade.

No entanto, este período foi interrompido pelo processo de modernização da agricultura, o que levou muitos agricultores familiares, que produziam a matéria-prima (frutas e legumes) e a beneficiavam em suas unidades produtivas, a tornarem-se somente fornecedores de matéria-prima para grandes agroindústrias, altamente subsidiadas pelo Governo do Estado.

Segundo Grando (1989), este processo de modernização passa interferir diretamente nas relações agrícolas, de trabalho e nas estratégias de reprodução social destes grupos.

Veja-se, a esse respeito, o seguinte relato de Grando (1989, p. 134):

Na proporção em que fábricas rurais desaparecem em função da agroindústria que surge na cidade, transformam-se as relações dos camponeses produtores de matérias-primas com essa indústria, em função do relativo avanço das forças produtivas. Efetivamente, ao mudar a composição orgânica do capital, muda a tecnologia industrial empregada no processo de transformação. Essas mudanças são acompanhadas por uma ampliação do mercado. Em consequência, a agroindústria passa a exigir melhor tecnificação e maior especialização dos produtores de matérias-primas. Isso os torna mais dependentes dos mecanismos de mercado, tanto para a compra de insumos quanto para a venda de sua produção.

Posteriormente, na década de 1990 a agricultura familiar passa por uma nova crise, devido à liberalização e abertura dos mercados, o que contribuiu para o fechamento de diversas indústrias conserveiras da região, reduzindo ainda mais as alternativas de geração e ampliação de renda destes agricultores familiares.

Na busca por estratégias de geração de renda, muitas unidades de produção agrícola familiar passaram a desenvolver a produção de tabaco, através de um sistema de integração vertical com empresas transnacionais, a qual contribui para a redução da produção de alimentos para o autoconsumo (SACCO DOS ANJOS, CALDAS e HIRAI, 2008; SACCO DOS ANJOS e CALDAS, 2009).

Segundo Becker (2010), era de se esperar que os agricultores familiares da região procurassem desenvolver uma estratégia semelhante aos demais agricultores das regiões de colonização europeia, não ibérica do RS, a qual é voltada para a cooperação, a fim de enfrentar as adversidades. No entanto, isto somente ocorre na primeira década do ano 2000, quando surgem na região uma série de instituições associativas e cooperativas, as quais

organizam a produção e comercialização dos alimentos produzidos pelos agricultores familiares do município e região.

Dentre estas entidades vamos destacar neste trabalho a Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda. e a COSULATI (Cooperativa Sul-Rio-Grandense de Laticínios Ltda.)³⁶, pelo fato de alguns sujeitos da pesquisa estarem ligados à elas. Sendo estas entidades algumas das responsáveis pela participação de alguns agricultores familiares como fornecedores de alimentos para os mercados institucionais, especificamente PAA e PNAE.

A Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda.³⁷, foi fundada no ano de 2001, tem como base social agricultores familiares descapitalizados, em função das crises agrícolas que ocorreram na região. Conseqüentemente este processo ocasionou restrições técnico-produtivas, que inviabilizava a participação destes agricultores em atividades integradas do complexo agroindustrial, pois não tinham condições de compra insumos necessários para sua integração ao corpo destas empresas.

Assim, como estratégia, ou única alternativa de permanência no campo estes agricultores passam a desenvolver atividades agrícolas de base ecológica, a qual tem baixa dependência de recursos externos (insumos dos pacotes tecnológicos) e alta dependência de insumos internos e conhecimentos (CAPORAL E COSTABEBER, 2009).

Após o surgimento deste grupo de agricultores familiares agroecologistas surge à necessidade da organização de uma entidade que lhes auxiliasse na gestão e planejamento do processo produtivo e de comercialização. Atualmente esta entidade tem sede em Pelotas e conta com aproximadamente 310 famílias de agricultores associados, distribuídos em oito municípios da região. Sendo que deste total apenas 180 famílias fornecem alimentos para os mercados institucionais (PAA e PNAE).

³⁶ Esta entidade atua no mesmo regime de cooperativismo que a Cooperativa Sul Ecológica de Pelotas. No entanto, a Cosulati tem como principal atividade a agroindustrialização de alimentos, seguindo os padrões das grandes agroindústrias, onde os “laços fracos” (GRANOVETTER, 1990) se tornam ainda mais frágeis, debilitando as relações sociais que poderiam fortalecer os agricultores familiares, sócios desta cooperativa.

³⁷ A cooperativa Sul Ecológica foi formada a partir do grupo de agricultores familiares de base ecológica assistidos pelo CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor) da região Sul do RS, com a finalidade de representar estes agricultores e construir estratégias de comercialização de seus produtos, inclusive através dos mercados institucionais.

Já a Cooperativa Sul-Rio-Grandense de Laticínios Ltda (COSULATI), foi fundada no dia 21 de setembro de 1973, fruto da fusão de duas Cooperativas, a Cooperativa Regional de Laticínios Pelotense Ltda. (COOLAPEL) e a Cooperativa Regional de Laticínios da Região Sudoeste do RS (COLACTI). Esta fusão teve como objetivo o fortalecimento do cooperativismo regional, voltado para a atividade leiteira.

Atualmente a COSULATI possui um total de 3.369 sócios, que residem em 38 municípios da região Sul, sendo que suas instalações industriais estão localizadas nos municípios de Capão do Leão, Morro Redondo e Canguçu, onde é realizado o processo de beneficiamento do leite, aves e cereais.

Devido a sua relação com a agricultura familiar e com a organização e comercialização desta categoria, a COSULATI recebeu do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Selo da Agricultura Familiar (SIPAF) no ano de 2009, sendo a primeira cooperativa gaúcha a receber o selo que garante que a procedência, de pelo menos 51%, da principal matéria-prima de seus produtos, é proveniente da agricultura familiar.

Estes elementos vêm a contribuir para a compreensão do atual contexto em que estão inseridos os agricultores familiares de Pelotas, que integram esta pesquisa.

2.5 Dados atuais dos municípios e Pelotas e Capão do Leão

Ao longo desta pesquisa realizamos uma breve contextualização histórica dos municípios analisados. Nesta seção apresentaremos alguns dados atuais referentes à conjuntura social, agrícola, econômica e educacional, para uma maior compreensão do contexto em que os sujeitos estão inseridos, especialmente no município de Capão do Leão.

Através do levantamento de dados do censo demográfico (BRASIL, 2010) é possível perceber que os municípios de Capão do Leão e Pelotas possuem população predominantemente urbana, sendo respectivamente 92,11% e 93,27% do total de habitantes, o que resulta numa elevada taxa de urbanização, conforme demonstra a Tabela 5.

No que diz respeito ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) publicados em 2013, o município de Capão do Leão apresentou um

percentual médio de 0,637, sendo que o IDHM Educação foi de 0,480, sendo o mais baixo dentre os analisados (Tabela 6).

Tabela 5 - Área, População total, urbana e rural e taxa de população urbana e rural, nos municípios de Capão do Leão e Pelotas, no ano de 2010.

Município	Área (Km ²)	População			Participação %	
		Total	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Capão do Leão	785.373	24.298	22.382	1.916	92,11	7,89
Pelotas	1.610.084	328.275	306.193	22.082	93,27	6,73

Fonte: Elaboração da Autora a partir de dados do ITEPA / IBGE 2010.

Tabela 6 - Evolução do IDHM de Capão do Leão e seus componentes.

IDH de Capão do Leão	Índice de Desenvolvimento Humano por décadas		
	1991	2000	2010
Municipal	0,413	0,542	0,637
Renda	0,542	0,607	0,662
Longevidade	0,711	0,753	0,814
Educação	0,183	0,348	0,480

Fonte: Elaboração da autora, a partir de dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, 2013.

O município de Pelotas apresentou IDHM alto, 0,739, mas o IDHM Educação também teve o menor índice, 0,632 (Tabela 7).

Tabela 7 - Evolução do IDHM de Pelotas e seus componentes.

IDH de Pelotas	Índice de Desenvolvimento Humano por décadas		
	1991	2000	2010
Municipal	0,558	0,660	0,739
Renda	0,666	0,715	0,758
Longevidade	0,736	0,796	0,844
Educação	0,354	0,506	0,632

Fonte: Elaboração da autora, a partir de dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, 2013.

A partir das tabelas 6 e 7 é possível perceber o crescente investimento na melhoria da qualidade do ensino dos municípios de Capão do Leão e Pelotas. Segundo o Censo Demográfico (BRASIL, 2010) estes municípios apresentaram o percentual de analfabetismo de 7,38% e 4,13%, respectivamente.

Atualmente o município de Pelotas possui 225 estabelecimentos de ensino, que receberam no início do ano de 2012 um total de 57.142 matrículas (BRASIL, 2012), sendo que o maior número delas ocorreu em estabelecimentos municipais, seguido por estaduais, particulares e por fim federais (Tabela 8).

Tabela 8 - Número de estabelecimentos de ensino por dependência administrativa

Município	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
Capão do Leão	0	4	14	1	19
Pelotas	2	53	90	80	225

Fonte: Elaboração da autora, a partir de dados do MEC/INEP

Segundo o Censo Escolar da Educação Básica (2012), o município de Capão do Leão possui um total de 19 estabelecimentos de ensino, que atendem 5.205 escolares. A maioria destes estabelecimentos está sob responsabilidade do Município (14 escolas de Ensino fundamental e uma de Educação Infantil), os quais receberam o maior número de matrículas iniciais no ano de 2012, totalizando 3.731 (Tabela 9).

Tabela 9 - Número de matrículas por modalidade de ensino no município de Capão do Leão

Dependência Administrativa	EI	EF	EM	EP	EE	EJA	Total
Federal	0	0	0	0	0	0	0
Estadual	0	785	673	0	0	0	1458
Municipal	51	3422	0	0	0	258	3731
Particular	0	0	0	0	16	0	16
Total de matrículas	51	4207	673	0	16	258	5205

Legenda: EI - Educação Infantil; EF - Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; EP – Educação Profissional; EE – Educação Especial; EJA - Educação de Jovens e Adultos

Fonte: Elaboração da autora, a partir de dados do MEC/INEP - Censo Escolar 2012.

Cabe salientar que esta pesquisa teve como foco o processo de aquisição de alimentos da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar desenvolvido apenas nas escolas municipais de Ensino Fundamental. Os estudantes destas escolas recebem pelo menos uma refeição proveniente o programa de Alimentação do Município, que será detalhado na seção três.

Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), o município de Capão do Leão produziu no ano de 2010 um rendimento de R\$ 367.763,00. O setor de serviços é o principal gerador de renda do município, totalizando R\$ 157.605,00 (46% do total), seguido pelos setores da indústria (R\$ 144.057,00 – 43% do total) e da agropecuária (R\$ 38.184,00 – 11% do total) (Figura 15).

Este padrão de distribuição do PIB também pode ser observado no município de Pelotas, que gerou R\$ 4.564.464,00 em 2010. A maior parte deste provem do setor de serviços, R\$ 3.244.670,00 (78%), seguido da indústria R\$ 794.551,00 (19%) e por fim da agropecuária, R\$ 132.822,00 (3%) (IBGE, 2010) (Figura 16).

Dentre o total de estabelecimentos rurais no Estado do RS, há um predomínio da agricultura familiar. Tais dados correspondem a 59,17% do município de Capão do Leão e 89,43% de Pelotas, os quais ocupam 4,64% e 48,99% respectivamente, das áreas dos estabelecimentos agropecuários, ou seja, menos da metade de suas áreas agrícolas (Tabela 10).

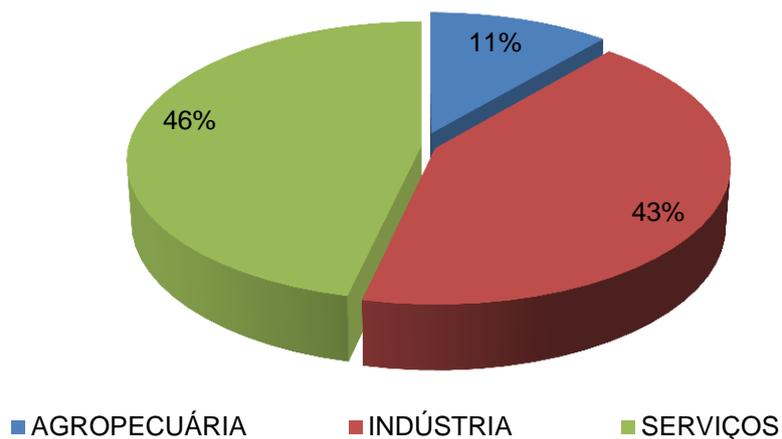


Figura 15 – Percentuais da Estrutura do PIB do município de Capão do Leão, por setor de atividades.

Fonte: Elaboração da autora, a partir de dados do FEE (2010)

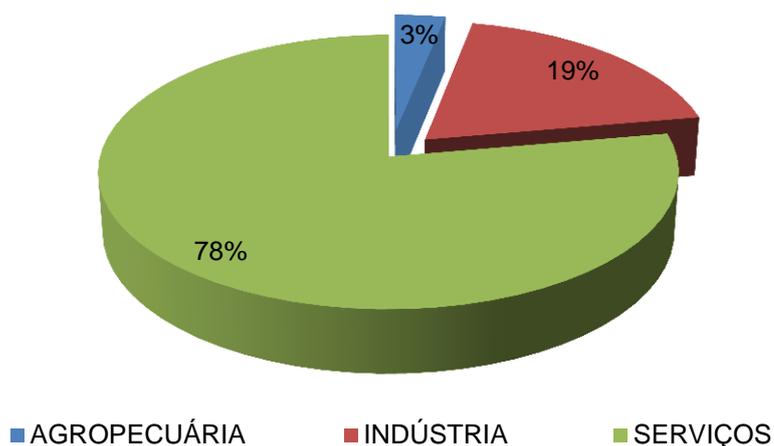


Figura 16 - Percentuais da Estrutura do PIB do município de Pelotas, por setor de atividades.

Fonte: Elaboração da autora, a partir de dados do FEE (2010)

O percentual de estabelecimentos agrícolas não familiares é menor e ocupa a maior parte da zona rural destes municípios. Em Capão do Leão os estes representam 40,83% do total e ocupam 95,35% da área agrícola, dados

que evidenciam a concentração fundiária existente no município. Tendência semelhante é encontrada no município de Pelotas, onde 14,25% dos estabelecimentos agropecuários são não-familiares e ocupam 69,45% da área agrícola.

Tabela 10 – Amostra do número e do percentual de estabelecimento rurais (agricultura familiar e não familiar) e suas respectivas áreas ocupadas nos RS e municípios de Capão do Leão e Pelotas.

LOCAIS	Agricultura familiar - Lei nº 11.326				Não familiar			
	Estabelecimentos	% Estab.	Área (ha)	%Área	Estabelecimentos	% Estab.	Área (ha)	%Área
RS	378.353	85,70	6.158.610	30,30	63.119	14,30	14.168.104	69,70
Capão do Leão	142	59,17	2.740	4,64	98	40,83	56.356	95,36
Pelotas	3.216	89,43	51.778	48,99	380	10,57	54.181	51,01

Fonte: Elaboração da autora, a partir de dados do IBGE (2006)

Ao resgatar dados do setor agropecuário de Capão do Leão, Wizniewsky (2001) afirma que a agropecuária foi uma das principais atividades econômicas do município. No entanto, seu cenário econômico vem sofrendo diversas alterações ao longo do processo histórico, principalmente devido a sua localização, próximo à grandes centros urbanos como Pelotas (11 Km) e atualmente ao Polo Naval de Rio Grande (64 Km).

A localização do município de Capão do Leão contribuiu para atrair uma série de indústrias e empresas para o atual território do município, tais como: a unidade de beneficiamento de leite da Cooperativa Sul-Riograndense de Laticínios (Cosulati), unidade Avipal (abate de aves e suínos), Mafrig Group (abate de ovinos e bovinos), Votorantin (celulose e papel), unidades de armazenamento e beneficiamento de grãos, entre outras. Neste município também se encontram unidades da Embrapa Clima Temperado - Estação Experimental Terras Baixas e da Universidade Federal de Pelotas – Campus Capão do Leão. Em todas estas entidades podem ser encontradas leonenses trabalhado.

A tabela abaixo demonstra o número de empresas ligadas ao setor secundário nos municípios de Capão do Leão e Pelotas, sendo a maioria deles integrantes do setor de transformação de matéria prima (Tabela 11).

Já o maior número de empresas do setor terciário (serviços) destes mesmos municípios são encontradas no ramo de comércio, reparação de veículos automotores, objetos, pessoas e domésticos, conforme a Tabela 12

Tabela 11 - Número de empresas no setor secundário nos municípios de Capão do Leão, Pelotas, e Rio Grande.

Municípios	Indústrias Extrativas	Indústrias de transformação	Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	Construção
Capão do Leão	16	46	2	19
Pelotas	20	1179	2	348

Fonte: Elaboração da autora, a partir de dados do IBGE (2010)

Tabela 12- Número de empresas do setor terciário classificado pelo CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) nos municípios de Capão do Leão, Pelotas, e Rio Grande.

Municípios	Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	Alojamento e alimentação	Transporte, armazenagem e comunicações
Capão do Leão	348	27	25
Pelotas	8.428	685	669

Fonte: Elaboração da autora, a partir de dados do IBGE (2010)

As informações apresentadas nesta seção permitem compreender as transformações que influenciaram o cenário econômico da região, especialmente do município de Capão do Leão, que atualmente tem uma população predominantemente urbana e que busca empregos nas indústrias do município e da região. Este desenho do cenário urbano trouxe reflexos também sobre o meio rural, onde muitos agricultores familiares passaram desenvolver a pluriatividade, como uma estratégia de aumentar a renda e garantir o horizonte de gerações de sua família (WIZNIEWSKY, 2001)

Segundo Schneider (2003) a pluriatividade está ligada as diferentes fontes e formas de geração de renda encontradas pelos membros da unidade familiar (agrícola e não agrícola). A partir disto, a pluriatividade é entendida como um fenômeno da combinação de múltiplas inserções produtivas por um individuo ou uma família. Os autores Sacco dos Anjos e Caldas (2007) definem duas formas de pluriatividade: a pluriatividade agrária - tem como principal fonte de renda as atividades agropecuárias, que quase sempre são precárias. Enquanto, a pluriatividade não agrária está ligada ao processo de unificação dos mercados, onde os ingressos destas atividades não agrícolas são destinados a financiar os projetos de toda a família na propriedade.

Dentro deste cenário complexo é que nossa pesquisa foi desenvolvida e em função disso, fez-se necessária o levantamento destes dados, já que o atual cenário onde os sujeitos da pesquisa estão inseridos, bem como o

Programa de Alimentação Escolar, são frutos de um processo de construção histórico e social.

Na seção seguinte apresentaremos alguns elementos teóricos (enfoques clássicos e contemporâneos) que nos permitirão compreender o caráter familiar das unidades de produção, bem como, o surgimento de políticas públicas que primam pela reconexão da agricultura com os consumidores locais, mais diretamente o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

3 DAS AGRICULTURAS À AGRICULTURA FAMILIAR

Esta seção dá suporte teórico ao entendimento da categoria social “agricultura familiar”, deste modo, retoma a “Teoria da Evolução e da Diferenciação dos Sistemas Agrários”, os clássicos da “Questão Agrária”, perpassando por Lênin, Kautsky, Marx e Chayanov e na sequência, abordam alguns autores contemporâneos que contribuem para o entendimento desta.

3.1 Uma breve história das agriculturas: Conhecer o passado para compreender o presente e construir o futuro.

Nesta subseção realizamos uma breve retomada de alguns elementos que nos permitem compreender as origens e a evolução das agriculturas e dos sistemas agrários. Assim, poderemos compreender melhor as dinâmicas atuais, especialmente as atividades desenvolvidas pelos dois grupos de agricultores familiares que são os sujeitos desta pesquisa.

Ao trabalharmos com o termo “agricultura”, geralmente o utilizamos no singular, como se houvesse apenas uma forma de praticar esta atividade, além de compreendê-la, exclusivamente, como humana. A “Teoria da Evolução e da Diferenciação dos Sistemas Agrários” (MAZOYER E ROUDART, 2010), destaca a diversidade de formas de agriculturas desenvolvidas ao longo do processo histórico, a complexidade que envolve esta atividade e a necessidade de um enfoque sistêmico para compreender as inter-relações que a integram.

A agricultura surgiu há aproximadamente cento e oitenta milhões de anos atrás, não como uma atividade humana, mas sim, como fruto das atividades desenvolvidas por algumas espécies de formigas e térmitas, que passaram a transformar e artificializar o ambiente onde viviam para cultivar fungos, ou criar pulgões. O processo evolutivo permitiu que ambas as espécies envolvidas aumentassem sua valência ecológica³⁸, através de uma relação de

³⁸ Compreende-se por valência ecológica, a capacidade de uma espécie ocupar diversos ambientes, ampliando sua distribuição geográfica. Este termo também pode ser compreendido como a capacidade de uma espécie se desenvolver, através da ocupação de diferentes ambientes com uma elevada densidade populacional, em ambientes ótimos. (Ver. Futuyama, 2002; Townsend et al., 2006).

simbiose³⁹, pois os fungos cultivados serviam de alimento, enquanto os pulgões - criados em rebanho – produziam secreções ricas em açúcares, que por sua vez também alimentavam as formigas. (MAZOYER e ROUDART, 2010).

Como foi visto as primeiras formas de agriculturas desenvolvidas já permitiam a redução dos fatores limitantes à sobrevivência das espécies envolvidas, através do aumento de sua valência ecológica.

No entanto, a agricultura como atividade humana só começou a ser desenvolvida 10.000 A.P.⁴⁰, no período neolítico, a partir do surgimento do *Homo sapiens sapiens*. Desta forma, as primeiras atividades agrícolas começaram muito tempo depois do surgimento da espécie humana, após um longo período de hominização, ou seja, depois da espécie ter desenvolvido capacidades biológicas, habilidades técnicas⁴¹ e culturais⁴², que a permitiram artificializar, transformar e explorar o ambiente natural onde viviam, através da domesticação e introdução de espécies, criando diversos sistemas de cultivo de plantas e de criação de animais. Assim, pode-se afirmar que a agricultura não foi uma descoberta ou uma invenção humana, mas sim que ela é fruto de um longo processo evolutivo (HARLAN, 1972).

Segundo os autores Mazoyer e Roudart (2010), as primeiras sociedades do *Homo sapiens sapiens* eram caçadoras e coletoras. Ao longo do processo histórico, passaram a desenvolver diversas ferramentas que às permitiram aprimorar suas capacidades de coleta e caça, aproveitando a potencialidade dos recursos naturais dos ecossistemas⁴³ em que estavam

³⁹ A partir da perspectiva ecológica, a relação de “simbiose” descrita por Mazoyer e Rodart (2010), pode ser compreendida, a luz da ecologia, como um exemplo de mutualismo, uma relação ecológica interespecífica (entre-espécies), que resulta da associação, geralmente entre duas espécies, a qual traz benefícios para ambas espécies envolvidas (TOWNSEND et al., 2006).

⁴⁰ A.P. Antes do Presente.

⁴¹ Entre os principais avanços técnicos conquistados pela espécie humana está construção de ferramentas, com o uso de materiais como: pedra, ossos e madeira; a realização da caças coletivas, da pesca e coleta; o domínio e uso do fogo; o desenvolvimento da cerâmica, de técnicas de cozimento e defumação - para armazenar os alimentos durante períodos maiores; a construção de abrigos artificiais, entre outros.

⁴² Destacamos entre os principais avanços culturais desenvolvidas pelas sociedades do *Homo sapiens sapiens*, o desenvolvimento da linguagem, de signos, significados, representações estéticas, a sedentarização, a criação de regras para a organização social e produtiva, etc.

⁴³ Ecossistema pode ser definido como uma unidade de natureza ativa onde interagem comunidades bióticas e elementos abióticos (ART, 1998).

inseridas. Além disso, a criação de regras⁴⁴ para a organização social e produtiva dos grupos, baseadas no “saber fazer”⁴⁵, permitiram que eles começassem a selecionar diversas espécies animais e vegetais que atendessem suas necessidades nutricionais.

Portanto, a agricultura não surge como uma resposta à crise do sistema de predação, mas como uma alternativa à redução da densidade populacional das espécies exploradas, pois o tempo e o trabalho de caça e coleta se tornou maior que o de criação e cultivo das mesmas. Neste contexto, o processo de domesticação das espécies passou a ser o resultado final das práticas de protocultura e protocriação.

As primeiras formas de agriculturas, sistemas de cultivo e criação são frutos da Revolução Agrícola Neolítica e da modificação dos sistemas de predação. Estas agriculturas eram desenvolvidas inicialmente nas regiões próximas a aluviões das vazantes dos rios, onde os humanos estabeleciam suas moradias, pois as terras eram férteis e não havia necessidade de desmatamento. Essas regiões formaram centros de origem da revolução agrícola neolítica⁴⁶, que permitiram a irradiação da agricultura para diferentes regiões do mundo (MAZOYER e ROUDART, 2010).

Todo este processo evolutivo humano e agrícola permitiu o desenvolvimento e expansão de outras formas de agriculturas, tais como: sistemas de criação por pastoreio⁴⁷, sistema de cultivo de derrubada-queimada⁴⁸, sistemas de cultivo pós-florestais⁴⁹, sistemas hidráulicos⁵⁰,

⁴⁴ Entre as primeiras regras sociais e produtivas desenvolvidas primeiras sociedades humanas estão: a divisão do trabalho por idade e sexo; repartição dos produtos agrícolas; preservar parte da produção para a formação de um banco de sementes; selecionar os animais reprodutores e não destiná-los ao abate, bem como os animais em crescimento; respeitar os frutos do trabalho agrícola desenvolvido por outros indivíduos; etc.

⁴⁵ Compreendemos como o “saber fazer”, como os conhecimentos socialmente construídos, a partir da interação dos sujeitos com o meio.

⁴⁶ Sobre centros de origem da revolução agrícola neolítica ver Mazoyer e Roudart (2009, 2010).

⁴⁷ Os sistemas de criação por pastoreio foram inicialmente desenvolvidos em regiões ricas em pastagens nativas (herbáceas) e ainda hoje estão presentes em regiões de estepes e savanas na África, na Ásia, Europa, Oriente Médio e América do sul (MAZOYER e ROUDART, 2010).

⁴⁸ Os sistemas de cultivo de derrubada-queimada foram desenvolvidos principalmente em zonas de florestas temperadas e tropicais. Esse sistema ainda é encontrado em algumas regiões de floresta da África, da Ásia e da América Latina (MAZOYER e ROUDART, 2010).

⁴⁹ Os sistemas pós-florestais surgiram após o processo de derrubadas e queimadas, com o cultivo de cereais e criação de animais, como foi o caso das regiões temperadas da Europa (MAZOYER e ROUDART, 2010).

⁵⁰ Sistemas agrários hidráulicos foram desenvolvidos nas regiões áridas como nos vales da Mesopotâmia e Império Inca, para a produção de cultivos de inundação ou irrigação. Posteriormente foi modificado nas regiões úmidas (China, Índia, Vietnã, Tailândia, Indonésia,

sistemas de savanas⁵¹, sistemas de cultivo de cereais pluviais com alqueive, entre outros (MAZOYER e ROUDART, 2010; MIGUEL e MAZOYER, 2009).

Estes diferentes tipos de agriculturas integram a “herança agrária da humanidade”, a qual é composta não só pelas atividades agropecuárias de produção de alimentos, mas também pela transformação de ecossistemas em agroecossistemas, através da construção de novos conhecimentos (técnicas, ferramentas, equipamentos), do “saber fazer”, das interações culturais e da organização social e produtiva de diversas comunidades em todo o Planeta, ao longo do processo de coevolução entre a espécie humana e o ambiente natural (MAZOYER e ROUDART, 2010).

A “herança agrária da humanidade” é dinâmica e vem sendo modificada ao longo do processo histórico pelo próprio homem, através de sua interação com os ecossistemas e do aprimoramento de ferramentas (manuais, tração animal, motorizadas, mecanizadas, etc.), além das técnicas de rotação de culturas, de pousio, de especialização em monocultivos, de fertilização, etc.

Desta forma, diversos ecossistemas foram sendo artificializados pela ação humana, para obtenção de produtos de seu interesse. Este processo, fruto da inter-relação homem-natureza, levou a construção dos agroecossistemas, onde diversos elementos bióticos e abióticos interagem entre si, sofrem diferentes níveis de impacto da intervenção humana e também se autorregulam. (CASADO, GONZALES e GUZMANI, 2000; GLIESSMAN, 2001; ALTIERI, 2002).

Os sistemas de produção, frutos deste processo, são considerados a expressão da dinâmica dos diversos elementos que integram o espaço agrícola, os quais vão desde a organização e funcionamento do agroecossistema (meio cultivado) e do sistema social produtivo (força de trabalho, conhecimento, saber-fazer, instrumentos, equipamentos, plantas e animais), até as inter-relações destes (INCRA/FAO, 2009; NETO e BASSO, 2005).

Madagascar e costa da África) para sistemas de rizicultura aquática (MAZOYER e ROUDART, 2010).

⁵¹ Sistemas de Savanas foram inicialmente desenvolvidos nas regiões intertropicais, onde o processo de desmatamento levou a formação de savanas, onde eram desenvolvidos cultivos temporários com uso de enxada e sem criação de animais (MAZOYER e ROUDART, 2010).

As atividades agrícolas humanas vêm se espalhando por diversas regiões do mundo, tornando-se um dos principais fatores de transformação da biosfera. Além disso, vêm contribuindo para o aumento da produção e da produtividade que permitiram o crescimento da população humana e conseqüentemente a formação de categorias sociais que não produzem seus próprios alimentos (consumidores) (MAZOYER e ROUDART, 2010).

Assim sendo, agricultura pode ser definida como “[...] uma atividade social de produção de bens obtidos pela exploração da fertilidade útil de um meio que contém geralmente populações de espécies domesticadas ou não” (MAZOYER e MIGUEL, 2009, p.18). Cabe frisar, que a agricultura pode ser considerada um objeto ecológico e econômico complexo e, portanto, necessita de uma perspectiva de análise sistêmica⁵², a qual permita compreendê-la para além das atividades produtivas, pois a atividade agrícola é, também, um sistema organizado a partir das inter-relações entre os múltiplos componentes do agroecossistema e do sistema social produtivo (SILVA NETO, 2005).

É importante destacar, que as agriculturas hoje desenvolvidas são frutos do processo de diferenciação, marcadas pelas “revoluções agrícolas”, que alteraram não só os sistemas produtivos, mas também os sistemas sociais ao longo da história.

A “Revolução Agrícola Antiga” (3.000 – 2.000 anos A.P), inicialmente objetivou superar a crise alimentar da Europa ocidental. Contudo, acabou por influenciar sociedades militarizadas, gerar guerras e desigualdades frutos do processo de concentração fundiária, da escravidão, da monetarização das trocas e da cobrança de impostos.

A “Revolução Agrícola da Idade Média”, no século X, baseada na siderurgia, marco da Revolução Artesanal e Industrial da época, permitiu a construção de instrumentos e equipamentos de ferro mais eficientes. Este fato acelerou o crescimento demográfico e conseqüentemente intensificou as atividades agrícolas, contribuindo para a degradação dos recursos naturais dos agroecossistemas, ocasionando uma grave crise ecológica que atingiu o sistema de cultivo com alqueive e tração pesada.

⁵²Para maiores informações ver o terceiro capítulo (Teorias Sistêmicas) da obra “A teia da vida” de Fritjof Capra.

Já a “*Primeira Revolução Agrícola dos Tempos Modernos*” (final do século XVI), teve como base os avanços tecnológicos, frutos da Primeira Revolução Industrial que reduziram as dificuldades de deslocar maiores volumes de fertilizantes, permitindo a seleção de espécies mais exigentes (fertilidade do solo ou qualidade de alimento) e produtivas, graças ao aprimoramento dos meios de transporte e dos equipamentos do setor agrícola.

Os avanços tecnológicos, sociais e econômicos desta época, acabaram desencadeando a “*Primeira Crise Mundial de Superprodução Agrícola*”, por causa do aumento da produtividade e da concorrência entre “velho” e o “novo mundo”; o aumento da área cultivada por agricultor; a redução da mão de obra agrícola e o desaparecimento de inúmeras unidades de produção de pequeno porte.

Esta crise abre espaço para a “Segunda Revolução Agrícola dos Tempos Modernos”, também denominada “Revolução Verde”, que iniciou no século XX e tem como base as inovações durante a “Segunda Revolução Industrial” (motorização, mecanização, quimificação - insumos minerais e a seleção de espécies mais exigentes e produtivas).

A partir deste período, o setor industrial, passou a produzir diversos bens de consumo (alimentos, vestimentas, utensílios de uso diário, etc.) e de produção (sementes, animais – usados para reprodução, tração, produção de esterco – ferramentas, etc.) anteriormente produzidos pelos agricultores. Este processo inaugurou um intensivo período de especialização agrícola, alterando profundamente o sistema social e produtivo, trazendo a “libertação” dos agricultores frente a estas tarefas, inaugurando um processo de homogeneização das agriculturas, reduzindo “herança agrária da humanidade”.

Este novo cenário agrícola, baseado na produtividade e na dependência do mercado (obtenção de meios de produção e comercialização de produtos), contribuiu para uma profunda crise, levando os agricultores menos equipados e produtivos a reduzirem gradativamente suas rendas e em alguns casos, passou a impedir a renovação do sistema social e produtivo, fazendo com que estes vendessem suas terras e demais meios de produção para os proprietários de grandes unidades agrícolas em crescimento (ALTIERI, 2004).

Destaca-se ainda, que a partir da década de 1960, os pacotes tecnológicos da “Revolução Verde”, voltados para o plantio de cultivos como: arroz, milho, trigo, soja e outras culturas de exportação, baseadas na motorização-mecanização, na ampla utilização de fertilizantes químicos, agrotóxicos, controle da água - irrigação e drenagem, etc.; passaram a ser incentivados pelos poderes públicos de diversos países, através de políticas de incentivo de redução da cobrança de impostos sobre insumos, bonificação de juros de empréstimo e de investimento em infraestrutura agrícola (MAZOYER E ROUDART, 2010).

Estes pacotes tecnológicos, respaldados pelo poder público, favoreceram a difusão de um processo de desenvolvimento desigual e contraditório, pois levou dezenas de milhões de pequenas e médias unidades de produção agrícola à desaparecerem nos países desenvolvidos e posteriormente, centenas de milhares de pequenas unidades de produção, camponesas, subequipadas, nos países em desenvolvimento (MAZOYER E ROUDART, 2010).

Desta forma, os impactos frutos da “Revolução Verde” passaram a ser sentidos em diferentes setores, em diversas regiões do mundo, no campo e na cidade, pois a maximização do capital contribuiu para a formação de complexos agroalimentares que contribuíram para o aumento das desigualdades sociais, especialmente para a urbanização, o êxodo rural, o desemprego, e a fome. Conforme afirmam Mazoyer e Roudart (2010, p.25):

Nesse princípio de século XXI, com os aproximadamente seis bilhões de seres humanos com que conta o planeta, por volta da metade vive na pobreza, com um poder aquisitivo equivalente a menos de dois dólares americanos por dia. Perto de dois bilhões sofrem de graves carências de ferro, iodo, vitamina A, de outras vitaminas ou minerais. Mais de um bilhão de pessoas não têm acesso à água potável e por volta de 840 milhões são vítimas de subnutrição, o que significa que elas nem sempre dispõem de ração alimentar suficiente para cobrir suas necessidades energéticas básicas, em outras palavras, que elas têm fome quase todos os dias.

Ainda segundo estes autores, no ano de 1996, a Cúpula Mundial da Alimentação se reuniu com governantes de 80 países com intuito de elaborar uma estratégia a fim de erradicar a fome em todos os países, reduzindo o número para 400 milhões de subnutridos em 2015, definindo como plano estratégico a intensificação dos processos produtivos, o aumento da produção e da produtividade agrícola.

No ano de 2001, a Cúpula esteve reunida novamente e reconheceu que através desta estratégia no ano de 2015 o mundo contaria com 600 a 700 milhões de subnutridos e que se continuássemos adotando estas formas de produção "modernas" - frutos da revolução verde, seriam necessários mais 100 anos para acabar com a fome.

Desta forma, fica claro que a fome no mundo tem causas mais profundas do que a questão de transferência de tecnologia, pois $\frac{3}{4}$ dos subnutridos do mundo estão no meio rural. Boa parte do restante dos subnutridos estão nas periferias, são ex-agricultores que abandonaram o campo e partiram para a cidade à procura de subempregos. Alguns deles, por não ter como "acompanhar a modernização", foram forçados a abandonar suas terras, os que não eram proprietários, foram expulsos pelos patrões que adotaram os pacotes tecnológicos e não necessitavam mais de sua mão de obra. Conforme afirmam Mazoyer e Rodart (2010, p. 26):

A maioria das pessoas que tem fome no mundo não é, portanto, de consumidores urbanos compradores de alimento, mas de camponeses produtores e vendedores de produtos agrícolas. E seu número elevado não é uma simples herança do passado, mas o resultado de um processo, bem atual, de empobrecimento extremo de centenas de milhões de camponeses sem recursos.

No que se refere a este cenário, Caporal e Costabeber (2004) afirmam que a chamada "agricultura convencional", fruto da "Revolução Verde", levou os agricultores a abandonar diversos agroecossistemas e sistemas de criação e cultivo, assim como, os saberes locais, formas de manejo tradicionais e relações sociais e econômicas baseadas na troca.

Outro ponto alterado pela "agricultura convencional" foi a contaminação ambiental. Os primeiros reflexos desta contaminação já eram relatados na década 1960, por Rachel Carson, em sua obra "Primavera Silenciosa", onde a autora denuncia a contaminação dos recursos naturais e a perda na biodiversidade.

De modo semelhante, as substâncias químicas, difundidas sobre terras de cultivo, ou sobre florestas, ou sobre quintais, fixam-se por longo tempo no solo; dali entram nos organismos vivos; passam de um ser vivo a outro ser vivo; e iniciam uma cadeia de envenenamentos e mortes. (CARSON, 1964, p.16).

Devido aos efeitos perversos causados em diversos setores, (econômico, social e ambiental), o modelo produtivista - base da “agricultura convencional” - passou a ser profundamente questionado (WANDERLEY, 2009). Segundo os autores Caporal e Costabeber (2009), o modelo de “agricultura convencional” é um dos principais responsáveis pela crise ambiental e social do final do século XX e este novo impasse abriu espaço para a agroecologia, uma ciência alternativa à ciência positivista, que tem como base a agricultura convencional.

De acordo com Casado, González de Molina e Sevilla Guzmán (2000), a agroecologia é uma ciência que não compreende a agricultura como algo possível de ser parcelado, mas sim, como um sistema complexo. Sendo a ecologia, a geografia e a antropologia campos do conhecimento importantes para a construção desta ciência.

Logo, a agroecologia surge a partir da análise dos impactos socioambientais do processo de internacionalização da agricultura, especialmente sobre culturas tradicionais. Ela não é apenas uma técnica agrícola, mas é uma ciência holística que possui um enfoque teórico e metodológico que se serve de várias disciplinas científicas para realizar estudos sobre a atividade agrária, a partir de uma perspectiva ecológica (CASADO, GONZÁLEZ DE MOLINA E SEVILLA GUZMÁN, 2000).

A agroecologia procura analisar a complexidade dos sistemas agrários, desde os ciclos biogeoquímicos, elementos bióticos e as relações antrópicas e seus distintos aspectos: sociais, políticos, culturais e econômicos. Esta ciência tem como objetivo desenvolver pesquisas amplas, que permitam, entre outras coisas, a construção de técnicas adequadas e a seleção de cultivos que respeitem a coevolução do agroecossistema. Além de procurar promover a justiça social, no que tange a distribuição de terras e condições dignas de trabalho para os agricultores e suas famílias.

Segundo Casalinho (2003), a agroecologia atua também como uma ferramenta para a construção de uma agricultura sustentável, que busca desenvolver práticas menos agressivas ao ambiente natural, à saúde não só dos agricultores, como também de toda a sociedade, além de ser uma alternativa econômica, para alcançar mercados diferenciados e com melhores preços.

De todo modo, a concepção de agricultura por ser complexa, incorpora diversas perspectivas: ambiental, política, econômica, social, cultural, entre outras. Diante deste cenário é essencial fazermos uma retomada histórica do entendimento da agricultura familiar e de como esta se tornou uma complexa categoria social.

3.2 Os Clássicos da questão agrária

Na seção seguinte apresentaremos elementos teóricos (enfoques clássicos e contemporâneos) que nos permitirão compreender o caráter familiar das unidades de produção e o surgimento de políticas públicas que primam pela reconexão da produção da agricultura familiar com os consumidores, especificamente através da operacionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Para tanto, realizamos um resgate das elaborações teóricas de Karl Marx, Karl Kautsky, Vladimir I. Lenin e Alexander Chayanov, a cerca do caráter familiar nas unidades de produção. Salvo as limitações teóricas das contribuições destes autores, pois foram elaboradas em períodos e contextos específicos, suas obras apresentam elementos pontuais que nos permitem compreender o atual cenário da agricultura familiar.

Por fim, cabe destacar que nesta seção não vamos nos ater às discussões acerca das terminologias “agricultor familiar” e “camponês”. Portanto, em alguns trechos deste trabalho estes termos serão empregados como sinônimos. Além disso, também empregaremos nesta seção o termo unidade de produção, ao invés de estabelecimentos agropecuários, pois na seção anterior este último termo foi empregado para abordar dados da agricultura familiar levantados pelo IBGE, através do Censo Agropecuário.

3.2.1 Algumas contribuições de Marx sobre expansão do capitalismo no campo

Os trabalhos de Karl Marx tiveram como foco a expansão do modo de produção capitalista, conforme sintetiza Abramovay (1992, p.31): “é impossível

encontrar uma questão agrária em termos explícitos nos escritos de Marx, todavia, é possível desses extrair algumas considerações”.

A obra de Marx trouxe importantes contribuições para a compreensão da influência do capitalismo sobre o processo histórico vivido pela sociedade antes e após a revolução industrial (SACCO DOS ANJOS, 2003). As influências deste processo alteraram profundamente a agricultura, resultando no que Mazoyer e Roudart (2010) denominariam como a “Primeira Revolução Agrícola dos Tempos Modernos”.

Segundo Marx (1986), a penetração e expansão do modo de produção capitalista no campo, desencadearia a concentração de riqueza, como havia provocado no setor industrial. Conseqüentemente, o camponês – proprietário de pequenas unidades produtivas - seria separado dos seus meios de produção, passando a ser encarado como mera força de trabalho – aumentando seu o nível de fragilidade social e econômica, sendo forçado a vender sua força de trabalho, tornando-se um trabalhador assalariado.

Segundo Marx, estas modificações seriam fundamentais para a consolidação do capitalismo, pois a formas de produção agrícola que não produziam lucro (campesinato – modo de produção pré-capitalista) seriam incapazes de retroalimentar este sistema e sustentá-lo ao longo do tempo.

Estas alterações nas relações produtivas, fruto da penetração do capitalismo no campo, levaria à proletarianização das camadas mais frágeis do campesinato, fazendo com que as grandes unidades de produção acabassem com as pequenas. Deste modo, o tecido social passaria a ser organizado nas seguintes classes: o proprietário de terras, o arrendatário capitalista e o proletariado rural.

Considerando este novo cenário social, Marx afirmava que o campesinato estaria fadado ao desaparecimento, pois os camponeses eram sujeitos com baixo nível de consciência de classe, força política e expressão econômica; o que facilitaria o processo de transformação da agricultura em um substrato para as primeiras manufaturas, a partir da expropriação dos camponeses, sendo que este contexto acabou permitindo a consolidação da agricultura comercial, baseada no modelo de produção inglês (SACCO DOS ANJOS, 2003).

No entanto, após a década de 1870, Marx admitiu a possibilidade dos modos de produção capitalista e não capitalista coexistirem, mas coube aos teóricos: Vladimir I. Lenin e Karl Kautsky, desenvolverem uma abordagem mais profunda acerca das transformações sofridas pela agricultura, a partir do processo de penetração do capitalismo no campo.

3.2.2. As perspectivas de Lênin sobre o futuro do campesinato.

Vladimir I. Lênin considerava o modo de produção capitalista ocidental uma ameaça destrutiva, que tinha como base o processo de exclusão social causado pela detenção dos meios de produção, além de promover a transformação de mais-valia em capital. Devido a este quadro deveriam ser criadas estratégias para combater a generalização deste modo de produção.

Para formular sua teoria sobre as possibilidades e perspectiva futuras do campesinato, frente às transformações originadas pela expansão do capitalismo no campo, Lênin fundamentou sua teoria em um conjunto de dados coletados a partir das unidades produtivas locais, criadas durante o governo czarista, chamadas de *zemstvos*, no ano de 1964. Para tanto, o autor utilizou diferentes dados estatísticos para compreender a realidade agrícola de seu país e as transformações que a mesma estava sofrendo.

Seus estudos deram origem à obra: “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia”, onde o autor afirmava que o campesinato estaria fadado ao desaparecimento, pois a penetração do capital levaria a separação do camponês dos seus meios de produção alterando sua dinâmica de diferenciação e de reprodução frente à concorrência das grandes empresas agrícolas da época.

Ainda de acordo com a obra de Lênin, este processo de diferenciação social camponesa contribuiria para a alteração das classes sociais da população rural em: camponeses pobres – *bedniaks* e *mujiques*, camponeses médios - *sereniniaks* e camponeses ricos – *kulaks*, através da criação do mercado interno, que aceleraria a penetração do capitalismo e a desintegração do campesinato.

Deste modo, os camponeses médios iriam desaparecer, contribuindo para o aumento do número de camponeses pobres, os quais seriam o "motor

da revolução proletária”, pois acabariam vendendo sua força de trabalho para a indústria, ou para os agricultores ricos, alimentando o mercado interno.

Este processo provocaria ainda a mecanização e a modernização da agricultura, bem como, o modo de vida dos camponeses, os quais passariam a depender do mercado, tanto para suprir suas necessidades imediatas (autoconsumo), quanto para conseguir continuar produzindo.

Segundo Lênin, a desintegração do campesinato foi retardada em função da manutenção do regime de corveia, onde o pagamento das relações produtivas ocorriam na forma de trabalho, retardando a penetração do capital nas relações de trabalho. No entanto, mesmo com a manutenção destas estratégias produtivas, Lênin afirmava que o processo de desintegração do campesinato era inevitável, pois a proletarianização se tornaria um processo amplo e geral, sendo o êxodo rural e agrário sua principal evidência.

No entanto, este fato não se consolidou de forma plena, pois os agricultores camponeses diferenciaram-se e representam a maioria dos agricultores do mundo, produzindo importante parcela dos alimentos que integram a mesa das populações em diversas nações, como é o caso do Brasil.

3.2.3 As contribuições de Kautsky sobre a industrialização da agricultura

A penetração e a ampliação do capitalismo provocaram profundas transformações nas sociedades urbanas e rurais, conforme apresentado nas seções anteriores.

As modificações provocadas no campo pelo processo de modernização, mecanização, emprego de fertilizantes minerais, seleção de espécies mais produtivas, entre outras; contribuiu para que os agricultores aumentassem sua dependência de insumos externos, reduzindo seus graus de autonomia. Deste modo, o espaço rural e suas populações assumiram novas configurações, apresentando diferentes formas de expressão (MAZOYER e ROUDART, 2010; LAMARCHE, 1993)

Os estudos feitos por Karl Kautsky foram realizados a partir da Europa Ocidental, sob a égide da teoria do materialismo histórico, e tinham como principal objeto de investigação o papel das formas pré-capitalistas de agricultura na sociedade capitalista. Para tanto, ele direcionou seus esforços na

compreensão do modo como o capital se apodera e transforma a agricultura camponesa, criando um cenário para o surgimento de novas formas de produção agrícola (KAUTSKY, 1980).

Mesmo analisando um universo empírico diferente do analisado por Lênin, as ideias destes dois autores convergem quando o primeiro também assume, embora de forma sutil, que são inúteis os esforços para reduzir o processo de proletarização dos camponeses (SACCO DOS ANJOS, 2003).

No entanto, as ideias de Lênin e Kautsky também apresentavam um ponto de divergência em relação ao modo como o processo de desintegração do campesinato aconteceria, pois Kautsky admitia a proletarização do campesinato e que o desaparecimento das pequenas unidades de produção aconteceria em ritmos descontínuos ou intermitentes (SACCO DOS ANJOS, 2003)

Para isso, Kautsky procurava provar em seus estudos que a sobrevivência dos camponeses não era sinônimo de eficiência, mas sim, de superexploração, pois vendiam seus produtos a preços baixos, que não os permitia sobreviver (ABRAMOVAY, 1992).

Em função disso, Kautsky afirmava que a relação entre as pequenas unidades de produção - de caráter familiar - e o progresso técnico era incompatível, pois ele seria uma exclusividade das grandes unidades de produção, as quais seriam as únicas capazes de obter vantagem na economia de escala, nos aportes tecnológicos, comerciais e financeiros, graças à "superfície mínima de terra", a qual permitia o emprego da força mecânica (maquinário) e mão-de- obra especializada, garantindo assim, a perpetuação das grandes unidades de produção.

Conclui-se, portanto, que as pequenas unidades de produção seriam extintas por não ter como aportar às inovações tecnológicas e nem superar os limites naturais do tamanho da área, o que no entanto, não veio a se realizar totalmente (SACCO DOS ANJOS, 2003).

Cabe frisar, que Kautsky - ao analisar os reflexos do uso de máquinas agrícolas nas unidades de produção - enfatizou que este processo de modernização do campo iria provocar a substituição da força de trabalho humana e conseqüentemente o êxodo rural, devido à expropriação do camponês. Superando deste modo, a separação entre a indústria e a

agricultura, promovendo a industrialização desta e a transformação do camponês em “empresário” agrícola.

Diante de tal situação, o autor afirma que o camponês deixaria de produzir alimentos e ferramentas para a satisfação de suas necessidades imediatas. Assim, deixando de ser autossuficiente, passando a produzir para o mercado, tornando-se cada vez mais dependente deste, abrindo espaço para seu próprio extermínio e conseqüentemente para a consolidação do sistema de produção capitalista.

Por fim, Kautsky afirma que o processo de desaparecimento do campesinato pode ser retardado com o desenvolvimento de estratégias de reprodução social, como é o caso das "ocupações acessórias", que, no entanto, não impedem a transformação do camponês em proletário, pois ele torna-se assalariado temporário, trabalhando fora da unidade de produção, mas a renda obtida com este tipo de ocupação torna-se uma forma de manutenção do seu modo de vida (SACCO DOS ANJOS, 2003).

3.2.4 Chayanov e o campesinato: uma esperança

Alexander Chayanov foi um importante especialista russo em economia rural e o maior representante da "*Escola de Organização da Produção*", voltada para o desenvolvimento de medidas agrônômicas e econômicas para a intensificação da produção da exploração campesina. Este autor foi um grande opositor das ideias centrais do marxismo, pois era adepto da corrente epistemológica do neo-populismo e defendia a viabilidade da agricultura camponesa, tendo como ponto de partida a análise microeconômica (GERARDI e SALOMONI, 1994).

Para Chayanov (1974, p. 120), o campesinato é norteado por uma lógica subjetiva, voltada essencialmente para a satisfação das necessidades imediatas da família e não para a acumulação do capital. Portanto, ela era regulada por um balanço, ou um ponto de equilíbrio entre o consumo familiar e a exploração da força de trabalho. Esta lógica pode ser observada no trecho abaixo:

La familia campesina trata de cubrir sus necesidades de manera más facil y, por tanto, pondera lós medios efectivos de producción y cualquier otro objetivo al cual puede aplicarse su fuerza de trabajo, y

la distribuye de manera tal que puedan aprovecharse todas las oportunidades que brindan una remuneración elevada.

Segundo Sacco dos Anjos (2003), a obra de Chayanov foi marcada pelos seguintes elementos: a especificidade da economia camponesa, o ponto de equilíbrio, a não acumulação de capital e as modificações demográficas da unidade familiar.

No que diz respeito à especificidade da economia camponesa, Chayanov afirma que a teoria moderna e as categorias econômicas por ela propostas (renda, salário, capital...) não seriam suficientes para compreender a complexidade dos fenômenos sociais e produtivos do campesinato. Neste sentido Heyning (1982), afirma que a teoria de Chayanov é a chave para compreender o predomínio das formas de produção não capitalistas em muitos países.

Assim, o modo de produção camponês pode ser explicado em função da dinâmica produtiva, onde a família emprega a capacidade de trabalho necessária somente para a geração de produtos que seriam trocados em mercados para a satisfação de suas necessidades imediatas. Este processo daria origem ao produto bruto da unidade econômica camponesa, do qual são deduzidos os gastos de produção resultando no produto final do trabalho familiar campesino. Sendo este, um processo totalmente contraditório, em relação à lógica do sistema de produção capitalista que tem como objetivo o lucro (SACCO DOS ANJOS, 2003).

A partir disto fica evidente a necessidade de conhecer a organização interna do grupo familiar camponês para que se possa identificar a lógica que a permeia, pois assim, seria possível compreender a dinâmica social e produtiva desenvolvida, especialmente no que diz respeito ao balanço entre o volume da atividade agrícola e o grau de intensidade do trabalho (autoexploração) realizado para a satisfação das necessidades (consumo/trabalho) do grupo familiar.

Deste modo, a família é um elemento central para a compreensão do processo de tomada de decisão na administração da unidade produtiva, que tem como base o “ponto de equilíbrio”, ou seja, o balanço subjetivo no que diz respeito às necessidades da família e o aumento e/ou a redução do esforço de

trabalho para satisfazê-las, deixando de lado a preocupação com a acumulação de capital.

A partir desta dinâmica específica do modo de produção e de vida camponês, Chayanov elaborou a teoria da “*diferenciação demográfica*”, pois o foco da lógica campesina está no tamanho da família e no seu ciclo de desenvolvimento, ou seja, no número de integrantes da família para alimentar (consumidores) e a quantidade de mão de obra disponível na família (trabalhadores) (SACCO DOS ANJOS, 2003; WANDERLEY, 2009)

Convém ressaltar que esta teoria é um dos pontos de divergência entre o esquema teórico chayanoviano e o marxista. Além deste, as iniciativas dirigidas à otimização das oportunidades (momentos de racionamento de bens de autoconsumo ou de complementação da renda através de atividades não agrícolas); a resistência à adoção de inovações técnicas de produção e a racionalidade do campesinato - onde o camponês é o ator social que realiza escolhas conscientes de suas condutas.

Por fim, ressaltamos que o equilíbrio do campesinato é abalado diante das pressões externas exercidas pelo modo de produção capitalista. Mesmo, sendo uma teoria que tem como base a microeconomia, ela tem limitações. A teoria chayanoviana foi fundamental para a compreensão das características intrínsecas da reprodução social das formas familiares de produção. Especialmente, no que se refere à compreensão dos mecanismos de resistência destes agricultores e que permitiram que a agricultura camponesa continuasse se desenvolvendo ao longo do processo de evolução e diferenciação das agriculturas, em diversas regiões do mundo.

3.3 Uma perspectiva contemporânea da agricultura familiar

As contribuições deixadas por Chayanov a cerca da dinâmica social e produtiva do campesinato foram essenciais para a compreensão das peculiaridades das diversas formas de produção familiares atuais, desenvolvidas em diversos países. Este legado foi à base para que novos estudos fossem desenvolvidos, a fim de melhor compreendê-las.

Nesta seção serão apresentadas as contribuições de autores contemporâneos, acerca da definição e caracterização da agricultura familiar.

Para Lamarche (1993), o termo “*exploração familiar*” está ligado à definição de um modelo de funcionamento e uma classe social no interior deste. O autor afirma que a exploração familiar é sinônimo de uma unidade de produção agrícola, baseada na relação de três elementos essenciais: propriedade, trabalho e família; a qual apresenta diversos níveis de proximidade com o mercado. Tal relação é orientada por uma lógica subjetiva própria que interfere em diversos processos do sistema produtivo familiar, tais como: a transmissão de patrimônio e a reprodução da exploração.

Neste sentido Wanderley (2009) também afirma que o caráter familiar associado à produção é um elemento essencial que interfere diretamente na forma como a estrutura produtiva age econômica e socialmente, o que a permite apresentar uma diversidade de formas sociais, no tempo e no espaço.

Esta diversidade de formas são resultados da capacidade das explorações familiares de se adaptar a diferentes situações, vinculadas a contextos históricos, sociais, econômicos e políticos diferentes. Em virtude disto, estas explorações estão ligadas ao que Lamarche (1993) denomina como “modelo original” e “modelo ideal”.

O primeiro, refere-se a um modelo anterior ao atual, em que todos os agricultores familiares possuem, em algum grau, um elo de ligação. Esta afirmação dialoga com o que Mazoyer e Roudart (2010) denominam de “herança agrária da humanidade”.

Segundo estes estudiosos, os agricultores têm como base, para o processo de tomada de decisão e para a criação de estratégias, suas ligações com o “modelo original”, ou sua “herança agrária”, os quais constituem as bases subjetivas, para projetar o futuro da unidade de produção e construir ações objetivas com o intuito de garantir o horizonte das gerações, através da construção de um “modelo ideal”, conforme explica Lamarche (1993, p. 17):

Todo explorador projeta para o futuro uma determinada imagem de sua exploração; ele organiza suas estratégias e toma suas decisões segundo uma orientação que tende sempre, mais ou menos, em direção a essa situação esperada.

Assim, o segundo, chamado de modelo ideal, pode assumir uma diversidade de formas ao demonstrar a complexidade das explorações familiares, quando o mesmo as diferencia em camponesa e familiar, conforme explica Lamarche (1993). Segundo este autor “a exploração camponesa é uma

exploração familiar, sem dúvida alguma, mas nem todas as explorações familiares são camponesas” (p.16). Assim, o que as distingue é seu grau de integração à economia de mercado.

Desta forma, quanto mais integrado ao mercado, mais distante do modo de produção camponês a unidade de produção familiar estará; e ela passa a refletir o tipo de relação dos agricultores com a sociedade de consumo, seu modo de vida e de representação.

Estes níveis de integração ao mercado influenciam diferentes planos do cotidiano da exploração familiar, tais como: técnico-econômico (condições objetivas de produção) e sociocultural (condições subjetivas) (LAMARCHE, 1993). Sendo estas diferentes formas de integração com o mercado uma das responsáveis pela diversidade de formas de explorações familiares, que vem se adaptando a diversos agroecossistemas em diferentes países do mundo (MAZOYER e ROUDART, 2010).

Esta diversidade de situações é responsável pela formação da heterogeneidade das formas das explorações familiares que refletem as “diversas faces de um mesmo objeto e não de objetos diferentes”. Isto fica evidente quando Lamarche (1993, p. 14) afirma que “a exploração familiar não é um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda a diversidade”.

Sendo assim, o funcionamento da exploração familiar deve ser compreendido a partir do “modelo original” que a norteia e o “modelo ideal” o qual os agricultores procuram alcançar, conforme afirma Lamarche (1993, p. 19)

O funcionamento da exploração familiar deve ser analisado dentro dessa dinâmica e cada tomada de decisão importante é resultante de duas forças, uma representando o peso do passado e da tradição e a outra, a atração por um futuro materializado pelos projetos que ocorrerão no porvir. Os exploradores organizam suas estratégias, vivem suas lutas e fazem suas alianças em função destes dois domínios: a memória que guardam de sua história e as ambições que tem para o futuro.

Cabe salientar que estas colocações não querem assinalar um determinismo frente a um ponto de partida e um ponto de chegada, pois se isso ocorresse, todas as explorações familiares teriam um mesmo fim. É a diversidade de estratégias dos agricultores que vem permitindo que estas explorações sejam encontradas em diversas regiões do mundo, apresentando formas diferenciadas, ora mais, ora menos, integradas ao mercado. Dentre as

diversas estratégias de reprodução desenvolvidas pelos agricultores familiares está a pluriatividade⁵³ e o contrato temporário de mão de obra.

A pluriatividade consiste na busca da realização de atividades fora da unidade produtiva, realizando atividades agrícolas e não agrícolas, para complementar a renda familiar, bem como, o funcionamento da própria unidade produtiva, procurando garantir o horizonte das gerações (WANDERLEY, 2009).

Esta estratégia vem influenciando a dinâmica da unidade de produção familiar, especialmente os jovens, que partem em busca de atividades fora da propriedade, a fim de alcançar sua autonomia econômica, ou até mesmo construir sua própria família, numa tentativa de reiterar a condição familiar da unidade de produção.

Sendo assim, a pluriatividade e o trabalho externo dos membros do grupo familiar, não representam necessariamente a desagregação da cultura camponesa, mas sim uma estratégia que permite a própria família viabilizar suas atividades agrícolas (WANDERLEY, 2009).

Certamente a precariedade e a instabilidade da situação camponesa faz com que o trabalho externo torne-se uma necessidade estrutural, pois a renda, fruto destas atividades, passa a ser fundamental para a reprodução da família e do próprio estabelecimento familiar.

No que diz respeito ao trabalho alugado, contratado pelos agricultores familiares, como uma estratégia para suprir suas necessidades de mão de obra em determinados períodos do ano, não transforma estes agricultores em empresários capitalistas, pois eles não têm a capacidade de gerar e manter este trabalho assalariado. Portanto sua utilização é limitada em função de dinâmicas internas da própria família e de seu envolvimento com as pessoas da própria comunidade. Essa contratação decorre da necessidade de reduzir a autoexploração da força de trabalho da família (WANDERLEY, 2009).

Assim, a subordinação e a integração dos agricultores familiares aos mercados, não vêm impedindo o seu desenvolvimento, pois estes muitas vezes

⁵³ Neste trabalho não iremos abordar a discussão a cerca do conceito de pluriatividade como um processo gradual de abandono das atividades agrícolas que leva ao êxodo das populações rurais para centros urbanos, a qual é gerada pela omissão do poder público frente a promoção de acesso condições estruturais para produção, armazenamento distribuição e comercialização de alimentos cultivados por camponeses conforme realizado por Machado e Casalinho (2010). Em contraposição as contribuições de Schineider e Sacco dos Anjos, os quais definem este fenômeno como uma estratégia de reprodução dos agricultores familiares.

investem, simultaneamente, na geração de alimentos para o autoconsumo e na diversificação de atividades para comercialização (WANDERLEY, 2009).

Conseqüentemente, a agricultura familiar vem se adaptando ao contexto moderno, transformando-se interna e externamente em um agente da agricultura moderna. Este processo de integração das formas de agricultura familiar à sociedade englobante capitalista, vem gerando a conseqüente perda, gradativa, da autonomia tradicional herdada do campesinato e o esvaziamento das sociedades locais, através do êxodo rural (WANDERLEY, 2009).

Esta transformação nas unidades de produção familiares causadas pela penetração do capitalismo leva a um “duplo processo de conservação-dissolução”, pois muitos agricultores das sociedades modernas ainda conservam traços do campesinato (WANDERLEY, 1999).

Portanto, parte destes agricultores são resultantes de uma continuidade, ou seja, são os frutos do presente plantados no passado. Isto pode ser percebido através das contribuições de Lamarche (1993), quando ele afirma que o processo de transmissão e conservação do patrimônio sociocultural, construído a partir de um “modelo original”, tem um papel central no funcionamento das unidades de produção agrícola familiar.

Assim, a categoria genérica “agricultura familiar” está ligada a uma diversidade de formas (proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro, ocupante, assentado, pescador artesanal, extrativista, agregado, pequeno garimpeiro, comodatário, entre outros) e situações que a pode incluir, bem como sua capacidade de resistência e adaptação as transformações da sociedade devem ser o fio condutor para compreender esta categoria social (WANDERLEY, 2009; MEDEIROS, 1997).

Percebe-se então que o agricultor familiar não é um personagem passivo, diante das “forças modernizantes” da sociedade, ele é ativo, um ator que vêm construindo sua própria história, a partir de sua própria “herança agrária” (experiência camponesa) e do processo de adaptação aos novos desafios do desenvolvimento rural da sociedade moderna (WANDERLEY, 2009; MAZOYER e ROUDART, 2010)

Logo, a agricultura familiar é uma categoria social, que possui traços essenciais, conforme observam Gasson & Errington (1993 apud Sacco dos Anjos, 2003, p.42):

[...] (a) a gestão é feita pelos proprietários; (b) os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco; (c) o trabalho é fundamentalmente familiar; (d) o patrimônio pertence à família; (e) o patrimônio e os ativos são objeto de transferência intergeracional no interior da família; e (f) os membros da família vivem na unidade produtiva.

A partir deste cenário fica evidente que as denominações “agricultura familiar”, assim como o “agricultor familiar”, não são uma invenção do Estado, ou apenas um resquício do campesinato tradicional, vistos como atrasados e de caráter residual, mas são frutos de uma construção histórica.

A partir dos elementos apresentados até esta seção é possível compreender a complexidade e a diversidade da agricultura familiar, como uma categoria social. A seguir, serão apresentados alguns elementos que permearam a construção da identidade desta categoria no Brasil.

3.3.1 Agricultura familiar no Brasil: da invisibilidade às políticas públicas e mercados institucionais - PNAE

Ao retomarmos brevemente a história dos agricultores familiares no Brasil, devemos destacar que tipo de capitalismo que penetrou no setor agrícola do país, sempre vinculou a propriedade da terra como sinônimo de modernização, abrindo espaço para o estabelecimento de grandes propriedades de terra, os “latifúndios”.

As credências deste processo de modernização foram políticas, e acabaram por excluir muitas famílias de agricultores familiares e por legitimar a grande “empresa rural” e invisibilizar a agricultura familiar.

Deste modo, parte dos agricultores familiares foram submetidos a grandes esforços para alcançar condições mínimas para sua reprodução, pois eram vistos pelo Estado como atrasados e de caráter residual. Suas unidades de produção eram identificadas pelas políticas públicas como: minifúndio, agricultura de baixa renda ou agricultura de subsistência (MEDEIROS, 1997).

Em função da imagem pejorativa e do abandono político, estes agricultores se submetiam a estratégias de posse precária da terra, da migração, da venda da força de trabalho, entre outras estratégias para conquistar sua própria terra, como um espaço de trabalho, produção e vida (WANDERLEY, 2009).

Na década de 70 estes agricultores, iludidos com o processo de modernização, buscavam novos caminhos para acompanhar estas transformações. No entanto, muitos acabaram endividados e arriscaram-se em projetos de colonização de novas fronteiras.

Posteriormente, este processo trouxe profundos impactos negativos, e a falta de sucesso destes atores levou a formação dos acampamentos "sem terra" e a organização que os iria representar na luta, destes agricultores familiares por terra, o MST (Movimento Sem Terra). Sendo este compreendido como um movimento social de luta contra injustiças sociais, especialmente no que tange o acesso à terra (WANDERLEY, 2009; WIZNIEWSKY, 2001).

A emergência de assentamentos da reforma agrária contribuiu para a revitalização e revalorização do campo, o qual passou a ser identificado com um lugar de trabalho e vida. Este novo cenário agrícola familiar trouxe uma nova "ruralidade" para o país, através de uma categoria social que povoa o campo e reanima a vida social. Sendo este um contraponto à agricultura moderna, latifundiária, que usava o campo apenas como um local de trabalho, aumentando o êxodo rural, tornando este um ambiente socialmente vazio (WANDERLEY, 2009).

Segundo Medeiros (1997), os agricultores familiares que conseguiram superar este momento com êxito se tecnificaram e deram origem a segmentos como a agroindústria, a qual também acabou sofrendo, e ainda sofre, com a falta de políticas públicas adequadas para sua operação.

Estes fatos levaram a humanização desta categoria e produziram a reiteração de sua identificação como trabalhadores. A partir disso, o movimento sindical, juntamente com partidos políticos e a igreja tiveram um papel fundamental no processo de resgatar a importância destes agricultores para a soberania agrícola e a segurança alimentar do país. Sendo a década de 1990 marcada pela abertura de um novo espaço de discussão a cerca do modelo de desenvolvimento agrícola vigente e sua relação com a categoria agrícola familiar.

Este avanço político fica evidenciado na ampliação das discussões sobre a importância da agricultura familiar no ambiente sindicalista e em seus documentos e reivindicações. Dentro deste ambiente, o termo agricultura familiar passa a recobrir uma ampla diversidade de identidades sociais e

políticas que levaram a sua formação. Esta categoria começa a se politizar trazendo a tona temas como: alternativas de comercialização, associativismo para produção, agregação de maior valor a produção com a criação de agroindústrias, escolhas tecnológicas adequadas a sua realidade e à sua relação com o ambiente natural (MEDEIROS, 1997).

Este novo movimento reacende também as discussões sobre as questões ambientais e a necessidade da geração de empregos. Este processo de empoderamento leva os agricultores familiares a interagirem e proporem novas discussões junto ao Estado, a fim de criar políticas públicas que respeitem sua diversidade e sua potencialidade.

Um dos frutos destes esforços foi à criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no ano de 1995, e contribuiu para a legitimação do agricultor familiar como um ator social, deixando de lado a imagem negativa arraigada historicamente a este grupo, passando a ser percebida como uma alternativa à agricultura dominante no país, patronal e latifundiária (MEDEIROS, 1997).

Isto também é evidenciado nas contribuições de Schneider (2009, p.36):

Este programa, que em larga medida foi formulado como resposta às pressões do movimento sindical rural realizadas desde o início da década de 1990, nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo aliados das políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades de se manter na atividade.

A década de 1990 inaugura um novo cenário das políticas públicas voltadas para o a agricultura familiar, pois o PRONAF foi uma ferramenta fundamental para o início da superação das deficiências das políticas públicas, até então voltadas apenas para a agricultura moderna (latifundiária), com linhas de crédito, pesquisa, canais de comercialização e assistência técnica voltadas para fortalecer o modelo agrícola vigente.

Segundo Leite (2009), o PRONAF é uma ferramenta de financiamento agrícola, capaz de abranger a complexidade de projetos, oriundos da diversidade de sistemas de produção desenvolvida pela agricultura familiar no Brasil. Este programa permitiu a inclusão de milhares de agricultores familiares às linhas de crédito, abrindo espaço para a criação de novas estratégias produtivas e de reprodução familiar desta categoria.

No Brasil, a atuação do Estado na elaboração de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar vem ganhando destaque, especialmente a partir da primeira década do ano 2000, quando foram elaboradas novas políticas públicas que dialogam com os objetivos do PRONAF e tendem a auxiliar na melhor aplicação dos recursos financeiros, a exemplo: Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), criada em 2003 a qual procura promover uma reconstrução da assistência técnica e extensão rural voltada para a compreensão e valorização da diversidade da agricultura familiar e seus potenciais; o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), uma ferramenta que garante a renda aos agricultores familiares no caso de perda da produção agropecuária em função de adversidades climáticas; o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), que garante tanto os custos de produção, quanto preços mínimos para a comercialização através da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento); o Programa de Aquisição de Alimentos PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, ambos voltados para garantir a comercialização dos produtos dos agricultores familiares para mercados institucionais e particulares (LEITE, 2009).

Compreendemos por mercados institucionais:

[...] aquele que envolve as três esferas governamentais (municipal, estadual e federal) em todas as suas operações de compra de alimentos, sejam elas de caráter contínuo - como aquisições para creches, escolas, sistema carcerário, forças armadas e hospitais - quanto as aquisições de caráter esporádico - como aquelas que ocorrem para atender a população em casos de calamidade pública ou as referentes às políticas de Estado ou programas de governo. (MACIEL, 2008, p.17)

De acordo com Grisa (2009, p.5) estes mercados possuem uma configuração própria

[...] Por “mercado institucional” designa-se uma configuração específica de mercado em que as redes de troca assumem uma estrutura particular, previamente determinada por normas e convenções negociadas por um conjunto de atores e organizações, onde o Estado geralmente assume um papel central, notadamente através de compras públicas.

Deste modo é possível perceber que o Estado também tem um papel de consumidor de produtos da agricultura familiar, através do consumo institucional que passa a promover não só o fortalecimento destes atores no âmbito econômico, como também no que tange a melhoria da qualidade de

vida das populações, ao eleger esta categoria social como um segmento estratégico para a promoção do desenvolvimento local (BECKER, 2010).

Dentro deste cenário das compras institucionais destacamos o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), formulado no ano de 1954, inicialmente destinado para o atendimento de estudantes de escolas da região nordeste do Brasil. No ano de 1988 a alimentação escolar torna-se um direito constitucional universal e o programa passa a ser desenvolvido em todos os estados brasileiros (BELIK e CHAIM, 2009).

Deste então, ele vem sofrendo uma série de reformulações, especialmente no que diz respeito a integração de políticas de segurança alimentar e agrícola. No ano de 1994 o PNAE é alterado com o intuito de promover a descentralização da alimentação escolar, que até então era comprada de grandes indústrias agroalimentares, voltando-se para a valorização dos hábitos alimentares locais, para a promoção da segurança alimentar e nutricional dos escolares (BELIK e CHAIM, 2009; ANDERSON, 2011).

Uma das mais importantes reformulações do programa aconteceu em 2009, quando foi alterado seu marco legal com a criação da Lei Federal 11.947 e da Resolução/CD/FNDE N° 38.

Desde então, o PNAE passou a preconizar a garantia de uma alimentação saudável para estudantes das escolas públicas de todo país, juntamente com a obrigatoriedade do investimento, mínimo, de 30% dos recursos do programa para a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, priorizando-se: assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas⁵⁴, bem como, gêneros alimentícios orgânicos e/ou agroecológicos⁵⁵ produzidos por esta categoria social.

Além disso, o programa vem permitindo a participação da agricultura familiar, organizada em grupos formais (cooperativas e associações) ou não (apoiada por entidades não remuneradas e sem responsabilidade formal). Para tanto, estes agricultores devem apresentar a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) .(MALUF, 2009).

⁵⁴ Ver artigo 14 da Lei Federal 11.947 de 16 de julho de 2009.

⁵⁵ Ver artigo 20º da Resolução/CD/FNDE N° 38 que regulamenta a operacionalização do PNAE

No que diz respeito aos preços praticados para a aquisição de alimentos estes devem respeitar a média do mercado local. Enquanto os valores pagos pelos alimentos orgânicos devem sofrer um acréscimo de até 30% no preço pago, em relação à um produto cultivado em sistema convencional. Ainda em relação aos valores dos produtos adquiridos para o programa, há um limite de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) anuais, por agricultor. Sendo de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) dos grupos informais (MALUF, 2009; ANDERSSON, 2011).

Deste modo, este programa tem-se demonstrado como uma importante ferramenta para a superação de algumas das principais dificuldades dos agricultores familiares, como a garantia de preço e comercialização.

Segundo Belik (2009) atualmente este é o maior programa de suplementação alimentar da América Latina, atendendo aproximadamente 50 milhões de estudantes em todo Brasil. No entanto, muitos municípios do país têm encontrado dificuldades para compreender a intersectorialidade deste programa, a qual perpassa pelo fortalecimento da segurança alimentar e nutricional dos escolares; pela soberania dos agricultores familiares e pelo desenvolvimento local.

Na próxima seção serão apresentadas as dinâmicas do processo de aquisição de alimentos da agricultura familiar para o PNAE operacionalizado em Capão do Leão, bem como os desafios encontrados neste processo de reconexão entre produção e consumo de alimentos.

4 O PNAE EM CAPÃO DO LEÃO, LIMITES, DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Esta seção apresenta parte dos dados coletados durante as entrevistas, a partir do uso das técnicas de análise temática e análise das oposições. Para tanto, as respostas foram submetidas ao processo de descrição, análise e interpretação, a partir da decomposição destas em frases e orações. Deste modo, apenas serão apresentados alguns trechos das entrevistas, considerados representativos e pertinentes para responder os objetivos desta pesquisa.

Deste modo, fizemos um apanhado acerca dos limites, desafios e possibilidades do Programa Nacional de Alimentação Escolar operacionalizado no município de Capão do Leão. Os principais pontos abordados foram: a análise das ações realizadas pelo Poder Público em relação ao processo de aquisição de alimentos da agricultura familiar; os motivos que levam os agricultores familiares do município (assentados da reforma agrária) a não fornecerem alimentos para o PNAE, bem como, os que viabilizam a participação de agricultores familiares de Pelotas, como fornecedores de alimentos para este programa.

4.1 “Miopia” institucional - a falta de percepção do poder público local em relação ao PNAE e a agricultura familiar local

O município de Capão do Leão possui uma área de 785.373 Km², ocupada por 24.298 habitantes, sendo que 92% do total destes residem no meio urbano, enquanto apenas 7,89% moram no meio rural.

A economia do município já teve a agropecuária como principal geradora de renda. No entanto, este cenário vem mudando, no ano de 2010 a agropecuária representou apenas 11% do total do PIB. Esta mudança pode estar ligada ao processo de povoamento, formação da estrutura fundiária e localização do município.

Atualmente Capão do Leão possui um total de 142 unidades de produção familiares, que ocupam 4,64% do total de sua área agrícola.

Enquanto que 98 unidades de produção não-familiares ocupam 95,36% da área agrícola do município. Estes dados demonstram que Capão do Leão tem atualmente uma população majoritariamente urbana e que o mesmo possui uma disparidade fundiária.

Estas disparidades podem ser explicadas por uma série de elementos, dentre os quais destacamos as características dos agroecossistemas; o perfil dos sistemas agrários e o processo de povoamento da região.

Os agroecossistemas que originalmente integravam a área de Capão do Leão eram cobertos por vegetação campestre nativa, apresentando relevo predominantemente plano e com áreas alagáveis, os banhados. Estas características ambientais criaram condições para o desenvolvimento de atividades agropecuárias voltadas para a criação de rebanhos bovinos e posteriormente para o cultivo de arroz nas zonas alagadiças, onde estão localizadas as grandes unidades produtivas do município (latifúndios). Estas observações corroboram com os dados apresentados por Zaffaroni e Fernandes (1997) ao realizar o levantamento dos principais agroecossistemas do município de Capão do Leão.

Os sistemas agrários do município são marcados pela presença de latifúndios e o desenvolvimento da pecuária extensiva, que também são reflexos do processo de povoamento do município, onde predominavam as sesmarias. Inicialmente esta atividade era voltada para a produção de charque, mas atualmente está voltada para a produção de rebanhos bovinos de corte, comercializados para frigoríficos do município e arredores, os quais exportam carne para diversos países.

Estes aspectos nos trazem elementos para a compreensão da organização fundiária do município que caracteriza-se por um baixo número de latifúndios que ocupam aproximadamente 95% do total da área agrícola. Enquanto a maior parte das unidades de produção são familiares e ocupam uma área inferior a 5% do total.

Segundo informações do Plano de Saneamento Básico Municipal de Capão do Leão (2010) e do escritório municipal da EMATER, as unidades de produção familiares possuem até 64 hectares⁵⁶ de área e estão localizadas nas

⁵⁶ Este é o valor de quatro módulos fiscais do município, o que representa um dos requisitos para a unidade de produção ser considerada familiar, conforme a Lei Federal 11. 326 que

áreas mais altas do município e às margens da BR 116, sendo 36 delas integrantes de dois assentamentos da reforma agrária.

As principais atividades desenvolvidas por estes agricultores são a pecuária voltada para a produção de leite, o cultivo de hortifrutigranjeiros e mais recentemente de grãos.

A produção de leite destes agricultores é comercializada para a COSULATI⁵⁷, cooperativa pelotense que possui uma unidade de beneficiamento do leite em Capão do Leão e realiza a coleta deste produto diretamente na residência dos agricultores. Esta cooperativa também desenvolve um programa integrado de produção e comercialização, através da venda de insumos e a oferta de assistência técnica, que podem ser pagos gradualmente através do abatimento destes custos da renda dos agricultores.

Segundo informações verbais obtidas juntos aos agricultores familiares assentados da reforma agrária do município, esta cooperativa é uma alternativa para viabilizar este sistema de produção, pois a mesma oferece crédito, assistência técnica e transporte para escoar a produção.

Os hortifrutigranjeiros produzidos pelos agricultores familiares são destinados tanto para o consumo das famílias⁵⁸, como para o mercado através de venda direta. Além disso, muitos agricultores têm produzido alimentos, como morango e pepino, em parceria com empresas de conservas sediadas em Pelotas, como é o caso da indústria de Conservas Oderich S.A, que também oferece um sistema integrado de produção e comercialização, através do fornecimento de sementes, insumos e transporte, além de garantir preços mínimos e a comercialização destes produtos.

Cabe salientarmos que a produção de alimentos, tanto para a Cooperativa COSULATI quanto para as empresas de conserva, representam uma forma de legalizar a produção destes agricultores, já que os mesmos passam a declarar sua produção, movimentando seu talão de produtor, o que futuramente irá lhes garantir a possibilidade de conquistar a aposentadoria como trabalhadores rurais, além de outros direitos sociais.

Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

⁵⁷ Ver apêndices D e E. Registros fotográficos que ilustram parte da dinâmica da produção e coleta de leite no interior dos assentamentos de Capão do Leão.

⁵⁸ Ver apêndices H e I que apresentam registros fotográficos de alguns dos principais cultivos e criações que fazem parte do autoconsumo das famílias assentadas.

No que diz respeito à produção de grãos, ela vem aumentando de modo geral no município, especialmente em função do avanço da fronteira agrícola do cultivo da soja na região sul do RS, bem como, pelos preços atrativos para a comercialização deste produto. Este cenário vem contribuindo para que alguns dos agricultores assentados da reforma agrária do município abandonem seus sistemas policultivo e passem a se dedicar exclusivamente ao plantio de soja.

Os dois assentamentos da reforma agrária localizados em Capão do Leão, Construtores da Palma e 24 de Novembro, conhecidos popularmente como assentamentos da Palma e da Embrapa⁵⁹, foram criados nos anos de 1992 e 1995, respectivamente. Atualmente abrigam 25,35% das unidades de produção familiar do município.

Estes agricultores familiares vêm enfrentando um processo histórico de fragilização social e econômica. Isso pode ser verificado através dos dados anteriormente apresentados, bem como, pelas declarações dos gestores públicos:

[...] são pequenas áreas, que hoje eles têm muitas dificuldades de se manterem no campo, e a pecuária familiar em pequenas áreas ela não se sustenta né, não tem como. Teria que ser um trabalho mais intensivo, como é o caso da agricultura familiar, com hortifrutigranjeiros, que é um trabalho intensivo, é o ano todo, e a pecuária é muito lenta, o resultado custa (demora) muito (gestor público 2, março de 2013).

Quando eu assumi a secretaria aqui inclusive eu comprei uma máquina pra fazer canteiro, modificamos o programa de calcário, para o pequeno produtor ter acesso, que antes ele não tinha acesso. [...] Aí adquirimos uma máquina de fazer canteiros, temos uma retroescavadeira para fazer a limpeza de açudes e aguadas, pra fazer reservatórios de água. Tudo isso é oferecido, **mas eles não tem interesse** (Gestor público 2, março de 2013 - grifos meus).

Os dados coletados revelam que os agricultores familiares assentados da reforma agrária não possuem uma relação de proximidade com o poder público municipal, pois segundo estes geralmente os gestores lhes procuram durante períodos eleitorais e dificilmente realizam atividades de aproximação.

No que diz respeito ao movimento de procura destes agricultores por auxílio público, estas ações se restringem a solicitação de equipamentos como

⁵⁹ Os assentamentos de reforma agrária 24 de Novembro e Construtores da Palma foram criados em áreas de estações experimentais da Embrapa Clima Temperado / Unidade Terras Baixas e da Fazenda da Palma, que pertence a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), devido a isto, recebem as denominações populares de assentamento da Embrapa e da Palma.

à patrulha agrícola⁶⁰, a solicitação da melhoria no atendimento a saúde, educação e outros serviços básicos. Isto fica evidenciado nos trechos abaixo:

O município é fraco de administração e quando faz alguma coisa faz pro grupo que voto neles. Mas eles são administradores do município. Não interessa! Depois que eles se elegem, eles tem que administrar todo o município, não importa quem voto neles (agricultor familiar assentado da reforma agrária 2, março 2013).

[...] ambas as partes se acomodaram, nós e a prefeitura, não dá pra colocar a culpa em um só (agricultor familiar assentado da reforma agrária 1, março 2012).

As declarações destes dois grupos evidenciam a débil relação estrutural, dos “laços fracos” (GRANOVETTER, 1990), através da falta de diálogo entre eles, a qual poderia representar um caminho para a construção de ações de fortalecimento da agricultura familiar e desenvolvimento local, se fossem plenamente estabelecidas. O poder público municipal demonstra reconhecer as dificuldades enfrentadas pelos assentados do município, no entanto, classificam a precaução destes agricultores, que optam em alguns casos em não participar de determinadas atividades agrícolas como “falta de interesse”, limitando as ações de aproximação entre estes grupos.

Além destes fatores, cabe destacar que 100% dos entrevistados (gestores públicos e agricultores) afirmam que o envelhecimento, problemas de saúde, a falta de mão de obra, a penosidade do trabalho braçal, a descapitalização e a falta de assistência técnica adequada, também são fatores que vêm contribuindo para a fragilização dos agricultores familiares do município, especialmente os que integram os assentamentos da reforma agrária.

[...] hoje tá difícil, estamos só em dois em casa. Ele (marido) tem problema de coluna, tem dias que nem consegue trabalhar. Porque a horta precisa de mão de obra, tem que trabalhar abaixado, tem dor nas costas. E aí a gente tá entre poucos e já não damo mais conta do serviço (agricultora familiar assentada de reforma agrária 4 , março 2012).

⁶⁰ Patrulha agrícola consiste no conjunto de máquinas e implementos agrícolas colocados à disposição dos agricultores familiares, com o intuito de auxiliá-los nas atividades como preparo do solo, plantio e colheita. No caso de Capão do Leão a Patrulha agrícola é pertence a Prefeitura Municipal e é administrada Pela Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e comércio (NEVES, MACHADO e REIS, 2013).

Outra coisa que existe é o grande número de aposentados, pessoas que já recebem o suficiente para ir vivendo e os jovens, que é outro fato, eles não estão ficando mais no campo. Não existe mais uma sucessão. Não tem uma sucessão de pessoas jovens para trabalhar. Aí os mais idosos estão aposentados, não querem mais pegar compromisso agora. Então são vários fatores que fazem com que eles não se organizem para trabalhar (gestor público 2, março de 2013).

Os trechos seguintes relatam as dificuldades de acesso ao crédito e assistência técnica.

O crédito aqui é um problema pra nós. É um problema grande, tá todo mundo no SERASA. Porque a gente fez uns financiamento em grupo e uns mataram os outros. [...] na época a gente chegou na Embrapa (assentamento) sem nada e se atrapalhemo. Não tinha uma assistência presente e aí pegamo um financiamento pra compara vaca, motosserra, essas coisa. Sendo que nós não tinha nem como planta pasto ou mato pra cortar e fazer lenha ou um galpão (agricultor familiar assentado da reforma agrária 5, março 2012).

Assistência técnica aqui na Palma a gente tem de vez em quando da EMBRAPA, mas é muito pouco. A EMATER também vem de vez em quando. Como a gente não é reconhecido pelo INCRA, então ninguém tem obrigação. E do município só quando a gente preciona, só assim. Porque eles dizem que ajudam se a gente quiser. Mas isso não é uma questão de querer, assistentencia pra nós é uma questão de necessidade. Eles tem gente e dinheiro pra isso (agricultor familiar assentado da reforma agrária 2, março 2012).

O processo de fragilização desta categoria, somado à localização de Capão do Leão entre os municípios de Pelotas e de Rio Grande, vêm agravando esta situação. Pois estes dois centros urbanos possuem um elevado número de empresas, indústrias, estabelecimentos comerciais e entidades que atraem muitos agricultores familiares de Capão do Leão, especialmente jovens, para trabalharem nestes locais, a fim de incrementarem sua renda.

Este fato ilustra a forte presença da pluriatividade não-agrícola praticada por um elevado número de membros das unidades de produção familiares, sendo que 100% dos agricultores locais entrevistados, afirmaram ter realizado algum tipo de atividade fora da unidade de produção, a fim de ampliar sua renda e adquirir condições de viabilizar a produção e a reprodução familiar.

Os mesmos agricultores também relatam que algumas famílias assentadas já abandoaram seus lotes, a procura de empregos nos centros urbanos da região. Estes fatos corroboram com as contribuições de Wizniewsky (2001) e Ribeiro (2012), ao investigarem os assentamentos da reforma agrária de Capão do Leão. Segundo estas autoras muitos destes

agricultores familiares passaram desenvolver a pluriatividade, como uma estratégia de aumentar a renda e garantir o horizonte das gerações de sua família no meio rural.

No entanto, os agricultores salientam a proximidade dos assentamentos com os centros urbanos é positiva, pois a população dos bairros próximos aos assentamentos representa uma significativa parcela de consumidores de seus produtos, que são comercializados através da venda direta (de porta em porta).

Além disso, estes agricultores afirmam que esta proximidade permite que os jovens do assentamento consigam conquistar elevados graus de qualificação profissional, em relação a outros assentamentos do RS. Isto ocorre principalmente em função da proximidade do Campus Visconde da Graça do Instituto Federal Sul-rio-grandense situado em Pelotas. Esta entidade oferta internato e permite que estes jovens se formem em cursos técnicos como: técnico agrícola, técnico em agroindústria, em meio ambiente entre outros. A proximidade com o Campus da UFPel, localizado ao lado destes assentamentos da reforma agrária, também permitem que estes jovens ingressem no ensino superior.

Podemos identificar também outros elementos como limitantes ao desenvolvimento das atividades agropecuárias dos agricultores familiares assentados da reforma agrária em Capão do Leão, tais como: fatores ambientais, a herança agrária e os reflexos do tardio processo de federalização do assentamento Construtores da Palma no ano de 2012.

A qualidade dos recursos naturais como solo e água do município foi apontada por 100% dos agricultores entrevistados, como um dos limitantes para o desenvolvimento de suas atividades. Este fato também é reconhecido por alguns gestores do poder público, conforma o trecho a seguir:

No meu ponto de vista e da maioria dos técnicos, eles foram assentados num local, numa **área que era de produção de arroz**, de grandes propriedades [...] fica difícil trabalhar com outras culturas. **Pra fazer drenagem dessas terras tem que se desenvolver um trabalho muito bem feito, com técnicas para poder produzir nessas áreas** (Gestor público 2, março de 2013 – grifos meus).

O mesmo gestor ainda aborda a qualidade da água nos assentamentos da reforma agrária.

[...] tem problemas de água, água potável né, inclusive a maioria deles pegam água da Embrapa e outros já fizeram perfuração de

poços individuais, pequenos poços artesianos, mas a água não é de boa qualidade. Então eles enfrentam esse problema com a água que ainda não foi resolvido. Água para agricultura eles tem, porque tem duas barragens dentro das propriedades (assentamentos). Inclusive nós temos tentado com eles... Assim, eles teriam que fazer um projeto em conjunto do assentamento para utilizar essas águas das barragens. É muita água e eles não sofreriam com seca e estiagem, mas não estão utilizando. **A maior riqueza que eles têm dentro desses dois assentamentos é essas duas barragens** (Gestor público 2, março de 2010 – grifos meus).

Este problema também é reconhecido por outro gestor público ligado ao setor de aquisição da merenda escolar.

Olha eu acho que ainda falta um pouco de apoio, um suporte. Eles (agricultores assentados da reforma agrária) reclamaram que às vezes não tem água, para fazer a irrigação. Problemas deles, principalmente, por isso não participam do PNAE (Gestor Público 1, março de 2013).

Os agricultores do assentamento relatam alguns dos problemas ligados à qualidade do solo.

[...] aqui ,nessa região, 10 dias de sol torra tudo, 10 dias de chuva morre tudo encharcado. Então tem que ter sistema de drenagem, sistema de irrigação (Agricultor familiar assentado da reforma agrária 3, 2013).

Essas informações verbais dialogam com os dados apresentados no “Plano de Saneamento Básico Municipal de Capão do Leão” (2010), o qual demonstra que os principais tipos de solos⁶¹ do município como: argissolos, neossolos litólicos e planossolos apresentam limitações ao desenvolvimento de atividades agropecuárias por serem rasos, apresentarem baixo nível de fertilidade; tendência ao desenvolvimento de processos erosivos e dificuldades de drenagem.

Ao realizarmos a sobreposição dos mapas 12 (localização dos assentamentos) e 13 (classificação dos solos de Capão do Leão) localizados na seção 2.4 desta pesquisa, percebemos que os lotes destes agricultores estão localizados em uma região plana com predomínio de planossolo, os quais apresentam restrições de drenagem.

No que diz respeito à qualidade da água, 100% dos agricultores familiares entrevistados no município afirmam que ela é salobra, apresenta contaminantes em sua composição, além de faltar nos períodos de seca, conforme depoimento abaixo:

⁶¹ Ver apêndice F, o qual apresenta algumas imagens dos tipos de solos encontrados nos assentamentos da reforma agrária de Capão do Leão.

Eu, principalmente aqui em casa, a minha situação de água é muito precária! Porque a água pra toma é salobra e quando tem seca a prefeitura traz de caminhão. Pros animais têm água que é tocada do arroio (Arroio Teodósio), mas a água do arroio é contaminada por causa da fábrica de doce de pêssego, de compota, de conserva. Aí como tu vai tocar uma horta com uma água dessas? Quanto eu vou gastar para puxar água da barragem até aqui. Daqui até a barragem é 2 Km, eu não tenho como pagar isso. E aí tá nossa peleia maior com a prefeitura, com o Estado, com o INCRA, por causa da água. Aí atrás da Universidade (Campus Capão do Leão da UFPel) tem água que a CORSAN trás do São Gonçalo, era só puxar mais um pouquinho que nosso problema de 20 anos taria resolvido. A nossa luta é a água! (agricultora familiar assentada da reforma agrária 6, março 2012).

Estes dados são corroborados pelo estudo da hidrografia do município, o qual afirma que o principal aquífero que abastece as residências é sedimentar. Em função disso, as águas extraídas deste local apresentam problemas de qualidade, pois geralmente são salobras e impróprias para consumo, utilização industrial e agrícola. Sendo as regiões mais planas, onde estão instalados os dois assentamentos de reforma agrária, as que mais sofrem com este problema. O mesmo estudo também afirma que nas regiões mais altas do município ocorrem limitações hídricas, em relação à quantidade de água captada, já que estes aquíferos têm baixa capacidade de vazão (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DO LEÃO, 2010).

Deste modo, as produções de alimentos da agricultura familiar local dos assentados da reforma agrária vêm sendo limitada por fatores ambientais, que agravam ainda mais o cenário de fragilidade agrícola destes atores.

Aliado a estes elementos está outro agravante, a herança agrária (MAZOYER e ROUDART, 2010) deste grupo de agricultores. Isto porque toda a bagagem cultural, social e técnica destes atores foi construída a partir de sua interação com os agroecossistemas existentes nas regiões onde originalmente residiam, no norte do estado do RS.

De acordo, com as informações obtidas, os agricultores dos dois assentamentos são oriundos de municípios das regiões norte e noroeste do RS, por exemplo: Rodeio Bonito, Palmitinho, Trindade do Sul, Passo Fundo, Carazinho, Cruz Alta, entre outros.

Estas regiões possuem solos profundos, férteis e com bom potencial agrícola. Sendo marcadas pela presença de vegetação florestal, que integra os resquícios do Bioma Mata Atlântica, encontrado nestas regiões.

Os assentados da reforma agrária expressam a importância de sua herança agrária e a qualidade dos recursos naturais destas regiões em diversos trechos das entrevistas, como os apresentados abaixo:

Ah! Lá se plantava e colhia de tudo! (agricultor familiar assentado da reforma agrária 4, março de 2013)

Onde a gente morava era só atira a semente no chão que logo tudo nascia (agricultor familiar assentado da reforma agrária 3, março de 2013)

Em seus municípios de origem estes agricultores cultivavam milho, feijão e soja, além de criar suínos, bovinos e aves para a produção de carne e embutidos destinados ao consumo familiar e comercialização direta. No entanto, estes agricultores acabaram sendo assentados em um agroecossistema localizado entre o Bioma Pampa e o Litorâneo, apresentando características edafoclimáticas peculiares, que estes até então desconheciam.

Os depoimentos a seguir expressam a necessidade de readaptação, que integrou o processo de territorialização, do “redesenho da vida” destes atores em um novo agroecossistema, a partir de sua herança agrária, ou de seu “modelo original” (LAMARCHE, 1993)

Quando a gente chegou nossa maior dificuldade era na área da produção, nós viemos da região onde a terra era "buena", com outras atividades milho, soja feijão, pra depois nós se adaptar. Lá onde a gente vivia o solo era diferente, era só preparar, plantar e produzia. Mas aqui, além de tudo, é uma planície! Pra produzir aqui tem que drenar. O leite que a gente tem hoje, isso é uma história que a agente herdou da mãe, só ela fazia, a horta também. Nunca se envolvia toda a família. E aqui a coisa mudou. (agricultor familiar assentado da reforma agrária 1, março 2013)

Lá a gente sabia planta e fazê de tudo. E quando chegamo aqui tivemos que aprende a ser agricultor de novo, porque aqui desde o solo e o clima é tudo diferente (agricultora familiar assentada da reforma agrária 5, março de 2013)

Se não fosse a ajuda dos professores e dos alunos da universidade (UFPel), que nos deram curso pra gente conhecer e entender nosso solo, que nos ensinaram que no inverno tem que erguer os canteiros e no verão tem que baixar, pra planta buscar água. Nós tinha passado fome (agricultor familiar assentado da reforma agrária 6, março de 2013).

Aqui todo mundo teve que aprender, a a gente teve apoio da Universidade e EMBRAPA que acompanhava no início (agricultor familiar assentado da reforma agrária 4, março de 2013).

Estes depoimentos corroboram com os dados levantados por Wizniewsky (2001, p. 445) ao investigar o processo de formação do atual assentamento 24 de Novembro (Embrapa), o qual também é formado por agricultores familiares da região norte do RS.

Resultados negativos y una baja productividad se presentaron al principio también em las cosechas siguientes. Se explica por el desconocimiento del clima y del suelo, además de por carência de equipamientos propios y dinero para el cultivo del arroz, que es culto que mejores resultados presenta. Frente a este problema productivo algunas familias del asentamiento pasaron a diversificar su producción con hortalizas, aves, leche y algunos produtos de la agroindústria como el queso.

Todos estes dados dialogam com as contribuições de Lamarche (1993, p. 21) a cerca da importância da bagagem social e cultural dos agricultores para a construção de novas estratégias de produção e reprodução social, quando o mesmo afirma que "ao perder esse patrimônio, eles perderam também um capital de conhecimentos através dos quais poderiam encontrar soluções alternativas".

O mesmo autor ainda afirma que "a exploração familiar é ao mesmo tempo uma memória, uma situação, uma ambição e um desafio" (LAMARCHE, p. 21).

Portanto,

Suas chances de atingir o "modelo ideal", ou simplesmente de se aproximar dele, dependerá da complementaridade de seu projeto junto ao que a sociedade elaborou para eles. Dessa maneira, pode-se explicar ora a dominação de certos tipos de exploradores familiares, ora sua estagnação, diminuição, ou mesmo sua eliminação" (LAMARCHE, 1993, p. 21).

Por fim, somamos a este conjunto de elementos, mais um bloco de informações que irão completar este quadro de limitações das dinâmicas sociais e produtivas enfrentadas por estes agricultores: os reflexos do tardio processo de federalização do assentamento Construtores da Palma.

De acordo com as entrevistas realizadas, o acampamento que originou o tal assentamento foi formado em 12 de março de 1992 às margens da BR 116 em Capão do Leão. Neste mesmo ano a UFPel cedeu uma parcela de 497 hectares, do total de 1500 ha que integravam o Centro Agropecuário da Palma, para que estes agricultores desenvolvessem suas atividades, conforme esclarece Wizniewsky (2001, p. 434):

El “contrato de comodato” concede a los asentados el derecho de disfrutar de la tierra, de las estructuras y de los recursos naturales, así como de hacer construcciones y mejorar las estructuras existentes; en definitiva, el asentado tiene libertad en el desarrollo de sus actividades agrícolas y ganaderas. En el término de contrato no parece existir una idea clara de lo que pueda suceder en el futuro, ya que puede ser transformado en asentamiento del INCRA, o bien, tras indemnización por las estructuras construidas, ser designados los asentados otro asentamiento. El “contrato de comodato” se hizo con la asociación de asentados, es decir, en grupo y no de forma individualizada, lo que significa que el comodato fue firmado representando a la colectividad del asentamiento.

Devido à relação destes agricultores com a Universidade, este assentamento teve um início peculiar, em relação aos demais projetos de reforma agrária do país (RIBEIRO, 2012), pois ele não foi criado como um assentamento do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA). Mas sim, a partir de um contrato de comodato entre a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) originado de um projeto multidisciplinar formado por professores, funcionários, estudantes e agricultores.

Com o fim do contrato de comodato no ano de 2007, as famílias de agricultores assentadas passaram a enfrentar uma situação de insegurança, pois sua situação legal estava indeterminada, pois os mesmos passavam a enfrentar processos jurídicos de para reintegração de posse da área da Universidade. Este impasse durou até o ano de 2011 quando a área ocupada foi doada para a União. Um ano após este processo, a União repassou as terras para o INCRA, quando este finalmente reconheceu o Assentamento Construtores da Palma como um assentamento federal, integrante do Programa Nacional de Reforma Agrária (INCRA, 2012).

Entre o período de 1992 à 2012, estes agricultores familiares não tiveram acesso ao Programa Nacional de Reforma Agrária, nem às políticas públicas que o integram. Deste modo, estes atores passaram por um período de 20 anos sem ter acesso às linhas de crédito voltadas para o financiamento da produção e infraestrutura, bem como, de assistência técnica direcionada para este perfil de agricultores.

Os reflexos negativos deste momento de crise foram relatados em diversas entrevistas, como é possível observar no trecho seguinte:

A partir de agora a gente não tem mais esse sufoco de perder tudo, com um oficial de justiça batendo na porta dizendo: Tu tem 30 dias pra sair dessa casa. Aí tu corria de um lado pro outro, resolvía. Dali a pouco, começava tudo de novo [...] com o reconhecimento vem a

possibilidade de reestruturação das famílias na área de habitação, boa parte das famílias já construíram suas casas, mas eles hoje precisam de uma reforma, uma ampliação. Quanto tu tem acesso a uma moradia mais digna isso influencia até na permanência do homem no campo (agricultor familiar assentado da reforma agrária 6, março de 2013).

Dentre as dificuldades encontradas por estes agricultores, em função da demora no processo de federalização estão: a falta de acesso à políticas públicas voltadas para a estruturação das famílias, bem como, da própria unidade de produção, pois estes agricultores não tiveram acesso a linhas de crédito para produção, construção de suas casas e de outras infraestruturas. Conforme exposto no trecho abaixo:

[...] o nosso assentamento agora que tá sendo reconhecido. Então ficou muito tempo excluído da linha de crédito, e principalmente nessa área de hortifrutigranjeiro tu precisa de um investimento de médio porte. Porque aqui, nessa região, 10 dias de sol torra tudo, 10 dias de chuva morre tudo encharcado. Então tem que ter sistema de drenagem, sistema de irrigação... (agricultor familiar assentado da reforma agrária 3, março de 2013)

falto assistência técnica, porque quando tem uma assistência técnica que participa, que incentiva, que fomenta, que ajude a identificar o cenário que a família vive, consegue mostrar novos horizontes, novas perspectivas (agricultor familiar assentado da reforma agrária 2, março de 2013)

Esse reconhecimento, ajuda a família a sonhar, as coisas começam a melhorar. O agricultor começa dá uma atenção maior aquela atividade. Por exemplo, nós aqui, desde o início assistência técnica e financiamento, praticamente nunca teve. Não era do INCRA, não era da Reforma Agrária, não era de ninguém. Apesar da EMATER tá bastante debilitada, os seus técnicos são comprometidos e tentavam buscar alternativas (agricultor familiar assentado da reforma agrária 7, março de 2013)

As entrevistas também evidenciaram o significado do reconhecimento federal do Assentamento para os assentados. Este fato político representou um resgate as raízes históricas destes agricultores e de sua autoestima.

Quando a gente para e pensa no nosso assentamento, em relação aos outros da região, ele está muito bem! Embora muitas famílias passem ainda por dificuldades. Dai tu pensa o transtorno que a gente teve, isso gera uma certa indignação! Porque se há 20 anos nós tivesse acesso aos mesmos créditos, as mesmas políticas que os assentamentos normais da reforma agrária tiveram, o pessoal daqui estaria bem melhor. Muito mais bem estruturado do que ele é hoje. E ele não é ruim, mas podia ter um padrão de qualidade de vida bem maior do que ele tem hoje. Então, fica a certeza que nós tivemos perdas nesse sentido. Ser reconhecido agora, na verdade não é uma questão de honra, mas é uma questão de merecimento. É ver o governo, os órgãos públicos reconhecer aquilo que a gente sempre

teve certeza... que nós somos assentados da reforma agrária. Nós não somos pequenos agricultores. Todas as famílias daqui passaram 4 anos embaixo de um barraco de lona preta. Nós somos assentados da reforma agrária, integrantes do MST. Então, 20 anos depois, é isso que é reconhecido, sabe? É a nossa origem, pra mim isso é muito mais do que crédito, são os nossos princípios (agricultora familiar assentada de reforma agrária 7, março de 2013).

O somatório dos elementos até aqui apresentados, nos permitiram compreender melhor a estrutura fundaria encontrada em Capão do Leão, caracterizada pelo predomínio do latifúndio, bem como, as dificuldades sociais, políticas, ambientais e culturais que interferem nas dinâmicas sociais e produtivas destes agricultores familiares assentados da reforma agrária, para promover sua produção e reprodução social.

Neste momento, justificamos a necessidade de resgatar a diversidade de dados históricos, culturais, sociais, políticos, ambientais e econômicos apresentados ao longo desta pesquisa, pois estes foram elementos essenciais para compreender as dinâmicas sociais e produtivas desenvolvidas por estes agricultores, que atualmente estão fragilizados e não conseguem acessar os mercados institucionais, como o PNAE de seu município.

Logo, resgatamos mais uma das contribuições de Lamarche (1993, p. 23-24) para compreender este cenário: "Compreender seu funcionamento significa colocar em evidência as diferentes lógicas em função das quais o explorador determina suas escolhas fundamentais".

No entanto, esta análise deve ser partilhada para que a distância entre os gestores públicos e agricultores familiares seja reduzida através da realização de ações de fortalecimento do tecido social. Para que discursos como o que segue a baixo, não alimentem, nem aumentem a miopia institucional e a fragilização dos agricultores familiares.

Olha, até onde eu sei eles não teriam grandes dificuldades, desde que houvesse um movimento positivo para produzir. **Eu não vejo grandes impedimentos.** Eles ganharam estes lotes, que foram regularizados. Estes lotes tem uma estrutura mínima. Não sei se recebem uma ou outra subvenção do governo federal para que consigam se manter naquele espaço. Se dá uma assistência em termo de educação, específica para eles, com transporte escolar gratuito, passando por dentro dos assentamentos levando e trazendo estes alunos. Então, em principio eu não vejo nada que impedisse eles de uma produção. Daqui a pouco existem outros desdobramentos que eu não teria acesso, porque fogem de minhas responsabilidades (Gestor Público 3, março de 2013 – grifos meus).

Posturas contraditórias, omissas ou até mesmo acomodadas como esta, revelam o longo caminho a se percorrer para que os discursos se tornem práxis e para que haja a reconexão entre consumo e produção local. Discursos como este acabam sustentando o modelo hegemônico de desenvolvimento, o capitalista, deixando clara a distância entre o discurso ético e a realidade objetiva, que se amplia nas práticas socioeconômicas (SILVA, 2010).

4.2 A distância entre a legislação e a prática – Agricultores familiares locais, assentados da reforma agrária e de base ecológica, uma prioridade desconhecida em relação ao PNAE

O município de Capão do Leão possui um total de 19 escolas (1 particular, 4 estaduais e 14 municipais) que atenderam no ano de 2012 um total de 5.205 estudantes. Deste universo, 3.731 estudantes frequentam as 14 escolas municipais de ensino fundamental. Estas instituições serviram durante este ano um total de 398.724 refeições, provenientes da operacionalização do Programa de Alimentação Escolar em Capão do Leão.

Segundo os dados levantados junto a Secretaria Municipal de Educação do Município, o programa contou com um investimento total de R\$ 270.769,95. Sendo R\$ 222.596,00 repassados pela União (FNDE – Programa mais dinheiro na escola/PNAE) e R\$ 48.173,95 fruto da contrapartida do Poder Público municipal de Capão do Leão.

A partir destes dados fica evidente a existência de uma significativa demanda e volume de recursos investidos para a aquisição de alimentos da agricultura familiar para a operacionalização do PNAE neste município.

No entanto, nenhum gênero alimentício é comprado dos agricultores familiares locais, nem mesmo do público prioritário da reforma agrária. Deste modo, toda esta verba poderia integrar a economia local se houvesse a reconexão entre a produção de alimentos e os consumidores locais.

Desde 2010, ano em que se tornou obrigatório o investimento de, pelo menos, 30% dos recursos financeiros destinados pelo FNDE para a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, o município vem encontrando

dificuldades em cumprir esta obrigatoriedade, não conseguindo ultrapassar a taxa mínima de investimentos, conforme podemos observar na tabela abaixo:

Tabela 13 – Perspectiva do percentual de recursos financeiros destinados a compra de alimentos da agricultura familiar (2010-2012) no município do Capão do Leão

ANO	Percentual de investidos na aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar
2010	9,5%
2011	33,7%
2012	30,3%

Fonte: Elaboração da autora.

Segundo relatos dos gestores públicos, há uma série de dificuldades encontradas para a execução da compra de alimentos desta categoria social para o programa, dentre eles destaca-se: a baixa oferta de produtos (especialmente beneficiados); limitação financeira; número reduzido de merendeiras nas escolas; número de responsáveis técnicos do programa insipiente, bem como, sua carga horária; trâmites burocráticos e a falta de “interesse” da agricultura familiar local.

Anteriormente, o município adquiria todos os gêneros alimentícios de um único fornecedor local, que os comprava na CEASA de Pelotas e revendia para a Prefeitura de Capão do Leão.

A partir da obrigatoriedade do investimento de, pelo menos, 30% dos recursos financeiros da alimentação escolar para a aquisição de alimentos da agricultura familiar, este cenário se alterou. Pois um maior número de fornecedores, especialmente representantes de entidades da agricultura familiar, bem como, os próprios agricultores familiares, passou a participar do processo de fornecimento de alimentos para o PNAE.

Cabe destacarmos que desde a implantação desta obrigatoriedade nenhum agricultor familiar local participou do programa. Conforme relata o gestor público 1 de Capão do Leão:

Bom até 2009 nós tínhamos um fornecedor que entregava os hortifrutigranjeiros. Na verdade ele era do município, mas comprava de Pelotas na CEASA e trazia para nos entregar. A partir de quando ficou obrigatória a compra da AF, a gente começou a fazer as chamadas públicas, e também às únicas cooperativas que participam são de Pelotas. Não tem ninguém do município até hoje. (Gestor Pública 1, março de 2013).

O poder público tenta identificar o que motiva a não participação dos agricultores familiares locais, assentados da reforma agrária, no PNAE:

Eu sinceramente não sei, a Emater se mostrara bastante interessada, vieram agora no final desse ano também, a gente já tinha encerrado as chamadas públicas, não tinha mais nenhuma chamada para o ano. Eu mandei o edital, para eles repassar. E novamente não apareceu ninguém. Eu não sei se falta algum suporte deles, ou se eles não tão conseguindo fazer isso. Não tão conseguindo motivar, porque a **produção não é problema**, porque nossa compra não é absurda (Gestor Público 1, março de 2013, grifos meus).

“**Não eles simplesmente não participam**, alguns eles meio que argumentam que não podem garantir quantidade, porque nunca sabem o clima, coisas assim, que é uma questão. Mas a gente informou também que se por acaso eles não conseguirem entregar a única coisa que vai acontecer é acabar o contrato, romper, porque não pode ser entregue. A gente tem o percentual que a gente pode ainda diminuir. E as compras da agricultura familiar já não são um processo licitatório, então é mais simples de movimentar assim, não é tão rígida as entregas, a gente pode fazer alguma coisa, mas eles não apareceram (Gestor público 2, março 2013, grifos meus).

Eu tenho impressão que a característica da nossa região, é que a AF da nossa região se baseia mais em gado de leite, pecuária familiar, do que trabalhar com produtos hortifrutigranjeiros. Temos dois assentamentos, fizemos várias reuniões lá e não conseguimos, por que a maioria são produtores de leite, pequenos produtores de leite. Então **não tiveram interesse**. Fizemos a compra de uma máquina para construir os canteiros, pra dar apoio, temos programa de calcário. É nós colocamos para os produtores que eles iam ter uma assistência maior para desenvolver esse programa aí. Mas mesmo assim não houve interesse. Nós queimamos formar pelo menos um grupo de agricultores. Então nossa ideia era forma um grupo, depois a partir daí os outros iam ver se é interessante. Mas não tivemos sucesso. E isso é surpreendente! A gente vê a agricultura familiar com grandes dificuldades pra comercialização de seus produtos, ou comercializar no seu próprio município, que o dinheiro é certo, não tem nenhum problema de vender o produto e de não receber. Mas eu creio que seja pela característica dos produtores daqui, porque nós oferecemos incentivos pra eles e não quiseram (Gestor Público 2, março de 2013, grifos meus).

Olha, até onde eu sei **eles não teriam grandes dificuldades**, desde que houvesse um movimento positivo para produzir. Eu não vejo grandes impedimentos. (Gestor Público 3, março de 2013, grifos meus).

Estes dados, especialmente os trechos grifados demonstram a distância entre o poder público e os agricultores locais, pois fica evidente a falta de conhecimento a cerca das dinâmicas sociais e produtivas destes agricultores, bem como, a falta de vontade política para promover a reconexão entre estes atores.

Triches (2010; 2012), ao analisar a dinâmica do processo de aquisição de alimentos dos municípios de Dois Irmãos e Rolante (RS) afirma que a

vontade política dos gestores públicos é um elemento central para vencer as barreiras que impedem a compra de alimentos dos agricultores familiares locais.

Os gestores públicos vêm procurando se adequar as exigências legais do PNAE, no entanto, segundo eles, muitas dificuldades têm sido encontradas, dentre elas destacam-se: às exigências legais do processo de licitação e a baixa diversidade de alimentos beneficiados por agroindústrias (locais e regionais) da agricultura familiar. Estes fatores acabam limitando o processo de aquisição, especialmente no que tange alimentos beneficiados, por isso o município compra apenas uma pequena diversidade de produtos, tais como: legumes, verduras, frutas, leite, bebida láctea e carne de frango.

A limitação da produção de alimentos por agroindústrias familiares é causada, não só pelo reduzido número delas, mas também pela dificuldades destas se legalizarem, o que é agravada pela ausência de um Sistema de Inspeção Municipal (SIM).

Cabe salientar que o município tem mais de 30 anos de emancipação e as agroindústrias familiares do município se encontram na “clandestinidade”, bem como, muitos abatedouros, não podendo comercializar seus produtos para mercados locais institucionais como o PNAE, deixando de ampliar sua renda, bem como, do próprio município.

Fica evidente a necessidade de ações intersetoriais entre vigilância sanitária, secretaria de educação (nutricionistas), secretaria de agricultura, indústria e comércio e entidades de apoio à agricultura familiar; para organizar ações que promovam a capacitação dos agricultores familiares, no que diz respeito a realização de “boas práticas”, voltadas para a melhoria das condições de higiene e qualidade dos produtos, sem desrespeitar os potenciais e o perfil sistemas de produção dos agricultores familiares locais.

Os próprios agricultores assentados da reforma agrária afirmaram, ao longo das entrevistas, já ter produzido uma diversidade de panificios (pães, bolachas e biscoitos) e derivados do leite (queijo, doce de leite, rapaduras, etc) que eram comercializados em feiras de produtos agroecológicos de Pelotas (Associação Regional de Produtores Agroecologistas da Região Sul - Arpa-

Sul)⁶². No entanto, as dificuldades no escoamento da produção acabou inviabilizando a continuidade destas atividades.

A necessidade e o interesse por uma maior variedade de produtos é explícita no trecho abaixo:

[...] Assim, mais gêneros seria bom! Porque invejo em São Lourenço do Sul, eles usam cuca, biscoito... E aqui eu não vejo essa produção. E tem outra questão, quando eu tratei com o senhor dos Ecológicos... não me lembro do nome dele..., que ele tem uma produção ecológica aqui na Hidráulica (bairro) e ele vende basicamente para o Krolw (supermercado do município de Pelotas). Aí ele vende mandioca já descascada, embalada, coisas assim. Aí eu fico naquela situação da higienização. O que é que a gente pode receber, que ele embalou? Como aquilo foi armazenado? Como é a produção. Isso aí pega muito, até na própria produção de biscoito. Como é que eu vou comprar uma coisa que eu não sei a higiene do lugar? Isso é complicado." (Gestor Público 1, março de 2013).

Não podemos deixar de ressaltar a responsabilidade dos técnicos da alimentação escolar, frente à qualidade dos produtos e de seus sistemas de produção. No entanto, esta responsabilidade não pode ser uma barreira para a participação dos agricultores familiares no programa, com produtos beneficiados. A exemplo disso, temos as iniciativas desenvolvidas no município de São Lourenço do Sul, relatadas por Becker (2010); Altemburg, Caldas e Becker (2013) e em Rolante por Triches (2012).

Atualmente, os alimentos adquiridos pelo PNAE de Capão do Leão são oriundos de Cooperativas sediadas no município de Pelotas, sendo elas: a Sul Ecológica (Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda) e a COSULATI (Cooperativa Sul-Rio-Grandense de Laticínios LTDA).

Os agricultores familiares integrantes da Cooperativa Sul Ecológica, produzem principalmente alimentos in natura, tais como: verduras, legumes e frutas. Além disso, produzem sucos concentrados que também são adquiridos pelo PNAE de Capão do Leão.

Segundo relatos dos agricultores de base ecológica, residentes em Pelotas e que fornecem alimentos para o PNAE de Capão do Leão, toda sua produção agrícola, bem como, de toda a cooperativa segue o calendário agrícola, respeitando os ciclos naturais do tempo de produção, conforme os princípios da agroecologia.

⁶² Esta associação foi criada em 1995 e durante um período de aproximadamente 2 anos os agricultores assentados da reforma agrária participaram comercializando alimentos de base ecológica. Os produtos comercializados atualmente na associação podem ser visualizados no através do seguinte endereço eletrônico: <http://www.youtube.com/watch?v=pfnQYTbq7yc>

Já a Cooperativa COSULATI produz carne de frango, embutidos de carne, leite e derivados do leite, sendo que pelo menos 51% da principal matéria prima empregada em seus produtos é proveniente de agricultores familiares distribuídos em 38 municípios da região sul, incluindo agricultores do município de Capão do Leão, que fornecem a matéria-prima para esta cooperativa, mas não reconhecem sua participação em nenhum mercado institucional, inclusive o PNAE.

Segundo um dos gestores públicos da alimentação escolar do município, a COOPERATIVA COSULATI possui um importante papel no PNAE de Capão do Leão, pois é graças ao percentual de recursos financeiros investidos para compra dos alimentos da agricultura familiar comercializados por esta entidade que a prefeitura vem atingindo o percentual mínimo de investimento dos recursos para a aquisição de produtos da agricultura familiar. Este fato fica claro no depoimento abaixo:

No ano de 2011 nós atingimos os 30%, já em 2012 acredito que não tenha chegado. E a gente só consegue atingir esses 30%, basicamente pela compra do frango e do leite da COSULATI. Porque com a agricultura só, não consegue. (Gestor público 1, outubro 2012)

A partir destas declarações, apresentamos as contribuições de Altemburg, Caldas e Becker (2013), ao fazer um alerta frente a dificuldades dos municípios do extremo sul gaúcho para realizar a compra de alimentos de agricultores familiares locais.

Diante destas constatações, depreendemos que neste município há uma confusão no entendimento e cumprimento da lei provocando a exclusão dos agricultores do processo e, por consequência inviabilizando a comercialização de seus produtos, ao invés de proporcionar e estimular e a participação cidadã destes atores. Casos como este permitem que pessoas e entidades oportunistas se favoreçam e se beneficiam. (p. 10)

O processo de aquisição de alimentos do PNAE deve ser um promotor de desenvolvimento local e de participação cidadã e não mais um entrave burocrático na vida dos gestores públicos. Portanto, as justificativas de oferta “limitada” de produtos da agricultura familiar de base ecológica, nem a baixa diversidade de alimentos produzidos por agroindústrias familiares, ou até mesmo in natura, devem servir de desculpa para a acomodação destes atores, que em muitos casos procuram caminhos mais “fáceis” para contemplar

investimento mínimo de 30% dos recursos do PNAE para a aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar.

Cabe ressaltar que 100% dos gestores públicos de Capão do Leão entrevistados reconhecem a participação de agricultores familiares locais na alimentação escolar, especialmente de forma indireta, como é o caso dos assentados da reforma agrária que fornecem leite para a COSULATI, que o revende para o PNAE do município.

Eu tenho impressão que a característica da nossa região, é que a AF da nossa região se baseia mais em gado de leite, pecuária familiar, do que trabalhar com produtos hortifrutigrangeiros. Temos dois assentamentos, fizemos várias reuniões lá e não conseguimos, por que a maioria são produtores de leite, pequenos produtores de leite. Então não tiveram interesse. (Gestor público 2, março de 2013)

Quando estes agricultores foram questionados sobre sua participação nos mercados institucionais, os mesmos afirmaram não fornecer nenhum alimento, inclusive para o PNAE de Capão do Leão.

Estes dados corroboram o estudo realizado por GRISA et al (2001), ao analisarem as limitações do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no RS. Segundo estes autores muitos beneficiários deste programa não reconhecem a origem dos alimentos que recebem, nem os agricultores que fornecem alimentos para o Programa conhecem o destino de seus produtos. Demonstrando o longo caminho a ser trilhado em busca da promoção do fortalecimento da agricultura familiar e do desenvolvimento local através da superação da assimetria de informações existentes entre os diversos atores envolvidos.

Além disso, 100 % dos integrantes da amostra da pesquisa, afirmaram não haver a existência de um público prioritário de fornecedores da agricultura familiar para o PNAE, especialmente assentados da reforma agrária. Apenas um gestor público mencionou que “achava” que poderia haver alguma prioridade na compra dos alimentos agroecológicos/orgânicos produzidos pelos agricultores de base ecológica.

O conjunto destes dados evidenciam a assimetria de informações que limita o potencial do programa, tanto no que diz respeito ao fortalecimento da agricultura familiar, como na promoção da segurança alimentar dos estudantes.

Arfini (2006) define a assimetria informacional:

[...] se caracterizan por uma assimetria informativa con respecto a su contenido cualitativo. Más concretamente, se produce una asimetría informativa cuando productores y consumidores poseen um nivel de información desigual sobre la calidad de los produtos. Según el modelo neoclásico, ambos deberiam disponer de la misma cantidad de información que oriente la elección de la compra y haga posible una utilización eficiente de los recursos. De hecho, la información sobre precio, calidad y mejor uso posible de su presupuesto, encontrando el produto de su gusto que presente la mejor relación calidad-precio. (p. 15)

Estes dados demonstram a necessidade da construção de ações voltadas para superação destas assimetrias informacionais, promovendo um acesso igualitário de informações, para que os sujeitos possam se debruçar sobre elas, se apropriarem e construir a dinâmica do processo mercantil, como um processo social.

Neste sentido Triches (2011, p.7) resgata as contribuições de Foucault, que são importantes para este processo:

Demonstrar “que todo mundo ganha” com a efetivação desse processo é um artifício que permite, nas palavras de Foucault (2005 p. 25), “que seja feita violência à violência, que se domine aqueles que dominavam, que se crie novas regras para servir a outros atores e interesses”. Para tanto, o uso implícito ou explícito de “meios discursivos”, segundo Long e Van Der Ploeg (1994) e Long (2007), permitem a tomada de decisões baseadas na formação de metas, na perseguição de interesses e no cumprimento de desejos, e na apresentação de argumentos ou nas racionalizações para as ações empreendidas.

Registramos também as ações desenvolvidas pelo poder público de Capão do Leão, para a aquisição de alimentos dos agricultores familiares locais, especialmente assentados da reforma agrária. Os dados descrevem as iniciativas realizadas pelos gestores públicos, com o intuito de promover a participação dos agricultores familiares dos assentamentos de reforma agrária. Segundo estes dados foram realizadas reuniões, com ajuda dos técnicos e da assistente social do escritório municipal da EMATER / RS.

A partir de formação desta parceria foram realizadas reuniões com a participação de alguns gestores do poder público municipal, tais como: secretário municipal de agricultura, responsável técnica pelo programa, corpo técnico da EMATER e agricultores familiares dos dois assentamentos de reforma agrária do município.

Segundo depoimentos dos representantes do poder público municipal estes agricultores foram procurados por apresentarem uma produção de alimentos, especialmente de verduras, frutas e legumes, que poderiam ser

condizentes com as exigências dos cardápios construídos para a alimentação escolar do município (ampliação da quantidade de hortaliças e frutas), já que maioria dos demais agricultores familiares do município exercem atividades de pecuária, para a produção de leite, que é fornecido para a COSULATI.

Nestas reuniões foi apresentada uma lista de alimentos empregados na alimentação escolar. Não houve uma tentativa da construção de um diagnóstico acerca de quais alimentos os agricultores familiares assentados da reforma agrária poderiam produzir. Nestas reuniões também foram apresentadas uma série de exigências burocráticas, conforme descrita pelos agricultores:

[...] aquela vez que foi feita aquela reunião ali, agente tava com aquele sonho né, a gente via a propaganda da TV, da compra pra merenda escolar. Aí comentando com o pessoal da Emater que na época davam assistência pra nós. Aí eles colocaram uma reunião, tava os técnicos da Emater, a nutricionista, a coordenadora de mercado da merenda escolar, o secretário da agricultura. Foi feito o debate sobre isso, tal e coisa. Aí tava tudo uma maravilha. Mas no final da reunião eles começaram a colocar a burocracia, que tinha que ser por licitação; mandioca não podia comprar porque tinha casca; ovo não podia porque tinha que ser registrado; Parece que foram desmotivando a reunião e até hoje eu me pergunto: Bhá! Pra que licitação? É a Lei? Por que a gente não conhece a Lei, se ela diz que tem que ser licitação. Então se eu planto um hectare de cenoura, o vizinho também compra um hectare de de cenora. Ele coloca o preço de R\$ 1,99 e eu coloco R\$ 1,98, por causa de um centavo o visinho vai perder um hectare de cenoura. É um lucro que morreu. E aí o problema maior foi esse. E se vem alguém de fora com 3 centavos mais barato, vão comprar deles, **nós não somos prioridade**. Claro aqui a gente vai ter que fazer uma escalonagem de produção. Mas o nosso medo é isso, planta e não vender. Porque teve gente aqui que planto e perdeu. Daí as reunião terminaram e ficaram. Foi plantado beterraba e couve, tava todos entusiasmados. Mas essa licitação acabou com tudo. (Agricultor familiar assentado da reforma agrária, março de 2013)

O trecho acima evidencia mais uma vez os reflexos da assimetria informacional, como esta foi determinante para que as ações da promoção da aquisição de alimentos, feita pelos gestores públicos, não obtivesse sucesso junto a estes agricultores, gerando um clima de insegurança e desconfiança.

Triches (2011, p. 9) afirma que a “desconfiança” pode ter uma dupla origem, tanto em função da falta de informação, quanto em relação ao medo de enfrentar o novo, o risco.

A desconfiança estava estritamente ligada ao risco. Evitá-lo, segundo Van Der Ploeg (2008), é constituinte da lógica do agricultor não só na esfera da produção, mas também na relação com o mercado e com os diversos atores, tais como autoridades políticas e instituições

estatais. Na avaliação da comercialização dos produtos, destaca-se a observação de que muitas vezes “evitar riscos” pode orientar o agricultor a recusar uma determinada relação com o mercado ou, em outros casos, privilegiar relações aparentemente desvantajosas.

Além disso, a mesma autora resgata elementos que nos ajudam a compreender a não participação dos agricultores familiares assentados da reforma agrária de CL, no PNAE do município (TRICHES, 2011, p. 9):

Dessa forma, um agricultor aparentemente refratário é, nas palavras do próprio técnico da Emater, um agricultor “precavido” e, segundo ele, com razão, assumindo que essa precaução é devida às suas experiências acumuladas, relativas não somente ao descaso estatal, mas às varias formas intervencionistas de assistência técnica que, por muito tempo, apresentaram-se como “mágicas” e que se demonstraram, ao final, de pouca valia.

Este princípio da precaução parece ser identificado pelos gestores públicos como uma mera questão de “falta de interesse”, conforme os trechos abaixo:

E eu acho que é isso que preocupa os agricultores do município, conseguirem garantir a entrega [...] porque lá eles tem bastante produção e bastante gente, e até pra incentivar, então eles também não participaram. A gente mostrou que eles receberiam, porque tem o receio da prefeitura não pagar, alguma coisa assim, aí a gente explicou tudo, mas mesmo assim ele nunca participaram. (Gestor público 1, outubro 2012)

Não eles simplesmente não participam, alguns eles meio que argumentam que não podem garantir quantidade, porque nunca sabem o clima, coisas assim, que é uma questão. Mas a gente informou também que se por acaso eles não conseguirem entregar a única coisa que vai acontecer é acabar o contrato, romper, porque não pode ser entregue. A gente tem o percentual que a gente pode ainda diminuir. E as compras da agricultura familiar já não são um processo licitatório, então é mais simples de movimentar assim, não é tão rígida as entregas, a gente pode fazer alguma coisa, mas eles não apareceram. (Gestor público 2, março 2013)

No início, nós fizemos a reunião primeiro com a Emater, eles participaram, até chamaram os agricultores. Eu tive lá no assentamento com eles. A gente fez reunião, eles até pareceram um pouco motivados, mas eles tem muito receio de vender para a prefeitura. Principalmente os que não são organizados, porque as cooperativas é mais fácil, agora eles tem receio de produzir e não conseguir receber, de não conseguir trazer, de não conseguir cumprir a quantidade que eles... Embora a gente tenha dito que não precisa cumprir uma quantidade total, se eles cotarem ... digamos é 400 Kg e se eles cotarem 100 Kg, não tem problema. Mas eu acho que ainda falta um pouco de apoio, um suporte. Eles reclamaram que as vezes não tem água, para fazer a irrigação. Problemas deles, principalmente. (Gestor público 1, março 2013)

E a agricultura familiar que a gente vê ela com grandes dificuldades pra comercialização de seus produtos, ou comercializar no seu próprio município, que o dinheiro é certo, não tem nenhum problema de vender o produto e de não receber. Mas eu creio que seja pela característica dos produtores daqui, porque nós oferecemos incentivos pra eles e não quiseram. (Gestor público 3, março 2013)

Declarações como esta deixam claro a existência de uma aguda assimetria de informações em relação a correlação entre a importância deste Programa, que atua não só como uma ferramenta de segurança alimentar de escolares, mas também uma ferramenta de fortalecimento da agricultura local e de desenvolvimento territorial. Dados que corroboram com Belik (2009, 2012), Triches (2012; 2010) e Grisa (2011) ao analisarem a compra de alimentos da agricultura familiar para mercados institucionais como o PAA e o PNAE.

Já no que diz respeito aos agricultores familiares fornecedores de alimentos para o PNAE de CL, associados à Cooperativa Sul Ecológica de Pelotas, estes demonstraram conhecer a finalidade e o destino dado aos seus produtos durante o processo de comercialização, o que contribuiu para o fortalecimento de seus laços de fracos (GRANOVETTER, 1990), essenciais para o fortalecimento das relações de confiança entre os agricultores com a entidade. Elementos que vêm contribuindo para ampliação para a participação destes atores neste tipo de mercado institucional.

Estes dados comprovam que o acesso e a apropriação da informação, por parte dos agricultores familiares é essencial, para estes organizem seus sistemas de produção e suas estratégias de produção. Além de reduzirem os riscos que podem comprometer sua reprodução social.

Quando os gestores públicos foram perguntados a respeito dos motivos que levaram a participação de uma entidade de agricultores familiares agroecologistas no PNAE do município de Pelotas, os gestores foram unânimes ao afirmar que este fato ocorre em função da destes serem os únicos agricultores familiares a se candidatarem, junto com a COSULATI, e por terem condições de fornecer alimentos para o município.

Foram os que cotaram, e aí conforme manda a legislação tem que dar preferência sempre pros orgânicos se tiverem entre os dois (convencionais e orgânicos), é sempre o orgânico. Mas no caso só eles tem participado, desde o início é só eles. (Gestor público 1, setembro de 2012)

Deste modo, a preocupação com a segurança alimentar, a qualidade diferenciada dos produtos de base ecológica, bem como, e a importância destes para o desenvolvimento de estratégias de desenvolvimento sustentável foram considerados elementos secundários no processo de aquisição de alimentação escolar.

Assim sendo, percebe-se que a comodidade dos gestores públicos ao procurarem adquirir estes alimentos para a alimentação escolar de organizações da agricultura familiar, por este ser um processo mais rápido. Revelando o predomínio do imediatismo, que leva a miopia institucional frente aos reais propósitos transversais do programa.

Quando questionados sobre a qualidade dos alimentos fornecidos pela agricultura familiar os gestores afirmam que os mesmos têm boa qualidade, apesar de não terem o mesmo padrão de tamanho dos produtos anteriormente comprados na CEASA da região. Ainda segundo este gestor as merendeiras do município consideram os alimentos da agricultura familiar difíceis de manusear, higienizar e preparar, quando comparados aos alimentos adquiridos antigamente na CEASA.

É bem complicado, porque nas escolas eles não tem ainda a visão. Eu até tento passar isso em todas as reuniões, que a gente faz 2 reuniões com os responsáveis pela alimentação escolar, cada escola tem um responsável e a gente faz duas reuniões anuais pra falar sobre o programa. Eu tento passar bastante isso da parte dos ORGÂNICOS, coisas assim. Mas ainda é bem difícil das merendeiras assimilarem essa questão que eles são mais feios, são pequenos, a batata é pequena, a cenoura é pequena. Então dá muito mais trabalho, por que eu tenho escolas bem pequenas e outras escolas bem grandes. Então elas dizem: "Essa cenoura eu vou por com casca porque ela muito pequena e muito feia". Ainda tem bastante... [RESISTÊNCIA]. (Gestor público 1, setembro de 2012)

Este depoimento reflete a necessidade de um processo de readequação do número de merendeiras para melhorar o desempenho do próprio programa, bem como, o atendimento dos escolares. Além de revelar a necessidade de um processo de sensibilização e educação nutricional que desmistifique o tabu de que o alimento só tem qualidade se for grande e fácil de preparar.

Para tanto, fica evidente a necessidade da revisão legal frente ao número alunos por responsável técnico do PNAE, para que estes não fiquem sobre carregados e possam trabalhar de forma mais ampla, desempenhando projetos de educação alimentar junto aos professores, merendeiras e alunos.

Promovendo não só a segurança alimentar deste grupo, mas também sendo um importante elo na reconexão da produção de alimentos da agricultura familiar com mercados locais. Sendo este uma ferramenta de desenvolvimento, em seu sentido mais amplo, pois promove a melhoria da saúde dos escolares e incentiva o aumento da renda e conseqüentemente do horizonte das gerações de diversas famílias de agricultores (TRICHES, 2012; BELIK, 2003, 2009, 2012).

A partir disto, fica evidenciado a importância de se trabalhar o programa na horizontalidade, na intersectorialidade intrínseca deste, da lavoura à sala de aula. Deste modo será possível superar a miopia e alcançar a transversalidade do programa, horizontalizar as ações através da busca constante da participação cidadã.

4.3 PNAE mais que um mercado institucional, uma espaço da produção e alimentos e da construção da identidade dos agricultores familiares.

No que diz respeito, aos motivos que viabilizam o fornecimento de alimentos produzidos por agricultores familiares com produção de base ecológica que residem no município de Pelotas, estão: a herança agrária destes agricultores, a organização social, o acesso ao crédito, assistência técnica e a informações.

A “herança agrária” (MAZOYER e ROUDART, 2010) destes agricultores foi construída nos agroecossistemas⁶³ onde sempre viveram. Deste modo, seu “saber fazer”, as ferramentas, os equipamentos e as técnicas e práticas empregadas são condizentes com as características ambientais do agroecossistema onde desenvolvem seus sistemas de produção.

Estes fatos são evidenciados pelos trechos abaixo:

A vida inteira a gente foi agricultor, nunca morou na cidade, não gosto. [...] o orgânico a gente já sabia, a gente sempre plantou sem produto químico, a gente nem tinha condições [...] Nunca chegamos a bota esses produto químico brabo. Na época nossa, a gente não tinha isso e chegavam a plantar oito sacas de soja. As verduras e horta sempre foram limpa, essas coisas (agrotóxicos) nunca entrou [...] A gente já sabia que fazia mal. (Agricultora familiar de base ecológica 3, abril de 2013).

⁶³ Ver apêndice J o qual apresenta imagens dos agroecossistemas onde vivem os agricultores familiares entrevistados.

Sempre vivemos aqui e sempre fomos agricultores. Meus pais também sempre foram agricultores, naquele tempo também era tudo agricultura familiar, plantavam batata, feijão, cebola, arroz pro consumo, laranja. Nós ainda somos diversificados. (Agricultor familiar de base ecológica 2, abril de 2013).

Meu pai saiu da zona rural (distrito de Monte Bonito - Pelotas) pra gente estudar. Depois ele teve um infarto e se aposentou, só eu e ele ficamos em casa. Mas eu sempre quis ter esse contato de morar pra fora. Nós colocamos a casa da minha irmã pra vender, mas apareceram pra comprar nossa casa, foi à desculpa que a gente precisava. Aí a gente comprou uma terrinha no Monte Bonito, a gente voltou pra nossa terra e produziu bastante. Porque o pai não era chegado em coisa muito química, era só esterco de vaca [...] O meu marido sempre foi meeiro, sabe? A família dele sempre trabalhou de meeiro. Deixavam morar numa casa, produzia, dava um tanto para o dono, um tanto ficava pra eles. E aí a gente resolveu ter o nosso canto e vamo levando. (Agricultora de base ecológica 1, abril de 2013)

Essa herança é potencializada por estes atores, quando os mesmos desenvolvem diversas estratégias sociais e produtivas, a fim de garantir o “horizonte das gerações” (WANDERLEY, 2009). Dentre estas estratégias destacam-se: a organização social em uma cooperativa voltada para a produção de base ecológica e a produção de alimentos saudáveis e com preço diferenciado, contribuindo para o desenvolvimento sustentável deste grupo de agricultores.

A importância destas estratégias podem ser observadas no trecho abaixo:

Eu adoro o grupo, nós não temos empregado. Então quando tinha uma lavoura de couve nós se reunia e capinava. (Agricultora familiar de base ecológica 3, abril de 2013)

Assim, nós tinha uma amigo do CAPA, alí do outro lado do Arroio, lá do Passo do Pilão (distrito de Pelotas), aí tem um outro rapaz que tava no fumo e ela (esposa) queria cuidar de uma horta e aí foi falado nesse orgânico. [...] O técnico disse marcou uma reunião e disse:

_Tu convida mais uns agricultor lá da volta conhecido, enfim, vizinhos que tu achar.

[...] Nós fomo lá, tinha bastante gente reunida, uns curioso, assim. Aí com nós e mais 6 famílias começaram [...]. O início foi esse aí. E aí, depois quando se fez essa primeira reunião, os que não quiseram mais já não foram na segunda reunião. Mas a gente já formou o grupo, dali então a gente tinha até 6 meses, que não podia entregar os produtos. Mas deu certo, porque a gente não tinha mais nada plantado ainda e aí deu certo pra época de plantar e começar entregar (comercializar). (Agricultor familiar de base ecológica 2, abril de 2013)

Olha como é que eu vou te dizer. Isso é muito relativo. Porque se você não tiver unido, tu sozinho não é nada. Se unido já tá difícil. Imagina sozinho. (Agricultora de base ecológica 1, abril de 2013)

O fato de participarem de uma cooperativa vêm lhes permitindo ter acesso à assistência técnica⁶⁴ dirigida para a produção de alimentos de base ecológica, sem uso de agrotóxicos, o que reduz sua dependência de insumos externos, garantindo melhor qualidade de vida e menor dependência produtiva destes agricultores.

Já faz 11 anos que estamos na lida (se referindo a participação da Cooperativa Sul Ecológica) [...]. Começamo a entregar pra merenda bem depois da cooperativa. Porque a gente sempre achava horrível aquelas coisas que a gente ouvia no rádio as crianças sempre doente, os médico falando. A gente sempre achou que tinha que mudar [...] Eu acho que a merenda é importante pras criança, mais importante que o Fome Zero (referindo-se ao alimentos fornecidos para o PAA), porque vai pras criança. Porque nós, nosso grupo de agricultor, nossos técnico e os agrônomos a gente tem que incentivar as criança nas escolas, as professoras. A gente já fez bastante palestra nas escolas. A gente tinha que mudar bastante isso aí. Então produzir de preferência mais alimento pras crianças. Porque as criança já tão comendo as coisas dentro da barriga da mãe. Por isso que nasce crianças doentes, cheia de problema [...] Participar da cooperativa é muito importante né, porque a gente tinha os técnicos acompanhando a gente. Além de aumentar a renda com a venda. Porque antes a gente produzia e não tinha pra quem vende, todo mundo plantava. (Agricultora de base ecológica 3, abril de 2013)

Além disso, a formação de grupos e o aumento do capital social permite que estes agricultores tenham acesso à informações acerca do funcionamento de diversos mercados institucionais, a exemplo da operacionalização de programas de compras institucionais como o PNAE.

A informação faz diferença, porque a merenda escolar vale a pena o preço, porque ela é mais cara que o Fome Zero. Porque o presidente da cooperativa falou com a CONAB para aumentar os preços do PAA e eles disseram pra ele que eles tiram o preço dos três maiores CEASAS, três vezes ao ano e fazem uma média. Não fazem uma média da época escassa e com a época farta. Por isso o preço tá sempre lá em baixo (Agricultor familiar de base ecológica 3, abril de 2013).

Segundo os agricultores familiares de base ecológica entrevistados, o associativismo lhes permite superar barreiras estruturais e produtivas, tendo condições de transportar e comercializar seus produtos de forma coletiva, o que dificilmente acontecia de forma individual.

⁶⁴ Ver apêndice K, onde são apresentadas as visitas técnicas e as diversas estratégias de produção desenvolvidas.

A gente vende pro PAA e pro PNAE, mas de 30% a 40% vai pra venda direta e 60% vai pra loja da cooperativa, é a única forma que eu tenho de escoar. (Agricultora de base ecológica 1, abril de 2013)

De início, a Sul Ecológica buscava aqui. Aí agora o pai vai toda semana pra cidade e é ele mesmo que leva, aí fizeram um acordo com o pai, pra juntar os produtos dos outros colonos e ele leva. Então o pai tá levando os produtos do grupo de colonos daqui. (Agricultora familiar de base ecológica 4, abril de 2013)

A partir da organização social e produtiva estes agricultores vêm conseguindo fornecer alimentos para o PNAE em Capão do Leão e outros municípios da região de Pelotas, como relatado no trecho abaixo:

Por último temos vendido pra Pelotas, São Lourenço, Capão do Leão e acho que vamos começar a vender pra Santa Vitória do Palmar, mas não sei se a proposta foi aceita ou não escoar. (Agricultora de base ecológica 1, abril de 2013)

Ao avaliarem a importância de sua participação no PNAE, não só do Capão do Leão, como também dos outros municípios da região, os agricultores afirmam que este programa representa um importante canal de comercialização, que lhes permitem ampliar sua renda, a diversidade de alimentos produzidos e promovendo o resgate de sua identidade como agricultores familiares, conforme trechos a seguir:

Com certeza a coisa mudou, a gente aumentou a quantidade em função da demanda e até a diversidade [...] No mínimo 40% da alimentação da minha família vem daí. Porque o produto tá pronto, eu não vou na venda ir comprar uma lata de ervilha, se eu tenho ela na vagem que é só apanhar, temperar e tá pronto. Não vou comprar suco em pó, se eu tenho uma diversidade de suco da melhor qualidade dentro de casa e as frutas na lavoura. (Agricultora de base ecológica 1, abril de 2013)

A gente já produzia bastante coisa, mas a diversidade aumentou também. E as reuniões do grupo, e com os técnicos da cooperativa ajudou a gente aumentar a qualidade. Além disso, muito tempo a gente plantava as coisas da horta e não tinha pra quem vender e agora é garantido. (Agricultor familiar de base ecológica 2, abril de 2013)

A venda de alimentos pra escola ajudou na renda e o que sobra a gente come ou dá pros nossos bichinhos (criações), porco, galinha, boizinho. (Agricultora familiar de base ecológica 3, abril de 2013)

Além disso, estes agricultores relatam que sua participação no programa não representa apenas um incremento em sua renda, mas também a garantia de sua seguridade social, representada pela aposentadoria, já que todos os

produtos são declarados, movimentando seu bloco de produtor, o que consequentemente gera arrecadação de impostos para o município e o fortalecimento da economia da região.

Como o pai não é de financiar muita coisa, mas como nós temos nota no modelo (bloco de produtor), quando a gente vai fazer um financiamento o pessoal do banco diz:

_ Há vocês são da Cooperativa Sul Ecológica!

Quantas vezes eu levei as notas da cooperativa quando me encostei por causa do Guilherme (filho), o cara o INSS abriu o modelo e disse:

_ Como eles (cooperativa) pagam bem!

O pessoal do banco ou do INSS nunca comenta as outras notas, mas as da Cooperativa sempre chama a atenção. Já isso aconteceu várias vezes, onde a gente usou o modelo (bloco de produtor) Então dá pra dizer que essa parte melhorou, até pra se aposentar. (Agricultora de base ecológica 4, abril de 2013)

Portanto, o programa também contribui para a melhoria da segurança alimentar e nutricional deste grupo, bem como, para sua soberania, pois tornam-se capazes de desenvolver estratégias⁶⁵ sustentáveis que aumentam seus graus de autonomia e o horizonte das gerações.

Sendo assim, fica evidente a importância de estratégias sociais como a cooperação para o fornecimento dos agricultores familiares, bem como, a necessidade de superarmos a assimetria de informações existentes entre os agricultores e gestores públicos, como no caso do PNAE desenvolvido em Capão do Leão. Com a superação destes entraves será possível desencadear a desenvolvimento local e empoderamento desta categoria social.

⁶⁵ Ver apêndices K, L e M, os quais apresentam parte da diversidade de estratégias da produção de alimentos desenvolvidas pelos agricultores familiares de base ecológica do município de Pelotas associados à Cooperativa Sul Ecológica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa investigou o processo de aquisição de alimentos da agricultura familiar para o programa de alimentação escolar desenvolvido no município de Capão do Leão, RS. Para tanto, foram analisadas as seguintes perspectivas: as ações realizadas pela Poder Público Municipal para a aquisição de alimentos dos agricultores familiares para as escolas municipais; as dinâmicas sócias e produtivas dos assentados de reforma agrária, bem como os motivos que contribuem para estes atores não forneçam alimentos para este mercado institucional local. E por fim, as estratégias sociais e produtivas que permitem os agricultores familiares do município de Pelotas atuar como fornecedores de alimentos para o PNAE do município de Capão do Leão.

Com o intuito de responder as questões norteadoras da pesquisa e os objetivos propostos, foi realizada uma retomada de elementos geográficos, ambientais, históricos, sociais, econômicos e culturais que integram o contexto empírico onde os sujeitos da pesquisa vivem. Além de serem empregadas diversas abordagens como a “Teoria da Evolução e da Diferenciação dos Sistemas Agrários” (MAZOYER e ROUDART, 2010), o modo de funcionamento da unidade de produção proposto por Lamarche (1993), bem como os enfoques clássicos da questão agrária e uma perspectiva contemporânea da agricultura familiar.

A partir disto, identificamos a assimetria de informações, existente entre os gestores públicos e os agricultores familiares locais assentados da reforma agrária - que não fornecem alimentos para o programa – como um dos principais limitantes do desenvolvimento pleno deste programa. Deste modo a primeira hipótese de nossa pesquisa foi negada, pois esta assimetria impede que os agricultores familiares locais participem do programa e desenvolvam estratégias que visem sua emancipação financeira e sua consolidação através desta política pública.

Além disso, elementos ambientais, a característica da herança agrária original destes atores e a falta de reconhecimento, vêm contribuindo significativamente para o processo de fragilização desta categoria social, bem

como, das relações que poderiam promover a integração destes no PNAE de seu município. Estes dados acabaram por negar a segunda hipótese do trabalho, pois os elementos ambientais, sociais e produtivos limitam o fornecimento de alimentos destes agricultores para o PNAE.

Em relação aos motivos que viabilizam a participação dos agricultores familiares de base ecológica de Pelotas como fornecedores de alimentos para o PNAE de Capão do Leão, estão: o associativismo, o acesso à assistência técnica e fundamentalmente as informações referentes à operacionalização do programa e a entidade que integram (Cooperativa Sul Ecológica).

O processo vivenciado por estes atores tem como elemento chave a simetria informacional, o que permite a construção de estratégias sociais e produtivas que viabilizam a reprodução social deste grupo, bem como um resgate de sua identidade e autoestima, servindo de estímulo para que estes atores integrem um importante elo de reconexão entre a produção, consumo de alimentos e promoção do desenvolvimento local. Estes dados acabaram por confirmar a terceira e última hipótese do trabalho.

Os dados levantados nesta dissertação indicam o longo caminho a ser trilhado pelo município e Capão do Leão e seus agricultores familiares locais, já que estes integram o público prioritário para o fornecimento de alimentos para o PNAE, e não têm sido reconhecidos como tal, nem por eles mesmos, bem como, pelos gestores públicos de seu município. Este fato pode ser um entrave significativo para a não participação destes atores, que se sentem excluídos e desvalorizados.

Cabe destacar que 100% dos agricultores familiares entrevistados, fornecedores e potenciais fornecedores do PNAE, veem este como uma oportunidade de resgatar sua identidade e a sua valorização frente ao poder público dos municípios onde residem, pois toda a produção passa a ser declarada em seu bloco de produtor. Os impostos gerados por suas atividades produtivas passam a fortalecer a economia de seus municípios. E por fim estes agricultores passam a ser reconhecidos como importantes atores para a promoção do desenvolvimento local, garantindo o resgate de sua identidade como agricultor familiar e a possibilidade de acesso a seguridade social, com o passar dos anos através da aposentadoria.

A partir do resgate desta complexa dinâmica fica evidente que a intersetorialidade presente na construção da Lei Federal 11.947 de 2009 não está ocorrendo na operacionalização desta. Evidenciando a necessidade do desenvolvimento de ações intersetoriais que permitam os diversos atores do PNAE se apropriarem de suas diretrizes, para que possam dialogar e promover a construção de estratégias transdisciplinares que viabilizem o cumprimento dos objetivos do programa, promovendo além da segurança alimentar dos escolares, o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento local.

Por fim, espera-se que os dados levantados contribuam para uma compreensão mais clara das dinâmicas PNAE de Capão do Leão, a partir da identificação de seus principais fatores limitantes. E que os mesmos dados passam fomentar a superação destes limites, especialmente no que diz respeito à miopia das instituições locais, que fecham os olhos para as dificuldades e potencialidades do programa, bem como para os potenciais fornecedores, agricultores familiares assentados da reforma agrária.

Deste modo fica evidente a necessidade da prática de visões e ações sistêmicas, capazes de apreender parte da complexidade das agriculturas, especialmente da agricultura familiar de Capão do Leão, para que ações o desenvolvimento rural aconteçam e sejam promotoras de equidade social e empoderamento dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec / ANPOCS / UNICAMP, 275 p., 1992.
- ALMEIDA, M. W. B. de. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: ANPOCS, n. 1, p.66-83, jun. 1986.
- ALTEMBURG, S. N; CALDAS, N. V; BECKER, C. Representações sociais, participação cidadã: limites e possibilidades do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. In: XXIX ALAS – CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA, 2013, Santiago. **Anais...** Santiago, 2013, p. 1-12
- ALTEMBURG, S. N; CALDAS, N. V; BECKER, C; CRUZ, J. G. Interfaces entre alimentação saudável, segurança alimentar e políticas públicas: representações sociais dos agricultores ecologistas inseridos no Programa Nacional de alimentação Escolar no extremo sul gaúcho. In: VI CONGRESSO INTERNACIONAL SISTEMAS AGROALIMENTARES LOCALIZADOS: Os SIAL face às oportunidades e aos desafios do novo contexto global, 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, p. 1-26
- ARFINI F. Productos típicos y desarrollo rural: entre calidad y Políticas de gobernanza, **Revista Española de Estudios y Agrosociales Pesqueros**, n 210, p 13-38, 2006.
- ART, W. H. **Dicionário de ecologia e ciências ambientais**. São Paulo: UNESP/Melhoramentos, 1998.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002. 592p.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4ª ed. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004, 110p.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 1. Ed. São Paulo: editora 70, 2011. 229 p.
- BECKER, C. **Mercados Institucionais e agricultura familiar: Análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em municípios do território Zona Sul do Rio Grande do Sul**. 2010. 128f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícolas Familiares. Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.
- BECKER, C.; SACCO DOS ANJOS, F. Segurança alimentar e desenvolvimento rural: limites e possibilidades do Programa de Aquisição de Alimentos da

agricultura familiar, em municípios do Sul gaúcho. **Revista de Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v.17, p.61-72, 2010.

BELIK, W.; SOUZA, L. R. Algumas reflexões sobre os programas de alimentação escolar na América Latina. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, IPEA, n. 33, p. 103-122, 2009.

BELIK, W; CHAIM, N. A. A gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Desenvolvimento Local. In: Sociedade Brasileira de Economia Rural (Palestra). Disponível em: < <http://www.sober.org.br/palestra/5/240.pdf>> Acesso em 10/12/12

BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Revista Saúde e Sociedade**, v.12, n.1, p.12-20, 2003.

BELIK, W; CHAIM, N. A. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Revista de Nutrição**. Campinas. v. 5, n. 22, p. 595-607, 2009.

BELIK, W; DOMENE, S. Experiências de programas combinados de alimentação escolar e desenvolvimento local em São Paulo – Brasil. **Revista Agroalimentaria**. v 18, n 34, p. 57-72, 2012.

BERNARDES, N. **Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Unijuí, 1997.

BOLDRINI, I. I.; FERREIRA, P. M. A.; ANDRADE, B. O.; SCHNEIDER, A. A.; SETUBAL, R. B.; TREVISAN, R; FREITAS, E.M. **Bioma Pampa: diversidade florística e fisionômica**. Porto Alegre: Pallotti, 2010.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuaria.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2011

_____. Ministério da Educação (MEC). **Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação**. Formação pela escola: Módulo PNAE - 2 ed. Brasília: MEC, FNDE, SEED, 2008. 112 p. Disponível em <ftp://ftp.fnde.gov.br/web/formacao_pela_escola/modulo_pnae_conteudo.pdf> Acesso em: 06 mar. 2012

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território da Cidadania Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul**. – Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2009. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio104.pdf>. Acesso em: 24 out 2011)

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei Nº 11.947**, de 16 de junho de 2009, Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm>.

Acesso em: out. 2011.

_____. Ministério da Educação, **Resolução/CD/FNDE Nº 38**, de 16 de julho de 2009, Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da

educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.
Disponível em:
<http://www.mp.rs.gov.br/areas/gapp/arquivos/res_alimentacao_escolar.pdf>.
Acesso em: out. 2011.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística (IBGE). **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=rs>> Acesso em: 03 abril 2013.

_____. Ministério da Educação e Cultura; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Censo Escolar da Educação Básica**, 2012. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>> Acesso em: 05 jun 2013.

CASADO, G. I. G.; GONZÁLEZ, M. de M.; GUZMÁN, E. S. **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Mundi-Prensa; Cap. 3; 2000. 81-113p.

CASALINHO, H. D.. **Qualidade do Solo como Indicador de Sustentabilidade em Agroecossistemas**. 2003. 193f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Faculdade de Agronomia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2003.

CASTRO, C. M. **A prática da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. 108 p.

CAPORAL, F.R; COSTABEBER. J. A. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER/-IICA, 2004. 166 p.

CERQUEIRA, F. V. Serra dos Tapes: mosaico de tradições étnicas e paisagens culturais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EM MEMÓRIA E PATRIMÔNIO : MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E TRADIÇÃO. 2010: Pelotas. **Anais...** Pelotas: Ed. Da UFPel, 2010. Disponível em:
<<http://simpufpel.files.wordpress.com/2010/09/mesa-serra-dos-tapes.pdf>>
Acesso em: 09 jun. 2013.

CHAYANOV, A.V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CORRÊA, E. S. **Programa de Alimentação Nacional - Um canal de comercialização de comercialização da Agricultura Familiar em São Lourenço do Sul**. 2001. 62f. TCC (Graduação em Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural/ PLAGEDER) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

COUTINHO, L. M. O conceito de bioma. **Acta Botanica Brasilica**, n. 20, p. 13-23. 2006. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/abb/v20n1/02.pdf>> Acesso em: 03 abril 2013.

DESLANDES, S. F. A construção do projeto de pesquisa. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 31 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012. p. 48

EMATER/RS. **Plano de desenvolvimento sustentável de assentamentos da reforma agrária**: Assentamento 22 de Novembro/EMBRAPA, 2003.

FRANTZ, T. R. e SILVA NETO, B. Os fatores naturais na dinâmica de formação de dois sistemas agrários justapostos. In: SILVA NETO, B; BASSO, D. (orgs). **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas**. Ijuí: Unijuí, 2005.

FEE. Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul. **Resumo Estatístico RS: PIB – RS**. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_pib.php>. Acesso em: 1 nov. 2012.

FUTUYMA, D. J. **Biologia Evolutiva**. 2 ed. Ribeirão Preto: FUNPEC-RP, 2002.

GAZOLLA, M. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. In: SCHNEIDER, S. (Org.) **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006, p. 82-103.

GERARDI, L. H. O; SALOMONI, G. Para entender o campesinato: a contribuição de A. V. Chayanov. **Geografia** (Rio Claro), Rio Claro: AGETEO, v.19,n.2, p. 197-208, 1994.

GERHARDT, T. E. SILVA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopqdr/serieead.htm>> Acesso em: 10 ago. 2011.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2001. 653p.

GRANDO, M. Z. **Pequena agricultura em crise: o caso da “Colônia Francesa” no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Teses FEE, n.14, 1989, 209p.

_____. **Um retrato da agricultura familiar**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2011 (Texto para Discussão).

GRANOVETTER, M. The old and the new Economic Sociology: a history and an agenda. In: FRIEDLAND, R. & ROBERTSON, A.F. (Eds). *Beyond the marketplace: rethinking economy and society*. New York: Aldine de Gruyter, p. 89-112, 1990.

GRISA, C. As redes e as instituições do Programa de Aquisição de Alimentos: Uma análise a partir do enraizamento estrutural e político. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2009, Porto Alegre. **Anais...**Porto Alegre, 2009. 1-5 p.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 79-108

GUARESCHI, N.; COMUNELLO, L.N.; NARDINI, N.; JOENISCH. Problematizando as práticas psicológicas no modo de entender a violência. In: STREY, M. N.; AZAMBUJA, M. P. R.; JAEGER, F. P. (Orgs.). **Violência, gênero e políticas públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=VSEPqowQz0QC&pg=PA177&lpg=PA177&dq=GUARESCHI+COMUNELLO+NARDINI+HOENISCH+2004&source=bl&ots=AFAuIExZzE&sig=NS6D0JQtAIIBY0t5Rt6L4AendHw&hl=pt-BR&sa=X&ei=8lk3Uf3eFYn88QSIrIHQBQ&ved=0CD8Q6AEwAg#v=onepage&q=GUARESCHI%20COMUNELLO%20NARDINI%20HOENISCH%202004&f=false>>. Acesso em 06 mar. 2013.

HARLAN, J. R. Les origines de l'agriculture. **La Recherche**, v.3, n.29, p.1035-43, 1972.

HIRAI, W.G., SACCO DOS ANJOS, F. Estado e segurança alimentar: alcances e limitações de políticas públicas no Brasil. **Revista Virtual Textos & Contextos**. Porto Alegre, v 6, n 2, p. 335-353. Jul/dez. 2007.

HEYNING, K. Principales enfoques sobre la economía campesina. **Revista de La CEPAL**, Chile, n 16, p. 115-142, abril 1982.

IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Estatísticas sobre Unidades de Conservação nos Biomas Brasileiros**, 2004. Disponível em:<<http://www.ibama.gov.br>> Acesso em: 04 abril 2013.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Fazenda em Capão do Leão (RS) vira assentamento federal**, 2012. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/noticias-sala-de-imprensa/noticias/12316-fazenda-em-capao-do-leao-rs-vira-assentamento-federal>>. Acesso em 15 out. 2012.

INCRA/FAO. **Guia metodológico**: diagnóstico de sistemas agrários. Brasília: INCRA/FAO - Projeto de Cooperação Técnica, 1999

INSTITUTO PAMPA BRASIL. **Bioma Pampa**. Disponível em: <<http://pampabrasil.org.br/site/>> Acessado em: 23 de mar. 2012

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária**: Os Economistas, São Paulo: Nova Cultural, 3º Ed, 1980.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar**: comparação internacional. Campinas: UNICAMP, 1993.

LEFF, E. **Agroecologia e saber ambiental**. Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v. 3, n.1, jan./mar.2002

LEITE, S; DI SABBATO, A. (org.). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982, 402 p.

MACHADO, A. M. B; CASALINHO, H. D. Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária. **Revista NERA**, Ano 13, n. 17, p. 65 – 80. 2010.

MALUF, R. S. J. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARX, K. **Formações econômicas pré-capitalistas**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 112 p.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MAZOYER, M; ROUDART, L. Evolução e diferenciação dos Sistemas Agrários na Europa Ocidental. In: MIGUEL, L. A . (org). **Dinâmica e Diferenciação de Sistemas Agrários**. Série EAD/ UFRGS, Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 105-132.

- MEDEIROS, L. S. Trabalhadores rurais, agricultura familiar e organização sindical. **Revista São Paulo em Perspectiva**. v. 11, n. 2, p. 65-72, 1997.
- MIGUEL, L. A. (Org.). **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da Série EAD/UFRGS. – Porto Alegre: UFRGS, 2009, 152 p.
- MIGUEL, L. A.; MAZOYER, M. Abordagem sistêmica e sistemas agrários. In: MIGUEL, L. A. (org). **Dinâmica e Diferenciação de Sistemas Agrários**. Série EAD/ UFRGS, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 18 p
- MIGUEL, L. A.; MACHADO, J. A. D. Indicadores quantitativos para a avaliação da unidade de produção agrícola. In: WAGNER, S. A. (org.) et al. **Gestão e planejamento de unidades de produção**. Série EAD/ UFRGS, Porto Alegre: UFRGS, 2010. 59 p.
- MINAYO, M. C. Souza. O desafio da Pesquisa Social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.) et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 16
- PLOEG, J.D.V. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DO LEÃO. **Plano de Saneamento Básico Municipal de Capão do Leão**, 2010.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRITO. **Alimentação Escolar de Cerrito é referência Regional**, 2010. (Disponível em: <http://www.cerrito.rs.gov.br/novo_site/index.php?exibir=noticias&ID=155>). Acesso em: 16 nov. 2012.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO OSÓRIO. **Pedro Osório investe na agricultura familiar**, 2012. Disponível em: <<http://cerritors.net/news/3208>>. Acesso em: 16 nov. 2012.
- RIBEIRO, V. S. **Territorialização Camponesa: O lugar de viver no Assentamento 24 de Novembro – Capão do Leão – RS**. 2012. 133f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2012.
- RIBEIRO, V. S; SALAMONI, G. Territorialização camponesa em assentamentos de reforma agrária e a produção de alimentos: o caso do Assentamento 24 de Novembro – Capão do Leão – RS. In: 4º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS. 2010, Curitiba. **Anais...2010**. p.1-10
- RIBEIRO, V. S; SALAMONI, G; COSTA, A. J. V. Caracterização dos agricultores familiares de base agroecológica do município de Pelotas – RS. In: V ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA “AGRICULTURA DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS”, 2009. Santa Maria. **Anais...Santa Maria**: Ed UFSM, 2009. p. 1-22
- SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil**. 1ª ed. Pelotas: Editora e Gráfica da Universidade Federal de Pelotas, 2003, 374p.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V. Pluriactividad y agricultura familiar en Brasil: el caso de Rio Grande do Sul. **Revista de la CEPAL**, v. 93, p. 157-173, 2007.

SACO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N.V.; HIRAI, W.G. Mercantilização da agricultura e insegurança alimentar no Sul do Brasil. In: XLVI CONGRESSO DA Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008, Rio Branco. **Anais...** Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/284.pdf>>. Acesso em: 06 abril 2013.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V. A horta agonizante: mercantilização da agricultura e transformações nas práticas de auto consumo entre familiares rurais do extremo sul gaúcho. *Revista Pensamento Plural*. v.5, p. 151-169, 2009. Disponível em: <<http://pensamentoplural.ufpel.edu.br/edicoes/05/07.pdf>>. Acesso em: 09 mar 2012

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003.

SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. 295p.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**, 2. ed.. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 258 p.

SCHRÖDER. M. Políticas públicas e agricultura familiar no Brasil: inovações institucionais a partir do Pronaf: In: 34º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, GT Metamorfoses do Mundo Rural. **Anais...**Caxambu, 2010.

SEHN, P.S; ILHA, da S. Aspectos históricos da ocupação e evolução da estrutura fundiária no Rio Grande do Sul no período de 1940 a 1996. **Revista Economia e Desenvolvimento**, Santa Maria, n12, p.101-118, nov. 2000.

SEPLAG – Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã do Estado do Rio Grande do Sul. **Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul** (2012). Disponível em: <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/conteudo.asp?cod_menu_filho=791&cod_menu=790&tipo_menu=APRESENTACAO&cod_conteudo=1328>. Acesso em: 10 out 2012.

SILVA, A. V. **O Cerro do Estado**. In: História do Capão do Leão. 2006. Disponível em: <http://capadoleao.blogspot.com.br/2006_03_09_archive.html> Acesso em: maio 2013.

SILVA, P. M. **Desenvolvimento e reforma agrária na região sul do RS: Os impactos dos assentamentos na percepção das famílias**. 2010. 114f Dissertação (Mestrado em Ciências). Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícolas Familiares. Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. Universidade Federal de Pelotas, 2010.

SILVA, M. G. **Questão Ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao serviço social**. São Paulo: Cortez, 2010. 254p.

SILVA NETO, B.; Abordagem sistêmica, complexidade e sistemas agrários. In: MOTA, D. M. da; SCHMITZ, H. & VASCONCELOS, H. E. M. (Org.). **Agricultura familiar e abordagem sistêmica**. 1 ed. Aracaju: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2005. p. 81-103. v.1

SILVA NETO, B.; BASSO, D.. Aplicação da Teoria dos Sistemas Agrários para análise da agricultura do Rio Grande do Sul In: NETO, Benedito; BASSO, DAVID (orgs) et al. **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas**. Ijuí: Unijuí, 2005.

SUERTEGARAY, D. M. A.; GUASSELLI, L. Paisagens (imagens e representações do Rio Grande do Sul. In: VERDUM, R.; BASSO, L. A.; SUERTEGARAY, D. M. A. Rio Grande do Sul: **Paisagens e território em transformação**. Porto Alegre: UFRGS, 2012, p.27-38.

TOWNSEND, C. R.; BEGON, M.; HARPER, J. L. **Fundamentos em ecologia**. Porto Alegre: Artmed, 2006. 592p.

TRICHES, R. M. A experiência brasileira em aquisições públicas sustentáveis: o caso do programa de alimentação escolar. In: VI CONGRESSO INTERNACIONAL SISTEMAS AGROALIMENTARES LOCALIZADOS: Os SIAL face às oportunidades e aos desafios do novo contexto global, 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, p. 1-25

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Reconstruindo o "elo perdido": a reconexão da produção e do consumo de alimentos através do Programa de Alimentação Escolar no município de Dois Irmãos (RS). **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 1-15, jan. 2010.

TRICHES, R. M. Desestruturar para construir: o árduo caminho para a agricultura familiar acessar o programa de alimentação escolar. In: 49º CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, 2011, Porto Alegre, **Anais...** Porto Alegre, p. 1-21, 2011

TRICHES, R.M; SCHNEIDER, S. Desestruturar para construir: interfaces para agricultura familiar acessar o Programa de Alimentação Escolar. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRJ), Rio de Janeiro, V. 1, p. 66-106, 2012.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. Agricultura Familiar: **Realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF. 1999. p. 27 – 41.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo Rural como um Espaço de Vida**: Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 330p.

WIZNIEWSKY, C. R. F. **Reforma Agraria y asentamientos en Brasil**: El caso de los asentamientos de Reforma Agraria en Capão do Leão, RS. 2001. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade de Córdoba, 2001.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: Planejamento e Métodos. 3ª Edição. Porto Alegre: Bookman, 2005, 212p.

ZAFFARONI, E. A. ;FERNANDES, M. L. D. Agroecossistemas do Município do Capão do Leão - RS. **Revista Brasileira de Agrociência** (UFPEL), v. 3, p. 75-88, 1997

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário semiestruturado empregado nas entrevistas com agricultores familiares locais assentados da reforma agrária.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
 Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar
 Formulário semi-estruturado para dissertação de mestrado
Público: AGRICULTORES FAMILIARES - POETNCIAIS FORNECEDORES
 Orientador: Antônio Jorge Amaral Bezerra
 Entrevistadora: Ana Paula Noronha

I - DADOS DA ENTREVISTA:

Data da entrevista: ____/____/____	Nº questionário: _____
Nome dos entrevistados(as): _____	
1.9 Município: () Pelotas () Capão do Leão	
Localidade: _____	
Distância em relação à sede do município: _____ km	
Telefone : _____	

- 1) Contem um pouco de sua história de vocês.
- De onde vieram e quando chegaram?
 - A propriedade é diversificada?
 - O que o senhor acha da agricultura?
 - [Caso haja arrendamento ou regime de parcerias]: Por que realiza?,

ESTRUTURA FUNDIÁRIA:

ÁREA	Hectares (ha)
Própria	
Arrenda para terceiros	
Em regime de parceria	
Área não utilizável (matas, rios, outro)	
Área disponível	

PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

- 2) Quais plantações e criações que vocês fizeram este ano?

PRODUÇÃO ANIMAL	PRODUÇÃO VEGETAL
() Leite () Corte () Beneficia	() Horta () Pomar () Beneficia

--	--

3) Se vocês tivessem mercado garantido para os produtos, o que mais vocês produziram?

4) Qual é a finalidade do que vocês produzem? [VENDA DIRETA, FEIRAS, MERCADOS INSTITUCIONAIS, AUTOCONSUMO -observar se o mesmo que vai para o autoconsumo também é vendido]?

5) Vocês vendem algum produto para a merenda escolar?

6) Qual a importância das cooperativas e comercializações em parceria [COSULAT, ODERICH, SUL ECOLÓGICA - crédito, assistência, logística, comercialização certa]

7) Qual a melhor maneira de comercializar a produção?

() Individual	() Coletivamente	() Parte individual e parte coletiva
----------------	-------------------	---------------------------------------

8) Vocês produzem algum alimento sem utilização de agrotóxicos? Porquê? [Verificar se sabem da diferença no preço em relação aos convencionais]

9) Quais as facilidades e dificuldades que o senhor encontra para produzir?

Escala, ambientais, mão de obra, envelhecimento, doenças, preços, assistência técnica, cooperativismo, endividamento e falta de crédito

CAPITAL SOCIAL

10) Participam de algum grupo?

() Cooperativa de Produção	() Movimento social ou ONG
() Cooperativa de Crédito	() Comunidade
() 1-SICREDI () 2-CRESOL () 3-CRENOR	
() Associação de Produtores	() Igreja
() Sindicato de trabalhadores rurais	Outro:

11) Fazer parte de algum desses grupos é importante? Por quê?

12) Como é a relação de vocês com a prefeitura? E do assentamento? [auxilia no planejamento da produção e da comercialização; serviços de saúde, educação e bem-estar social]

13) Como vocês avaliam a relação entre os assentados e a prefeitura?

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (merenda) - PNAE

14) Vocês sabem como funciona a merenda escolar? De onde vem os alimentos servidos nas escolas? [verificar se conhece existência da Lei e da obrigatoriedade da compra de produtos da agricultura familiar]

15) [CASO NÃO TENHA SIDO RESPONDIDA:] Vocês e os demais assentados já pensaram em fornecer alimentos para a alimentação escolar em Capão do Leão? Por quê? [burocracia, licitações, logística]

16) A prefeitura ou alguma outra entidade do município já convidaram vocês para vender alimentos para a merenda escolar? [escolas estaduais] Vocês procuraram eles, ou eles vieram até vocês, como isso aconteceu?

17) Vocês sabem quanto a prefeitura paga pelos alimentos que ela compra dos agricultores familiares para a merenda escolar. Os preços valem apenas?

18) Vocês sabem que a prefeitura pode comprar diretamente dos agricultores que tem DAP até R\$ 9.000,00 por ano? Esse valor seria interessante para vocês ou se interessariam em vender um valor maior?

19) Se os alimentos da merenda escolar fossem comprados dos agricultores familiares locais, vocês teriam interesse em vender?

20) O que seria preciso fazer para isso acontecer [relações Agricultores familiares e poder pública]

21) Vocês sabiam que existe uma lei que prevê, que no mínimo 30% dos recursos enviados pelo governo federal, para a compra da merenda das escolas públicas (municipais e estaduais), devem ser destinados para a compra de alimentos da agricultura familiar?

22) Vocês sabiam que a mesma lei diz que os assentados da reforma agrária, são um dos grupos prioritários, entre os agricultores familiares, para a aquisição destes alimentos para o programa?

23) Vocês sabiam também que a mesma lei prevê ainda que os alimentos orgânicos (produzidos sem agrotóxicos) devem receber um valor de 30%, a mais do que os produtos convencionais (com adubos químicos e agrotóxicos). O senhor acha que esse aumento no valor representa um atrativo, para que os agricultores comecem a realizar este tipo de produção?

24) Vocês acham que essa lei de alimentação escolar pode ser uma alternativa de fortalecimento da agricultura familiar? Por quê?

25) Quais são suas perspectiva futuras em relação a sua atividade agrícola?

APÊNDICE B – Questionário semiestruturado empregado nas entrevistas com agricultores familiares de base ecológica do município de Pelotas, fornecedores de alimentos para o PNAE de Capão do Leão.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar
Formulário semi-estruturado para dissertação de mestrado
Público: AGRICULTORES FAMILIARES - FORNECEDORES
Orientador: Antônio Jorge Amaral Bezerra
Entrevistadora: Ana Paula Noronha

I - DADOS DA ENTREVISTA:

Data da entrevista: ____/____/____	Nº questionário: _____
Nome dos entrevistados(as): _____	
1.9 Município: () Pelotas () Capão do Leão	
Localidade: _____	
Distância em relação à sede do município: _____ km	
Telefone : _____	

1) Contem um pouco de sua história de vocês.

- Qual o município de origem?
- Sempre foram agricultores nesta região?
- Principais características da região [solo, água, cultivos e criações]

ESTRUTURA FUNDIÁRIA:

ÁREA	Hectares (ha)
Própria	
Arrenda para terceiros	
Em regime de parceria	
Área não utilizável (matas, rios, outro)	
Área disponível	

PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

2) Quais plantações e criações que vocês fizeram este ano?

PRODUÇÃO ANIMAL	PRODUÇÃO VEGETAL
() Leite () Corte () Beneficia	() Horta () Pomar () Beneficia

- 3) Vocês produzem algum alimento sem utilização de agrotóxicos? Por quê? [Verificar se sabem da diferença no preço em relação aos convencionais]

Quais os motivos que vocês a partirem para a produção sem agrotóxico [saúde, renda, falta de crédito]

- 4) Quais as facilidades e dificuldades que o senhor encontra para produzir?

Escala, ambientais, mão de obra, envelhecimento, doenças, preços, assistência técnica, cooperativismo, endividamento e falta de crédito

FACILIDADES:

DIFICULDADES:

- 5) Qual é a finalidade do que vocês produzem? [VENDA DIRETA, FEIRAS, MERCADOS INSTITUCIONAIS, AUTOCONSUMO -observar se o mesmo que vai para o autoconsumo também é vendido]?

- 6) [Caso não tenha sido contemplada] Vocês tem produção de leite, para quem vende e para onde vai (destino)?

CAPITAL SOCIAL

- 7) Participam de algum grupo?

<input type="checkbox"/> Cooperativa de Produção	<input type="checkbox"/> Movimento social ou ONG
<input type="checkbox"/> Cooperativa de Crédito <input type="checkbox"/> 1-SICREDI <input type="checkbox"/> 2-CRESOL <input type="checkbox"/> 3-CRENOR	<input type="checkbox"/> Comunidade
<input type="checkbox"/> Associação de Produtores	<input type="checkbox"/> Igreja
<input type="checkbox"/> Sindicato de trabalhadores rurais	Outro:

- 8) Fazer parte de algum desses grupos é importante? Por quê?

- 9) Qual a importância das cooperativas e comercializações em parceria [COSULAT, ODERICH, SUL ECOLÓGICA - crédito, assistência, logística, comercialização certa]

- 10) Qual a melhor maneira de comercializar a produção? Por quê?

<input type="checkbox"/> Individual	<input type="checkbox"/> Coletivamente	<input type="checkbox"/> Parte individual e parte coletiva
-------------------------------------	--	--

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (merenda) - PNAE

11) Quais produtos vedem para a merenda escolar?

12) Porque resolveram vender seus produtos para a merenda escolar? [Quando começaram a comercializar?]

13) Vocês sabem quais municípios compram seus produtos para a merenda escolar?

14) Hoje vocês produzem ou criam algo que não é vendido para merenda escolar e vocês teriam condições de vender?

15) Desde o início da participação da venda dos produtos de vocês para a merenda escolar o que mudou? [diversificação, segurança alimentar, soberania alimentar e reprodução social]

16) Vocês conhecem a Lei Federal (11.947) de merenda escolar e o que ele fala da compra dos alimentos para a merenda escolar?

- Mínimo de 30% dos recursos financeiros destinados para a compra de alimentos da agricultura familiar;
- Públicos prioritários: assentados da reforma agrária e agroecologistas;
- Diferença de 30%, mais, no valor dos alimentos orgânicos produzidos pelos agricultores familiares.

17) Ter acesso às estas informações foi importante para vocês decidirem vender seus produtos para a merenda escolar?

18) Vocês acham que essa Lei Federal (11.947) alimentação escolar representa uma alternativa de fortalecimento da agricultura familiar? Por quê?

19) Explique como funciona a organização das atividades da propriedade para conseguirem produzir alimentos e comercializá-los para a merenda escolar [A importância da Cooperativa Sul Ecológica para acessarem esta informação e conseguirem se organizar - logística].

20) Quais os pontos positivos que vocês identificam no programa de merenda escolar?

21) Quais os pontos negativos que vocês identificam neste programa de merenda escolar?

22) Na opinião de vocês, como o poder público, do município em que vocês moram, trata a questão da comercialização dos produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar? [comprometimento com os assentados da reforma agrária e dos assentados; construções sociopolíticas para a inclusão do grupo].

23) Caso o senhor pudesse sugerir melhorias para o andamento do programa de merenda escolar, ao poder público, quais seriam?

24) Quais são suas perspectivas em relação a sua atividade agrícola e ao programa de merenda escolar? [abandono de cultivos ou investir em novos cultivos – fumo, soja, arroz]

APÊNDICE C – Questionário semiestruturado empregado nas entrevistas com gestores públicos do município de Capão do Leão



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
 Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar
 Formulário semi-estruturado para dissertação de mestrado
Público: entidades e poder público do Capão do Leão
 Orientador: Antônio Jorge Amaral Bezerra
 Entrevistadora: Ana Paula Noronha

Data da entrevista: ____/____/____ N° questionário: _____ Nome dos entrevistados(as): _____ 1.9 Município: () Pelotas () Capão do Leão Localidade: _____ Distância em relação à sede do município: _____ km Telefone : _____

- 1) Conte um pouco de sua história.

 - 2) Qual o perfil agrícola do município?

 - 3) Qual o perfil dos agricultores familiares do município [perfil, representação social e econômica - importância para o desenvolvimento do município].

 - 4) Como funciona a alimentação escolar nas escolas municipais? E a aquisição de alimentos?

 - 5) Como homologação da LEI 11.947 alterou a dinâmica da alimentação escolar no município, especialmente no que diz respeito a aquisição de alimentos?

 - 6) Quais os alimentos que as escolas públicas municipais de Capão do Leão compram? Quais são oriundos da agricultura familiar?

 - 7) Como é realizado o processo de aquisição dos gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar?

 - 8) De onde são os agricultores familiares que fornecem alimentos para a PNAE do município?

 - 9) Com relação aos agricultores familiares de PELOTAS: Quais são os alimentos fornecidos por eles?

 - 10) Com relação aos agricultores familiares de PELOTAS: Quais são motivos que permitem os agricultores familiares de Pelotas participarem do PNAE em Capão do Leão?

- Com relação aos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, de CAPÃO DO LEÃO: Quais os motivos que NÃO permitem os agricultores locais assentados da reforma agrária a participarem DIRETAMENTE do fornecimento de alimentos para o PNAE em Capão do Leão?

- 11) Como você avalia o acesso dos agricultores familiares locais aos mercados locais? E aos mercados institucionais? [Chamar a atenção para os assentados de reforma agrária, caso estes atores sociais não sejam mencionados].

 - 12) Com relação aos agricultores locais, especialmente assentados da reforma agrária, na sua opinião: 9.1) O que é produzido e/ ou criado por eles e entregue ao PNAE no município?

- 13) O que é produzido e/ou criado que poderia ser entregue ao PNAE?

- 14) Quais alimentos poderiam ser produzidos no município pelos agricultores familiares, para atender a demanda do PNAE? Porque isso não acontece?

- 15) Na opinião do senhor, quais as facilidades, dificuldades que estes agricultores familiares locais, assentados da reforma agrária, tem em acessar os mercados institucionais como o PNAE (recursos naturais, credito, mão de obra, envelhecimento, pluriatividade)?

- 16) Qual é a sua opinião sobre as ações desenvolvidas pelo poder público municipal, no que tange a comercialização dos produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar? (comprometimento com os assentados da reforma agrária e dos assentados; construções sociopolíticas para a inclusão do grupo). Cite pontos positivos e negativo.

- 17) Quais serão os futuros encaminhamentos do poder público em relação ao PNAE, para uma integração direta com os agricultores familiares locais, assentados da reforma agrária

- 18) Segundo a Lei 11.947 de junho de 2009, 30% dos recursos da Merenda Escolar tem de ser destinado à aquisição de produtos da Agricultura Familiar, com um limite anual de R\$ 9.000,00 por agricultor. Quais os possíveis impactos que este valor poderia ter sobre a vida dos assentados da reforma agrária, assentados no município?

- 19) O PNAE junto com outros programas, é apresentado como alternativa para o fortalecimento da agricultura familiar, através da comercialização de produtos dos agricultores familiares para a alimentação escolar. O senhor acha que o PNAE de fato se apresenta como uma possibilidade de fortalecimento destes agricultores?

- 20) Em sua opinião, como este programa pode ter impactos sobre a diversificação da produção destes agricultores. Quais os impactos disso, para este grupo [segurança e soberania alimentar]?

- 21) Ainda segundo a Lei 11.947 de junho de 2009, em seu artigo 14º está previsto que: Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2009).

Como o município vem lidando com esta prioridade legal? Porquê optou selecionar outros agricultores e não os assentados?

- 22) O município pode mudar este cenário? Como?

APÊNDICE D – Imagens da estrutura de coleta, armazenamento e resfriamento do leite, empregado pelos agricultores familiares assentados da reforma agrária (A e B – Unidades de resfriamento do leite; C – Rebanho leiteiro; D, E e F – Galpão onde é realizada a ordenha).



APÊNDICE E – Imagem do caminhão da Cooperativa COSULATI realizando a coleta do leite produzido nos assentamentos da reforma agrária de Capão do Leão.



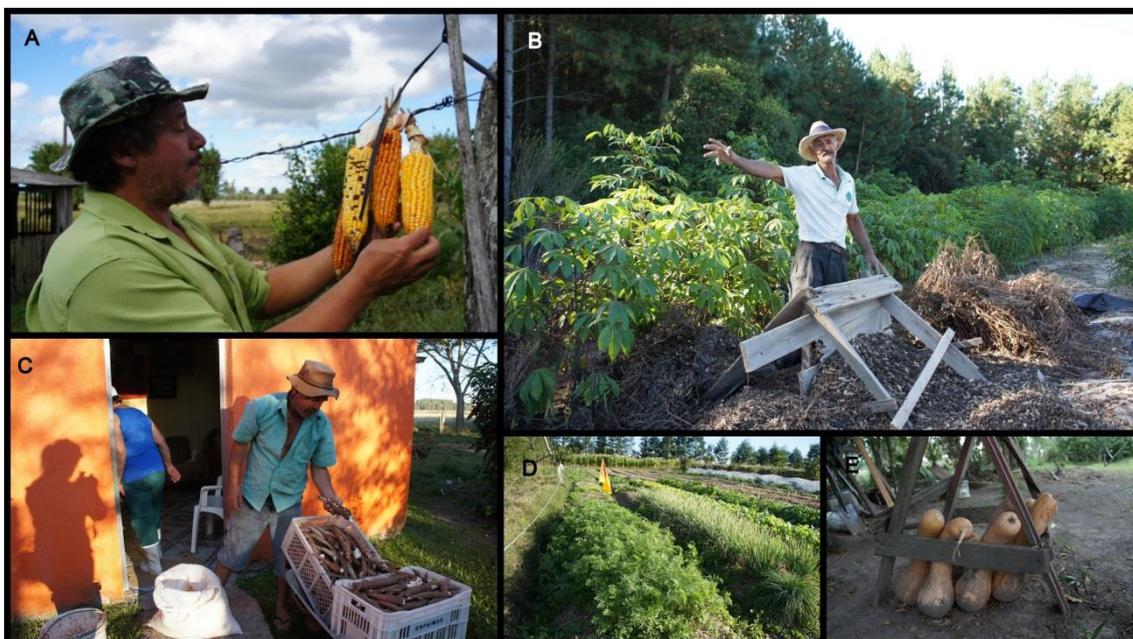
APÊNDICE F – Conjunto de imagens que caracterizam os tipos de solo rasos e pouco diferenciados, encontrados nos assentamentos de reforma agrária em Capão do Leão.



APÊNDICE G – Conjunto de imagens que ilustram as duas barragens encontradas nos assentamentos (A e B), o Arroio Teodósio (C) e as diversas estratégias uso dos recursos hídricos para a irrigação (D e E).



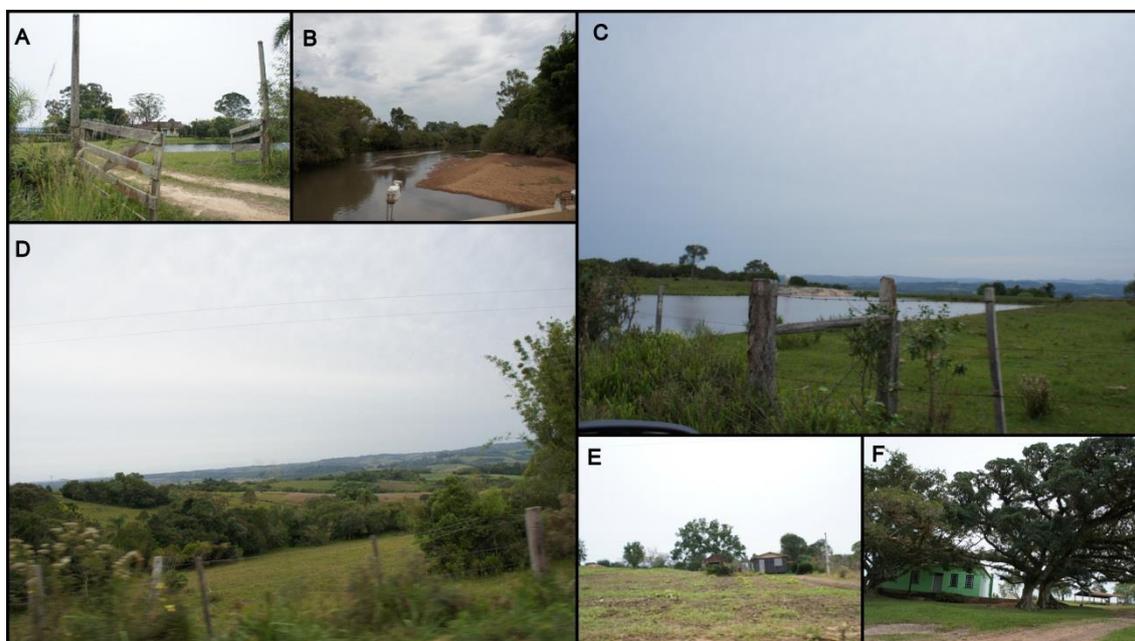
APÊNDICE H – Imagens dos diversos sistemas de produção realizados para geração de alimentos destinados para o autoconsumo das famílias assentadas da reforma agrária e comercialização do excedente. (A- Milho crioulo, B – Mandioca e amendoim; C – Mandioca, D – Hortaliças e E – Abóbora).



APÊNDICE I – Imagens dos diversos sistemas de criação realizados para geração de alimentos destinados para o autoconsumo das famílias assentadas da reforma agrária e comercialização do excedente. (A- galinhas, B – abelhas ; C – porcos e D – patos).



APÊNDICE J – Imagens que ilustram as características dos agroecossistemas onde vivem os agricultores de base ecológica do município de Pelotas (A, B e C – Abundância e uso dos recursos hídricos); D, E e F – Relevo levemente acidentado, com solos profundos e remanescentes de mata nativa).



APÊNDICE K – Imagens sistemas de produção de uma das famílias de agricultores de base ecológica entrevistados no município de Pelotas (A – Visita da assistência técnica do CAPA; B – Plantação de tomates; C e D manejo dos recursos hídricos e E – Remanescentes de mata nativa).



APÊNDICE L - Estratégias de produção dos agricultores familiares de base ecológica de Pelotas (A – Fogão campeiro; B – Geleias, conservas, compotas, sucos e panificios beneficiados; C – Criação de vacas para produção de leite e queijo; D – Produção de abóboras; E – Criação de porcos)



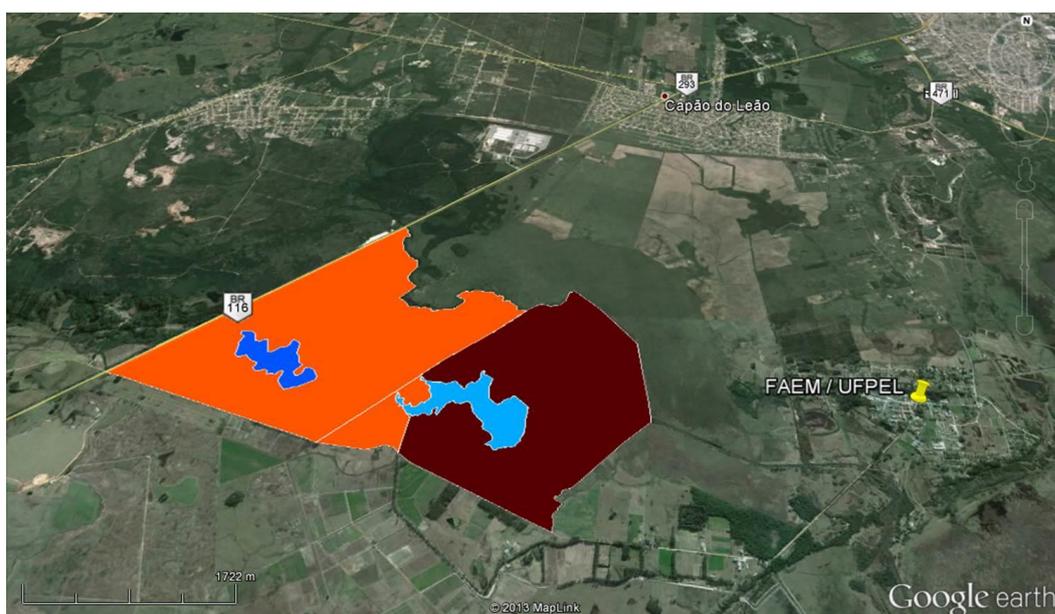
APÊNDICE M – Estratégias de produção desenvolvidas pelos agricultores familiar de base ecológica de Pelotas (A – Produção de caqui; B – Produção de suco de goiaba; C – Pomar; D – Unidade familiar; E- Hortaliças e F – produção de ovos.



APÊNDICE N – Imagens que integram o banco de imagens coletadas ao longo da pesquisa, disponíveis no sítio: <http://youtu.be/b0m3cbj5Hrs> em formato de slide show.



APÊNDICE O – Mapa ilustrativo da localização dos Assentamentos Construtores da Palma, 24 de Novembro, Faculdade de Agronomia da UFPel e a sede do município em Capão do Leão (Fonte: Elaboração da autora).



- | | | | |
|---|------------------------------------|---|---|
|  | Assentamento Construtores da Palma |  | Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (FAEM) / UFPel |
|  | Assentamento 24 de Novembro |  | Sede do Município de Capão do Leão |
|  | Barragens | | |